

**Manifestação  
hoje à tarde  
em Lisboa  
Pelas 40 horas,  
pelo emprego,  
pelos salários  
e direitos**

Pág. 5

**ASSEMBLEIA**

**PS aprova  
Orçamento  
com apoio  
do PP**

• Mais injustiças  
e desequilíbrios sociais.

Pág. 11

**PCP**

**Carvalhas  
em Grândola:  
Onda social  
de protesto  
contra  
a política  
de direita**

Pág. 9

**INTERNACIONAL**

**Médio Oriente:  
A paz  
sangrenta**

Pág. 13

# Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 19 de Dezembro de 1996 • Preço: 150\$00 (IVA incluído) • N.º 1203 • Director: Carlos Brito

# GOVERNO COM PATRÕES

A Comissão Política do PCP, que desde a primeira hora alertou os trabalhadores para os perigos que decorreriam da Lei da Flexibilidade e da Polivalência, não regateará esforços para que, na sua acção política geral e nas instituições, o direito ao

horário de trabalho dignificado e às 40 horas semanais seja defendido e alcançado, afirmou Jerónimo de Sousa em declaração à imprensa, na passada semana. Mas decisivos são o envolvimento, a mobilização e a luta dos trabalhadores em

torno deste direito histórico. Envolvimento, mobilização e luta que não são separáveis da aspiração a salários mais justos, à valorização do salário mínimo nacional, do direito à segurança social, ao emprego e contra os despedimentos, a destruição do aparelho produtivo e as privatizações.

Pág. 8



## Ainda o Congresso

• Discursos  
de delegações  
estrangeiras

- Intervenções de delegados
- A palavra aos congressistas

Págs. 14, 15 e 18 a 25

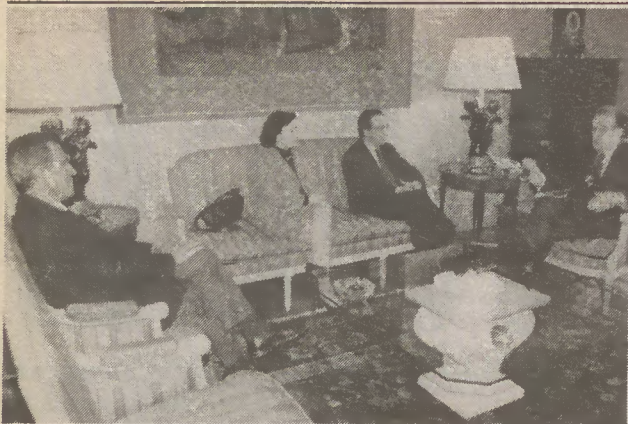
## Desemprego e austeridade para pagar a moeda única

## Na Europa crescem as lutas contra Maastricht e os monopólios

- Depoimentos de dirigentes comunistas  
de Espanha, França, Itália e Grécia

Centrais





Carlos Carvalho encontra-se com Presidente da República

## EDITORIAL

# O escândalo

Já se esperava que o grande patronato, pelas suas atávicas concepções de exploração, tudo faria para impedir uma efectiva redução do período semanal de trabalho mesmo que feito no quadro da lei da flexibilidade e da polivalência, que entrou em vigor no passado dia 1 de Dezembro.

O que, apesar de tudo, não se esperava é que o Governo se colocasse tão aberta e descaradamente ao lado dos patrões.

O escândalo é que o Governo não hesitou em patrocinar, com as confederações patronais e a UGT, uma interpretação tão brutalmente favorável ao patronato que os trabalhadores ficariam a trabalhar as mesmas horas apesar da redução prevista na lei.

A capciosa aritmética patronal e governamental em que 44 horas menos a redução de 2 horas que a lei estabelece dá como resultado as mesmas 44 horas de trabalho é a manhososa interpretação que, entre outros, o patronato têxtil está a querer impor nas suas empresas a pretexto de que as pausas e as mudanças de turno não contam para o período normal de trabalho.

É, afinal, ao encontro destes vesgos objectivos patronais, sustentados na arbitrariedade e, em alguns casos, até na violência, que vai a interpretação patrocinada pelo Governo.

Os trabalhadores têxteis do Vale do Ave, da Corda da Serra e de Aveiro produziram uma vigorosa afirmação de que não aceitam ver esvaziada a efectiva redução do período semanal de trabalho recorrendo a acções largamente participadas, incluindo à greve, num processo de luta e de resistência que continua.

A Comissão Política do PCP, em conferência de imprensa conduzida por Jerónimo Sousa, condenou o «acto politicamente inqualificável» do Governo e afirmando que «não regateará esforços para que, na sua acção política geral e nas instituições, o direito ao horário de trabalho dignificado e às 40 horas semanais seja defendido e alcançado». E salientando: «O que é decisivo é o envolvimento, a mobilização e a luta dos trabalhadores em torno deste direito histórico.»

A concentração marcada para hoje, dia 19, no Terreiro de Paço, com desfile previsto até à residência do Primeiro-Ministro, corresponde a esta necessidade da luta pelo direito ao horário de trabalho dignificado e deve poder contar com a participação de todos os que são directa e indirectamente atingidos.

A intervenção governamental na interpretação da Lei da flexibilidade e da polivalência reveste, ainda, uma acrescida gravidade por três ordens de razões que importa salientar.

Em primeiro lugar, o Governo e as confederações patronais procuraram sobrepor-se à Assembleia da República, o órgão de soberania responsável pela legislação, através de uma inadmissível jogada de antecipação quando já estava proposta pelo Grupo Parlamentar do PCP uma audição «sobre a aplicação dos horários de trabalho e a actuação da Inspeção de Trabalho» e, desta forma, condicionar num sentido favorável ao patronato o parecer já elaborado a respeito pela Comissão Parlamentar de Direitos Liberdades e Garantias.

Em segundo lugar, a chamada «resolução da comissão de acompanhamento» configura, pelos direitos que se arroga (por cima dos próprios órgãos de soberania) e a impertinência do estilo («entendem ser o espírito da negociação»), uma situação de absoluta anormalidade institucional.

O que está em causa é uma Lei da República e há instâncias e métodos próprios para interpretar as leis que não podem ser subvertidos pelos acordos que o governo estabelece com os grandes patrões.

O que é especialmente inquietante, é que no texto da chamada «comissão de acompanhamento», largamente difundido como publicidade paga, o Governo de Guterres faz figura de estar refém das confederações patronais.

Cabe ao Primeiro-Ministro desfazer, se é que pode, esta impressão. O seu silêncio é comprometedor não só para o Governo, mas para as próprias instituições democráticas.

Em terceiro lugar, o espírito em que assenta a chamada «comissão de acompanhamento», a avaliar não só por esta sua «primeira intervenção», por cima dos órgãos representativos, mas pelas prerrogativas que anuncia em relação ao futuro, releva de uma filosofia corporativa de muito má memória para os portugueses e completamente estranha aos princípios em que se funda o regime democrático-constitucional.

Foi, pois, com toda a pertinência e oportunidade que a CGTP-IN exigiu, no plenário de Sindicatos de 11 de Dezembro: «que o Governo clarifique o seu conceito de concertação social e que se comprometa claramente na sua

responsabilidade de governar e, afirme, sem equívocos, a sua rejeição da corporativização das relações laborais.»

O Governo já não pode esconder nem sequer minimizar a séria agudização da conflitualidade social que se verificou nas últimas semanas. As greves dos ferroviários e dos trabalhadores da Grundig, a manifestação dos trabalhadores da Administração Pública, o Plenário dos sindicatos, as greves e a luta em numerosas empresas pela efectiva redução da semana de trabalho, as acções de protesto em muitos outros sectores mudaram sensivelmente a atmosfera política no país.

O Governo e o partido do Governo não podem deixar de ter em conta esta situação de crescente conflitualidade, que não vai desvanecer-se nem com ameaças, nem com vagas promessas, mas que exige cedências efectivas.

Foi completamente ridícula a tentativa de há dias do Secretariado Nacional do PS ao vir a público responsabilizar o PCP pela agudização da conflitualidade social.

É evidente que o PCP é absolutamente solidário com a luta dos trabalhadores e de outras camadas da população contra a política de direita e sempre afirmou com toda a clareza, como agora no seu XV Congresso, que tudo faria para incentivar e desenvolver essa luta.

As causas profundas da agudização da conflitualidade social estão, porém, na política do Governo de subordinação aos interesses do grande capital e de obediência aos critérios de Maastricht e às exigências da corrida para a moeda única.

Assuma, pois, o Governo as suas reponsabilidades e reconsidere a sua política enquanto é tempo.

*O escândalo é que o Governo não hesitou em patrocinar, com as confederações patronais e a UGT, uma interpretação tão brutalmente favorável ao patronato que os trabalhadores ficariam a trabalhar as mesmas horas apesar da redução prevista na lei.*

## 11 Quarta-feira

A CGTP manifesta-se, em Lisboa, contra o processo de Concertação Estratégica e a aplicação das 40 horas semanais ■ Milhares de pessoas afluem aos postos de legalização de imigrantes, no último dia ■ Seis operários ficam fechados várias horas num túnel das obras do metro dos Olivais ■ Os funcionários públicos espanhóis fazem greve contra o congelamento de salários em 1997 decidido pelo Governo de Aznar ■ Israel impõe um bloqueio por tempo indeterminado à cidade autónoma palestina de Ramallah, depois de um atentado que provocou dois mortos ■ A Rússia aceita discutir a «nova relação» com a NATO ■ A ONU revela que mais de mil pessoas foram massacradas no Burundi num mês.

## 12 Quinta-feira

A Assembleia da República aprova o Orçamento de Estado para 1997 com os votos contra do PCP, a favor do PS e a abstenção do PSD e PP ■ Inicia-se a Cimeira de Dublin ■ O mau tempo assola todo o país ■ Inicia-se a Moda Lisboa 96, na Cordoaria Nacional.

## 13 Sexta-feira

Os operadores portugueses de TV chegam a acordo para que deixe de haver publicidade na RTP2 a partir de Janeiro ■ Os Quinze chegam a acordo sobre o Pacto de Estabilidade e Crescimento para o euro ■ Uma organização humanitária australiana revela que se têm realizado execuções sumárias, torturas e detenções regulares em território timorense ■ Os conservadores britânicos sofrem uma derrota numa eleição parcial realizada em Barnsley-East, ficando em minoria na Câmara dos Comuns ■ Kofi Annan obtém o consenso do Conselho de Segurança da ONU para ocupar o cargo de secretário-geral da organização ■ Os ministros dos Negócios Estrangeiros da Conferência Islâmica acusam o governo israelita de ser «contra a paz» ■ O presidente sérvio concorda iniciar um processo de diálogo com a oposição ■ O neurocirurgião João Lobo Antunes ganha o Prémio Pessoa.

## 14 Sábado

Carlos Carvalho participa num almoço-convívio em Grândola ■ O guarda prisionais decidem fazer uma greve em Janeiro, reivindicando o subsídio de risco ■ D. Ximenes Belo inicia uma visita à Alemanha ■ Nos Grandes Lagos, a força humanitária multinacional recebe ordem para abandonar a zona ■ A oposição sérvia recusa as proposta de diálogo do presidente ■ Yasser Arafat exorta os palestinianos a «desafiarem» a expansão dos colonatos judeus.

## 15 Domingo

Manuel Monteiro é reeleito líder do CDS/PP no XV Congresso ■ As relações entre palestinianos e israelitas degradam-se ■ Um tribunal de Nis, no sul da Jugoslávia, anula a vitória da coligação no poder nas eleições municipais do mês passado.

## 16 Segunda-feira

Carlos Carvalho encontra-se com o Presidente da República, Jorge Sampaio ■ A CGTP-IN coloca a questão do conteúdo da lei das 40 horas ao Provedor de Justiça ■ Vem a público que, na madrugada de domingo, um jovem de 21 anos morreu, na esquadra de Évora, de doença súbita, segundo a polícia ■ A União Europeia decide aplicar sanções financeiras a Portugal devido a excesso de produção agrícola ■ Num encontro com Ximenes Belo, Helmut Kohl defende uma solução para Timor que contemple o respeito pelos direitos humanos ■ Facções armadas rivais defrontam-se pelo controlo da capital da Somália.

## 17 Terça-feira

Os estudantes de enfermagem manifestam-se, em Lisboa, contra os atrasos no pagamento das bolsas ■ Prevê-se grande aumento das despesas da Expo'98 ■ Novo agravamento da tensão no Médio Oriente, com ausência de acordo sobre Hebron e colonatosn Funcionários da Cruz Vermelha Internacional são assassinados na Tchetchénia ■ Rómulo de Carvalho é condecorado pelo Presidente da República ■ Fenprof alerta para crise no 1º ciclo do ensino básico ■ Comissão Parlamentar de Trabalho dá razão à CGTP na polémica das pequenas pausas laborais.

## Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português  
Rua Socorro Pereira Gomes  
— 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:  
Rua Socorro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.  
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390  
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:  
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,  
7º-A, 1100 Lisboa.  
Capital social: 15 000 000\$000. CRC matricula: 47058.  
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:  
DISTRIBUIÇÃO ADE's  
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7º-A,  
— 1100 Lisboa  
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11  
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:  
Até às 17 horas de cada sexta-feira.  
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL  
DELTAPRESS

Delegação Lisboa:  
Tapada Nova  
Cajá Rota — Linho — 2710 Sintra  
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:  
Zona Industrial da Maia  
Sector IX  
Rua B L1, 227 — 4470 Maia  
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7º-A 1100 Lisboa  
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7º-A 1100 Lisboa  
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e impressão  
Heska Portuguesa, SA  
R. Elias Garcia, 27  
Venda Nova — 2700 Amadora  
Depósito legal nº 205/85

### TABELA DE ASSINATURAS\*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	EUROPA
50 números: 6 750\$00;	50 números: 24 750\$00
25 números: 3 487\$50	3 487\$50
ESPAÑA	EXTRA-EUROPA
50 números: 13 300\$00	50 números: 39 950\$00
GUINÉ-BISSAÚ, S. TOMÉ E PRÍNCIPE E MACAU — 50 números: 26 650\$00	

\* IVA e portes incluídos

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_ Telef. \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.



## O aliado de Guterres

Apetece dizer como num anúncio agora em voga: da parte de Manuel Monteiro já nada nos surpreende.

Mas apesar de tudo pasma-se com tanta desfaçatez. Nos últimos dois meses o líder do PP deu um enorme festival de tráfalho e de tartufice políticas. Nem olhamos aos falados golpes internos, mas apenas aos grandes momentos públicos.

Com toda a solenidade Monteiro anunciou a demissão da presidência do seu partido e convocou um congresso extraordinário para a eleição de um novo líder. Na verdade, no entanto, nunca se comportou como demissionário e até subscreveu um acordo com o Governo PS; que é um acto próprio da máxima plenitude de poderes de uma direcção partidária.

Acresce que este acordo teve em vista viabilizar o Orçamento de Estado para 1997, contra o qual Monteiro votara dias antes considerando-o «um orçamento da moeda única», atentatório dos interesses do país e da soberania nacional...

No momento em que se «demitiu», o líder do PP jurou, com a mesma solenida-

de com que anunciou a demissão, que não seria candidato à presidência do partido no congresso extraordinário. Esta jura foi repetida vezes sem conta, em tom intimista ou extortório, com fundamentos pessoais ou partidários, conforme as circunstâncias, até à madrugada do passado domingo.

Foi após os «seguranças» do PP terem arrancado violentamente da tribuna um indesejado delegado que queria apresentar uma moção, que Monteiro, depois de censuras aos jornalistas por estarem a explorar aquela imagem feia da democracia interna do seu partido, decidiu abrir o coração ao Congresso.

Então percebeu-se que o conceito da honradez que assenta no respeito pela palavra dada, pouco lhe diz, praticamente nem se lhe referiu. Para ele, o que conta é o protagonismo, não é dar e respeitar a palavra, «é dar a cara»...

Pode-se pensar que tudo isto são, afinal, questões que dizem respeito ao partido da extrema-direita, que apara o jogo de Monteiro (embora cada vez mais relutante) e que tem o líder que merece.

Acontece, no entanto, que Guterres fez de Monteiro o seu aliado preferencial com quem já aprovou, entre outras matérias, diplomas tão importantes da orientação do Governo como são os Orçamentos de Estado para 1996 e 1997.

Pior ainda: é o partido de Monteiro que o primeiro-ministro aponta ao país como o bom exemplo do sentido de responsabilidade e o paradigma para a oposição.

Estranha pedagogia democrática!

Não custa, assim, acreditar, apesar do pronto desmentido das partes, que a troca do voto de Monteiro no Orçamento de Estado, o Governo se tenha comprometido a dar um apoio especialmente positivo às 13 autarquias de maioria PP, como foi revelado pelo DN, de segunda-feira.

A cambalhota orçamental de Monteiro teve, é claro, o seu preço, o «arranjinho» autárquico, ou qualquer outro.

Tal o aliado, tal a aliança...

■ Carlos Brito

## A Europa não está connosco

Os comentários que o professor João Ferreira do Amaral subscreveu no início desta semana no *Diário Económico* merecem, sem dúvida, uma chamada de atenção.

Começando por reconhecer que «o reforço da Coesão Económica e Social deixou de ser, na actualidade, um verdadeiro objectivo da União Europeia», ele sublinha que «esta situação é tanto mais grave quanto as políticas actualmente em execução (ao nível macro-económico como a criação da União Económica e Monetária ou o mesmo a nível sectorial como a política de comércio externo ou política agrícola comum) têm efeitos negativos sobre a coesão comunitária, contribuindo até para a acentuação das desigualdades entre países».

«Como não podemos esperar nova duplicação dos fundos - continua o conhecido economista - e como as consequências negativas da moeda única sobre a coesão (económica e social) serão muito mais profundas do que as da realização do mercado interno, temo que as desigualdades económicas dentro da União Europeia se agravem sensivelmente nos próximos tempos». E prossegue com a interrogação crucial: «como poderemos aproximar-nos dos níveis de vida dos países mais prósperos», «sem política monetária, com a política orçamental espartilhada, com impactos profundíssimos de liberalização do comércio mundial e alargamento ao leste europeu?»

Ilusões europeias à parte - que levam João Ferreira do Amaral a afirmar ainda que «a Europa de Maastricht e da moeda única não é a Europa de 1986», quando elas na realidade apenas representam fases diferentes do mesmo processo - o que importa ressaltar na presente situação é o alargamento e o aprofundamento das inquietações com as consequências nacionais e sociais da dogmática maastrichtiana. E sublinhar, também, as acrescidas necessidades de intervenção e de luta dos trabalhadores e dos povos, que estão a colocar-se tanto no plano social como no político. Em Portugal como nos restantes países da União Europeia.

Mil novecentos e noventa e sete perfila-se, pois, no horizonte, como um ano de indispensáveis e urgentes lutas anti-Maastricht. Porque a coesão económica e social não constituindo obviamente um objectivo do grande capital - e por isso desta União Europeia - nem por isso deixa de representar um importante objectivo de luta em que os trabalhadores e os povos da Europa estão vitalmente interessados.

■ Edgar Correia

## Velha guarda/jovem guarda

O Congresso do PCP esteve justificadamente em foco na comunicação social.

Como muitas vezes acontece, houve quem trouxesse a cassette já gravada e, cabulando, se limitou a carregar no botão para repetir a rádios, jornais e TVs sempre os mesmos gastos chavões. Houve a crónica de impertinência arrogante a simular reflexão crítica. Houve até a reportagem em que as pretensões à ironia jocosa escorregaram para a graça boçal.

Mas houve também análises e informações mais atentas e argutas que, procurando fugir à banalidade de certas «críticas» ao PCP, se interrogaram sobre a origem e as razões da força deste partido, da sua irrecusável vitalidade. Houve quem vislumbresse as bases sociais que alimentam as suas raízes, a seriedade e validade da sua reflexão e postura, o peso da sua intervenção, mesmo quando não directamente visível.

E houve mesmo quem reconhecesse como os factos desmentem os autistas (esses, sim) que obsessivamente repetem a gasta imagem do "irreversível envelhecimento" do PCP.

O render da velha guarda foi título muito usado e referência comentada em vários registos, ante o visível avanço, a todos os níveis, de novas gerações que, neste Partido, reúnem, num património político único, aqueles que o construíram e vieram da luta clandestina, os que viveram a Revolução de Abril e tiveram uma contribuição histórica para dar forma às suas conquistas, os que aderiram para juntar ombros em defesa dessas conquistas e os que a ele continuam a aderir por quere-rem progresso e justiça numa democracia ampliada, com o socialismo como horizonte. Só que: o que se passa no PCP não é propriamente um "render de guarda"...

As várias gerações, num processo natural de renovação, não se revezam: entrelaçam-se; nessa fulgurante cooperação, participação e partilha de ideias a que chamamos «trabalho colectivo».

Uma observação atenta reconheceria que isso não é novo. É um processo que marcou a vida do PCP nas últimas décadas de forma visível. Foi ele que permitiu ao PCP, sem perder a sua identidade, transformar-se rapidamente num grande partido de massas, numa renovação orgânica que teve a sua consagração no VII Congresso (1976). E só a cegueira das ideias feitas não quis ver a nova fase de vida encetada pelo PCP no XII Congresso (1988), tanto com a aprovação do novo Programa como no processo de renovação dos organismos de direcção que teve o seu seguimento no XIII, XIV e, agora no XV Congresso.

■ Aurélio Santos

## SOLIDARIEDADE internacionalista

O Congresso do Partido, reafirmando a sua identidade comunista e o seu projecto de socialismo para Portugal e definindo os seus objectivos a curto e médio prazo, foi também um importante acontecimento de carácter internacionalista.

Com efeito, as 59 delegações estrangeiras presentes e as 33 saudações recebidas trouxeram-nos a solidariedade e o testemunho da luta de partidos e povos dos cinco cantos do planeta.

Vivendo e actuando em realidades muito diversas, todos os partidos presentes no nosso Congresso defrontam actualmente a mais brutal e generalizada ofensiva do imperialismo, facilitada pelas derrotas do socialismo e o seu desaparecimento como sistema mundial. Procurando impor a sua hegemonia mundial, as forças do grande capital atacam direitos e conquistas históricas dos trabalhadores, alcançados pela luta de gerações sucessivas, pressionam e ameaçam países independentes, ditam as regras do comércio internacional. Apoiando regimes autoritários, fomentando conflitos étnicos e regionais, impondo bloqueios económicos, promovendo o terrorismo de Estado e intervindo militarmente, o imperialismo procura estabelecer "a nova ordem internacional".

Mas por todo o mundo os trabalhadores e os povos lutam e resistem. Desenvolvem-se lutas de grande amplitude nos países capitalistas desenvolvidos contra o desemprego, a precarização do trabalho e a perda de direitos sociais. Em vários países do chamado Terceiro Mundo, num quadro de grandes dificuldades, têm lugar acções em defesa de interesses vitais dos respectivos povos. E nos países que insistem em definir como orientação e objectivo construir uma sociedade socialista prossegue a resistência aos propósitos de domínio planetário do capitalismo. Estas situações e lutas estiveram presentes no nosso Congresso, pela voz de partidos que manifestaram a sua vontade de prosseguir a sua acção nos respectivos países.

A necessidade objectiva de troca de experiências, do aprofundamento do conhecimento recíproco, da solidariedade, de acções comuns ou convergentes para travar as novas e muito sofisticadas formas de exploração que recaem sobre os trabalhadores, bem como as ameaças que pesam sobre a soberania das nações, foi posta em evidência por várias delegações estrangeiras que estiveram no Congresso. Problemas e preocupações comuns conduzirão, inevitavelmente, a ultrapassar dificuldades e a estreitar a cooperação entre forças sociais e políticas democráticas e progressistas, fortalecendo e ampliando assim o carácter internacionalista da nossa luta.

A solidariedade internacionalista, que cresce com a luta, e baseada na consciência de que o capitalismo é já hoje um obstáculo ao progresso social e é possível alcançar alternativas democráticas e progressistas, constitui um valor inestimável. E é geradora das condições que contribuirão para a constituição duma ampla frente anti-imperialista, como proclama a Resolução Política do Congresso. Alguns passos têm sido dados nessa direcção. Pela sua dimensão e continuidade assume particular importância o Fórum de S. Paulo. Mas, também na Europa, a Iniciativa de Paris, em Maio deste ano, testemunha a vontade de congregar forças que impeçam a liquidação de direitos essenciais dos trabalhadores. Noutros pontos do globo, partidos comunistas reúnem-se, debatem problemas e experiências. Este processo, ainda lento e complexo, desmente os arautos da morte do movimento comunista e revolucionário mundial e do fim da História. Do futuro não farão parte os actuais flagelos sociais, a exploração, os conflitos e as guerras do capitalismo. O futuro será de solidariedade entre povos e Estados iguais em direitos, cimentada pela intervenção das forças que, na actualidade, intervêm para a superação revolucionária do capitalismo. Solidariedade que teve significativa expressão no nosso XV Congresso.

■ Manuela Bernardino



## SEMANA

Os «sacos azuis»  
do Governo

O secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, afirmou no início da semana, em Lisboa, que «há um conjunto de sacos azuis» para o Governo «utilizar em benefício próprio» nas autarquias. Carlos Carvalhas falava no final de uma audiência com o Presidente da República, Jorge Sampaio, a quem foi apresentar as conclusões do último Congresso do PCP,

realizado há cerca de uma semana.

O líder comunista adiantou que aqueles «sacos azuis» foram aumentados em quase 50 por cento para benefício eleitoral do executivo, pelo que, frisou, «é muito natural» existir um acordo entre Governo e PP para aumentar o financiamento das autarquias populares no próximo ano», como aliás anunciava na últi-

ma segunda-feira o «Diário de Notícias».

O PCP abordou também com o Presidente da República a situação política, económica e social do País, manifestando a sua preocupação pelas políticas do Governo. A revisão do Tratado de Maastricht e os critérios de convergência para a moeda única foram outros dos temas discutidos na audiência.



## Trabalho infantil

Um relatório da UNICEF sobre a situação mundial da infância agora divulgado inclui o nosso País no grupo dos que sujeitam crianças de apenas doze anos ao trabalho pesado e a situações de risco como

as existentes na indústria de construção. No capítulo dedicado à eliminação do trabalho infantil, aquele documento cita as situações de risco e explorações existentes em Portugal, emparceirando-nos

com países com idênticas realidades como a Tanzânia, Malásia, Marrocos, Estados Unidos, Índia e Filipinas.

No Relatório onde analisa a utilização de mão-de-obra infantil em trabalhos pesados, do ponto de vista dos direitos da criança e da Convenção sobre os Direitos da Criança, a UNICEF aborda igualmente em termos estatísticos o bem-estar da criança e o nível de cuidados, sua alimentação e recursos a ela afectos. Nos indicadores básicos, como a mortalidade infantil, esperança de

vida à nascença e percentagem de crianças em idade escolar matriculadas, Portugal surge claramente com índices favoráveis em termos mundiais. O pior é quando se estabelece a comparação com os países industrializados (grupo em que se integra). As nossas fragilidades vêm logo ao de cima, como testemunha, por exemplo, a mortalidade infantil, com uma taxa a elevar-se a 11 por mil (dados de 1995), quando a média nos países industrializados não ultrapassa os 8 por mil.

## Temporal nos Açores

Elevados níveis de precipitação conjugados com vento forte e trovoadas provocaram sérios danos materiais na Ilha de S. Miguel, Açores. O concelho de Povoação foi o mais atingido pelas chuvas torrenciais que fizeram transbordar dos leitos

poderosos caudais que tudo arrastaram pela frente numa onda de destruição. Os estragos mais graves ocorreram em cerca de duas centenas de moradias, pontes, estradas e perto de quarenta viaturas. De acordo com as primeiras estimativas, os pre-

juízos ascendem a cerca de 3,7 milhões de contos, tendo sido já convocada uma reunião extraordinária da Assembleia Regional para aprovação de um reforço orçamental destinado a compaticipar na recuperação dos estragos. Solicitada foi também a

declaração da calamidade pública por forma a obter os meios financeiros que diminuam os prejuízos sofridos, os quais, depois das tempestades ocorridas na passada semana na Graciosa, no Pico e no Faial, totalizam mais de 7,5 milhões de contos.



## Polícias em vigília

Respondendo ao apelo da direcção distrital do Porto da Associação Sócio-Profissional da Polícia (ASPP), profissionais da PSP cumpriram uma vigília de três dias em defesa de melhores condições salariais, pela reestruturação das carreiras, obtenção de subsídio de risco e possibilidade de sindicalização dos agentes de segurança. Realizada na Praça da Batalha, próximo do comando regional da PSP, esta acção foi marcada pela deslocação ao Governo Civil do Porto de uma delegação da ASPP que fez entrega de uma moção apelando à intervenção do primeiro-minis-

tro na resolução dos problemas que afectam a instituição. No documento, onde se queixam do Ministério da Administração Interna por não atender às suas reivindicações, os polícias solicitam a intervenção de Guterres por forma a garantir, sublinham, «uma participação eficaz dos profissionais da PSP, no sentido de restabelecer a confiança e a motivação dos agentes policiais», bem como na criação de condições que «permitam, senão debelar, restringir a insegurança a índices que deixem de ser preocupantes para o comum dos cidadãos».



## Porto histórico

Um espectáculo popular no Palácio de Cristal e um concerto na Sé Catedral foram os pontos altos dos festejos comemorativos que assinalaram a elevação do Porto a Património Mundial da Humanidade.

Quinze dias depois da histórica decisão da UNESCO, o Porto entendeu assinalá-la promovendo, no último sábado, à tarde, um concerto com a Orquestra Clássica do Porto e o Coro da Sé Catedral do Porto, interpre-

tando peças de Bach, Handel e Bruchner, a que se seguiu, à noite, em ambiente popular, um espectáculo com o conjunto de António Mafra, Rui Veloso e Sérgio Godinho.

Recorde-se que a decisão de elevar o Porto a Património Mundial foi adoptada pela assembleia geral da UNESCO, por unanimidade, tendo a Cidade Invicta sido uma das escolhidas entre as 16 candidaturas de várias partes do mundo.

## FRASES

“PP ainda não é a minha casa”

Maria José Nogueira Pinto  
«Independente», 13/12/96

“O átrio do liceu Passos Manuel estava dividido ao meio: de um lado, os pops, do outro, os betinhos. Monteiro era betinho, impecavelmente vestido e penteado”

«Independente»  
Suplemento "Vida", 13/12/96

“A partir de agora, ninguém vai levar Manuel Monteiro a sério”

Narana Coissoró  
«Jornal de Notícias», 15/12/96

“Há uns infiltrados marxistas-leninistas, maoístas e seus aliados que tudo fizeram para ver se eu era expulso do partido”

Valente Loureiro  
«Independente», 13/12/96

“Foi criada uma situação que ultrapassa todas as marcas e tem que ter consequências. O último Congresso do partido disse que era preciso acabar com as brincadeiras; se as brincadeiras não acabaram, é tempo de acabar com elas”

Pacheco Pereira  
«Público», 16/12/96

“A televisão contribuiu para transformar o cidadão português num espectador da política e nós queremos que os cidadãos sejam intervenientes e que os nossos militantes participem e decidam em tudo aquilo que é fundamental, incluindo a eleição dos seus dirigentes”

Agostinho Lopes  
«Expresso», 14/12/96

“Benfica não existe, é um circo”

Artur Jorge  
«Expresso», 14/12/96

“O Sr. Artur Jorge é um caso clínico de uma certa especialidade...”

Manuel Damásio  
«Record», 15/12/96

“No final daquilo tudo vai haver uma diferença entre o que se gastou e o que se recebeu e eu presumo que vai ser uma conta pesada”

Jorge Coelho, sobre a factura da Expo 98, em entrevista à rádio de Vila Real



## TRABALHADORES



Sindicalistas de todo o País deslocaram-se na semana passada à residência oficial do primeiro-ministro

## Manifestação hoje à tarde no Terreiro do Paço

# Resposta vigorosa ao Governo e ao patronato

**A** CGTP-IN promove hoje concentrações e uma manifestação em Lisboa, convocada para as 15 horas, na Praça do Comércio, seguida de desfile nas ruas de Lisboa. No plenário nacional de sindicatos onde estas acções foram decididas, dia 11, mais de dois mil dirigentes e delegados sindicais manifestaram «apoio e solidariedade a todos os trabalhadores em luta pela redução dos horários de trabalho, pela defesa do emprego, contra as privatizações e pela melhoria dos salários».

A resolução sobre o actual momento político, aprovada no Pavilhão Carlos Lopes, exorta ainda os trabalhadores a prosseguirem e intensificarem «a luta em defesa dos seus direitos e interesses, condição fundamental para uma mudança de rumo das políticas económicas e sociais».

O plenário - um dos maiores realizados pelo movimento sindical unitário - apoiou a atitude firme tomada na Concertação pelos representantes da CGTP-IN (que suspenderam na semana passada a participação da central na CPCPS) e decidiu «repudiar e

combater as tentativas de corporativização das relações laborais e de práticas contrárias ao regime democrático em que vivemos».

Os sindicalistas, no final do plenário, deslocaram-se até S. Bento para levar ao primeiro-ministro as decisões aprovadas no encontro, percorrendo a pé o trajecto desde o Marquês de Pombal, pelo Largo do Rato e a Rua de São Bento, concentrando-se junto à residência oficial de António Guterres.

Aqui, Carvalho da Silva fez uma intervenção condenando veementemente o Governo por

«optar pelos interesses do patronato mais retrógrado e conservador de Portugal», em vez de «responder aos problemas reais dos trabalhadores». Entretanto, três elementos da comissão executiva da *Inter* entregaram as resoluções do plenário a Vítor Ramalho, assessor do primeiro-ministro.

## 40 horas para valer

No centro das lutas de trabalhadores actualmente em curso está o facto de a aplicação da Lei 21/96 (sobre redução de horários, flexibilidade e polivalência) estar a ser aproveitada pelo patronato para atacar direitos dos trabalhadores há muito reconhecidos.

Desde o dia 1 de Dezembro - quando a lei entrou em vigor -, assiste-se «a verdadeiras acções de terrorismo patronal, que chegam a tomar a forma de ameaças físicas aos trabalhadores», com o objectivo imediato de «anular



O plenário de dia 11 foi um dos mais participados de sempre

a redução dos horários à custa da eliminação da contagem das pausas do trabalho no período normal de trabalho».

A resolução político-sindical do plenário de dia 11 recorda que a CGTP havia já alertado

para este perigo e que «a resposta dos trabalhadores não se fez esperar», decorrendo lutas em dezenas de empresas. Entretanto, «a actuação do patronato está a contar com o apoio explícito do Governo, através de um *frete*

do secretário de Estado do Trabalho» e de uma resolução da Comissão de Acompanhamento do acordo de Curto Prazo interpretando a lei «em termos que mais não são que a reprodução fiel das posições patronais».

## Guterres não pode ignorar

O coordenador da CGTP-IN apelou segunda-feira a uma reunião urgente com o primeiro-ministro, António Guterres, para clarificar a lei das 40 horas e denunciar a forma como muitos patrões estão a proceder à sua aplicação.

«O primeiro-ministro não pode andar a fazer de conta que não se está a passar nada quando há centenas de milhares de trabalhadores portugueses, alguns deles a ganhar muito mal, que estão a ser prejudicados com a interpretação incorrecta da lei», disse Carvalho da Silva, citado pela Agência Lusa, referindo-se ao desconto dos intervalos na contabilização do horário de trabalho.

### Tudo combinado

Falando sobre a reunião do passado sábado entre dirigentes da CGTP e a ministra do Emprego, o coordenador da *Inter* registou que, pela primeira vez, um membro do Governo confessou claramente que a interpretação da lei

resulta de «um compromisso político entre o Governo e os patrões, estabelecido há muito tempo». Carvalho da Silva disse que a ministra procurou uma interpretação pretensamente técnica para a questão, mas no fundo mostrou-se «afrita quanto à forma de sair do processo».

A CGTP-IN deixou claro que irá manter a sua suspensão das reuniões da Comissão Permanente da Concertação Social até a questão das 40 horas estar clarificada e enquanto não houver um recuo relativamente à forma de «corporativização das relações laborais», mas que não abdica de participar no Conselho Económico e Social.

Na passada quinta-feira, dia 12, uma delegação da CGTP esperou em vão 40 minutos, na residência oficial do primeiro-ministro, para uma reunião bilateral no âmbito da concertação estratégica, que fora marcada e posteriormente desconvocada pela ministra, numa interpretação abusiva da suspensão anunciada pela Intersindical.

### Razão reconhecida

Manuel Carvalho da Silva falava à saída de uma audiência com o Provedor de Justiça, Meneres Pimentel, o qual deu implicitamente razão à interpretação da central sindical sobre a lei em causa (21/96), mas evitou pronunciar-se taxativamente sobre o assunto sem ouvir primeiro o Governo.

No final da audiência, o Provedor disse que, se a lei aparece como sendo de redução do horário de trabalho, «não pode, por outra via, redundar num aumento do horário ou da permanência dos trabalhadores nas empresas». Meneres Pimentel afirmou que vai estudar o assunto e colocá-lo quer à ministra do Trabalho, quer ao primeiro-ministro.

Outro problema colocado pela CGTP-IN - representada por Manuel Carvalho da Silva, José Ernesto Cartaxo e Manuel Lopes - e que será objecto de análise por parte do Provedor é a clari-

ficação do papel da Comissão de Acompanhamento do Acordo de Concertação Social de curto prazo.

No entender da central, o facto de ter prevalecido a interpretação «terrorista, abusiva e confusa» da Comissão, da qual fazem parte apenas as entidades que aprovaram o acordo (patronato, UGT e Governo), traduz uma corporativização das relações de trabalho.

Deputados do PS, do PCP e do PSD deram razão à CGTP quanto à questão das pequenas pausas laborais.

Manuel Lopes, da Comissão Executiva da central, disse à Lusa que os deputados, com quem os sindicalistas tiveram audiências separadas na quinta e na sexta-feira, concordaram que as pequenas pausas fazem parte do tempo efectivo de trabalho.

Os encontros entre a CGTP e os deputados do PCP, do PS e do PSD da comissão parlamentar de Trabalho realizaram-se a pedido da central, que solicitou ainda audiências ao primeiro-ministro e ao Presidente da República.



## TRABALHADORES

POSTAIS NO NATAL  
LUTA EM JANEIRO

Os sindicatos dos profissionais de saúde decidiram sexta-feira enviar à ministra Maria de Belém postais, subscritos pelos trabalhadores, a desejar-lhe um Bom Ano de 1997 e reiterando a exigência da atribuição do adicional de dois por cento.

Em Janeiro, os profissionais da saúde vão avaliar a radicalização das formas de luta, que poderá mesmo envolver uma paralisação do sector, disse Carlos Martins, coordenador do Sindicato dos Enfermeiros Portugueses, à Agência Lusa.

Esta decisão foi adoptada após uma reunião das direcções da Federação Nacional dos Médicos, do Sindicato dos Enfermeiros Portugueses, do Sindicato dos Técnicos Paramédicos e da Federação da Função Pública, realizada dia 13.

Os representantes sindicais dizem que em Janeiro último, quando foi assinado o acordo de 1996 da Função Pública, o ministro-adjunto, Jorge Coelho, garantiu que lhes seria atribuído, ao longo do ano, o adicional de dois por cento. «O Governo tem a preocupação de, em próximas negociações, quer globais quer parcelares, fazer ajustamentos que conduzam ao equilíbrio existente (adicional de dois por cento para os Corpos Especiais)», foram as declarações de Jorge Coelho para a acta, segundo uma nota dos sindicatos à comunicação social.

Em negociação sectorial com o Ministério da Educação, os professores conseguiram que lhes fosse atribuído o adicional, mas a ministra da Saúde, Maria de Belém, tem recusado semelhante medida para os representantes dos profissionais da saúde.

## MEIAS PROMESSAS

Aos trabalhadores desalojados do Chiado pelo incêndio de 1988, o secretário de Estado do Trabalho, que recebeu uma delegação na segunda-feira, «fez meias promessas mas no plano concreto não apresentou qualquer solução» - disse Félix Pinho, dirigente do Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços de Lisboa, à Lusa.

Quase três centenas de trabalhadores continuam sem trabalho e sem receber qualquer indemnização, porque não foram formalmente despedidos. Os trabalhadores pretendem que os centros de emprego lhes proporcionem colocação noutras empresas do comércio, que os que passaram à reforma antecipada vejam a sua pensão actualizada pelos valores actualmente praticados e que as entidades patronais sejam responsabilizadas pelo pagamento de indemnizações calculadas com base na antiguidade.

Os trabalhadores do Chiado, que já foram recebidos pelos grupos parlamentares e por um assessor do primeiro-ministro, decidiram participar na manifestação de hoje da CGTP, mas antes irão depositar «prendas» de protesto na árvore de Natal instalada na Praça da Figueira.

PJ PROCURA  
GUTERRES

Os funcionários da investigação da Polícia Judiciária mantêm a greve para os dois últimos dias deste ano, porque o Ministério da Justiça não satisfaz as suas reivindicações, disse segunda-feira à Lusa o presidente da direcção regional do sul da Associação Sindical dos Funcionários de Investigação Criminal, Molarinho Jacinto, acrescentando que a direcção da ASFIC solicitou dia 13 uma audiência urgente ao primeiro-ministro e vai esperar até quarta-feira. Se não obtiver resposta, haverá nesse dia uma entrega simbólica de armas no Ministério da Justiça. Os investigadores da PJ reivindicam a melhoria do subsídio de risco, a definição do regulamento dos piquetes, com o pagamento do respectivo subsídio e direito a folga, e uma nova lei orgânica da instituição. Deram um prazo até ao final da semana passada para obter uma resposta do Ministério da Justiça e a que obtiveram, na quinta-feira, não os satisfaz.

POLÍCIAS  
PELO SINDICATO

A concentração-vigília de três dias, realizada na semana passada no Porto (Praça da Batalha), segundo a Associação Socio-Profissional da Polícia, teve a adesão de «cerca de 600 profissionais, o que demonstra o êxito da iniciativa». A acção, iniciada quarta-feira (dia 10), teve como objectivo «demonstrar o descontentamento pela não resolução dos problemas socioprofissionais dos agentes da PSP» e a «defesa do sindicalismo policial».

«Pode dizer-se que foi em boa hora que se tomou tal decisão», referiu à Lusa fonte da associação, notando que, «apesar das reuniões já efectuadas com o actual ministro da Administração Interna, é um facto que tudo continua como antes».

## PRISÕES EM GREVE

Os guardas prisionais decidiram sábado, em Coimbra, num plenário nacional promovido pelo sindicato do sector, realizar greves sucessivas a partir de Janeiro se o Governo não satisfizer as suas reivindicações. A proposta de greve, apresentada pelos corpos directivos do Sindicato dos Guardas Prisionais, foi aprovada pela maioria dos cerca de 250 sócios que participaram na reunião. Se, no prazo de 45 dias, o Governo não responder por escrito ao sindicato - que reclama sobretudo a atribuição de um subsídio de risco -, os guardas realizarão um primeiro dia de greve.

3º Congresso do STAL  
Administração Local  
admite recorrer à greve

O Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local avisa o Governo que caso não surjam respostas concretas para os problemas dos trabalhadores das autarquias, o início de 1997 poderá ficar marcado por uma greve no sector.

A decisão de enveredar por «formas superiores de luta» já no início do próximo foi sublinhada na proclamação aprovada no passado sábado pelo 3º Congresso do STAL reunido em Tróia.

Durante dois dias (13 e 14), os 459 delegados eleitos no con-

Paralelamente, o Congresso constatou que o processo de criação das regiões administrativas tem vindo a ser «premeditadamente obstaculizado», salientando «é um adiamento de um dos objectivos indispensáveis ao desejável desenvolvimento harmónico e equilibrado do país e

buna, os delegados acusaram o Governo PS prosseguir a mesma política economicista que caracterizou a década cavaquista, e de faltar às promessas feitas, não cumprindo sequer o acordo com os sindicatos subscrito no início do ano.

Por isso, os trabalhadores das autarquias são hoje «os mais mal pagos da administração pública e os que menos recebem na Europa». Vozes se levantaram contra a moeda única, sublinhando sobretudo que não podem ser os trabalhadores. Já

tivas» disse este sindicalista recusando a ideia de que a moeda única é o único caminho.

Inoperância  
e falso diálogo

Depois de um ano de Governo PS, o facto é que as reivindicações mais antigas do sector continuam por resolver, razão mais do que suficiente para concluir que «o pretensão clima de diálogo não tem servido senão para disfarçar a inoperância, o desinteresse e o incumprimento escandaloso dos compromissos que subscreveu com o sindicatos».

Concretamente, o STAL refere que das 13 mesas parcelares de negociação, nove já ultrapassaram os prazos e que das chamadas medidas imediatas duas ainda estão por concluir, nomeadamente a revogação da lei dos disponíveis e o regime de instalação do conselho superior de acção social e complementar, enquanto outras quatro ainda não foram publicadas.

Por satisfazer estão igualmente outras exigências como o nivelamento do índice 100 pelo valor do salário mínimo nacional; a regulamentação do subsídio de insalubridade, penosidade e risco; a reposição das ajudas de custo; a reestruturação e revalorização do sistema de carreiras; e definição do quadro legislativo sobre privatização de serviços.

A proclamação aprovada não deixa dúvidas: ou o Governo dá respostas adequadas ou os trabalhadores vão à luta já no início do próximo ano.



No Congresso participaram 459 delegados de todo o País

tinente e ilhas discutiram o futuro dos serviços públicos e a regionalização, fizeram o balanço da actividade sindical nos últimos três anos e analisaram a situação social e as perspectivas de futuro.

O Congresso contou com a presença de representantes de diversas organizações sindicais portuguesas, europeias e africanas, nomeadamente dos PALOP's, da Associação Nacional de Municípios, de partidos políticos, representantes do Governo e da Resistência de Timor Leste.

Defender  
os serviços públicos

O prosseguimento e intensificação do processo de privatizações mereceu duras críticas por parte dos delegados, um dos quais chegou mesmo a prever que «não faltará muito para que as privatizações cheguem aos cemitérios», considerando que cada concessão efectuada «é um pedaço do poder local que cai».

A defesa do Poder Local e dos serviços que prestam às populações foi aliás motivo para uma moção aprovada pelos congressistas que decidiram entregá-la ao presidente da Assembleia da República, onde, na sexta-feira, foi assinalado o 20º aniversário da criação do Poder Local. Refira-se ainda que Almeida Santos abriu a sessão comemorativa com a leitura do texto na íntegra.

consequente melhoria da qualidade de vida das populações».

Os mais mal pagos  
da Europa

Más foi o debate da situação social e o conjunto de reivindicações do sector que mais empolgou o Congresso. Da tri-

Carvalho da Silva, logo no primeiro dia de trabalhos, tinha reafirmado a posição da central, «favorável à construção europeia, mas com regras e só se o objectivo for mais democracia, mais participação dos cidadãos, mais emprego e dimensão social».

«Para cada verdade absoluta existem quatro ou cinco alterna-

Função Pública  
denuncia encenação

O Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores denunciou segunda-feira a existência de «indícios que levam a presumir estar em preparação a encenação de um acordo» nas negociações do dia seguinte, entre o Governo e a UGT, sobre a actualização salarial para a Administração Pública.

Antecipando o levantar do pano, o sindicato apontava quatro traços da «encenação»:

- «o acordo real será, ao que tudo indica, firmado num aumento de 2,95 por cento e afirmado ser em mais de 3 por cento, contando com os arredondamentos legais obrigatórios para a casa das centenas de escudos em cada vencimento concreto»;

- «não há da parte daqueles parceiro negociais qualquer esforço mútuo para o consenso, mas apenas uma maquinação para ludibriar os trabalhadores»;

- «da parte do Governo, presumivelmente, irá ser afirmado um grande esforço negocial, quando, de todo, a verba inscrita no OE lhe permitia ir bem mais longe»;

- «da parte da UGT, presumivelmente, irá afirmar o seu sentido de realismo, quando nada fez

para defender o poder de compra dos trabalhadores, a sua participação na distribuição do rendimento nacional e a superação da escandalosa diferença entre o vencimento-base da Função Pública e o salário mínimo nacional».

A primeira proposta do Governo, há dois meses, apontava aumentos salariais de 2,375 por cento, e mereceu claro repúdio da Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública (a estrutura mais representativa, com 31 organizações sindicais dos diferentes sectores) e dos trabalhadores, com particular expressão nas lutas de 24 de Outubro e 5 de Dezembro.

A Frente Comum exige a recuperação do poder de compra perdido nos últimos anos, a equiparação do «índice 100» ao salário mínimo nacional, a repartição dos ganhos de produtividade e a aproximação aos vencimentos praticados no sector empresarial e nas administrações públicas da generalidade dos países comunitários. Reclama ainda do Governo o cumprimento do acordo firmado em Janeiro com os sindicatos, nomeadamente quanto aos «disponíveis», ao trabalho precário, às carreiras, a outras matérias que já deviam estar encerradas nas mesas negociais e a problemas de sectores específicos.



## TRABALHADORES

Pela redução efectiva dos horários

## Têxteis e calçado não desistem da luta



Activistas sindicais do sector têxtil, vestuário e calçado, de diversas regiões e empresas, vieram na semana passada a Lisboa participar no plenário nacional de sindicatos da CGTP-IN e integraram-se no desfile até à residência oficial do primeiro-ministro

A Fesete/CGTP valoriza a luta de dia 14, em que «a maioria dos trabalhadores» parou ao completar o horário reduzido segundo a nova lei. A federação mantém o pré-aviso de greve e prepara novas acções para este sábado.

A Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Calçado e Peles de Portugal - que tem dinamizado a luta pela redução do horário de trabalho a caminho das 40 horas semanais, sem trabalho ao sábado e com manutenção do direito às pausas e intervalos já reconhecidos há muitos anos mas que o patronato pretende agora retirar, a pretexto da aplicação da Lei 21/96 - deu grande realce às acções realizadas no passado sábado, nos distritos de Aveiro, Porto e Braga.

Depois da greve de dia 7 (que, segundo a federação, envolveu dezenas de milhares de trabalhadores), ficou convocada nova paralisação para dia 14, permitindo assim que, em qualquer empresa do sector, os trabalhadores tivessem cobertura legal para se recusarem a trabalhar para além do horário máximo que devia já vigorar desde 1 de Dezembro.

Além das greves, que tiveram novamente uma grande adesão, tiveram lugar no dia 14 concentrações de trabalhadores do sector à porta das empresas. Uma

delegação da Comissão Executiva da CGTP, integrando Manuel Carvalho da Silva, esteve nas concentrações realizadas em Silvalde e Grijó (Espinho), Vila das Aves (Santo Tirso) e Ronfe (Guimarães). Nestas duas últimas localidades verificaram-se cortes de trânsito de cerca de uma hora.

Nas suas intervenções, o coordenador da CGTP acusou as empresas de, ao pretendeream eliminar as pausas e intervalos no trabalho, colocarem em causa direitos adquiridos pelos trabalhadores há três décadas.

## Prendas ao PM

Na segunda-feira, ao anunciar a realização de um plenário extraordinário de sindicatos, a Fesete/CGTP revelava que, desde as 6 horas da manhã desse dia, estavam em greve os trabalhadores do primeiro turno da Coelima.

Uma deslocação a Lisboa, no próximo sábado, para levar ao primeiro-ministro um «pinheiro» e «prendas de Natal», encontrava-se entre as formas de luta em análise pela federação e os sindicatos.

Com greve marcada para dia 23  
Ferroviários querem negociar

A Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Ferroviários Portugueses enviou ao ministro do Equipamento Social uma proposta de negociações de modo a evitar o recurso à greve. No plenário de sindicatos realizado na semana passada, contudo, foi também decidido prosseguir a mobilização dos trabalhadores para a paralisação no sector, marcada para dia 23.

A redução da carga de trabalho e a negociação imediata do regulamento de carreiras na CP, bem como na Emef e na Soflusa, são algumas das exigências apresentadas ao ministro João Cravinho na proposta negociada da FSTFP/CGTP. A federação exige ainda garantias do ministro da tutela de que não vão ocorrer despedimentos na sequência da divisão da empre-

sa, de que vão cessar as pressões para conseguir rescisões «voluntárias» de contratos e de que os direitos actualmente consagrados no Acordo de Empresa da CP serão mantidos no futuro.

Na «proposta para a resolução do actual conflito no sector ferroviário», aprovada no plenário de dia 12, a federação aponta como causas da actual situação a falta de respostas a uma série de

problemas laborais e as medidas (de prosseguimento do desmembramento iniciado pelos governos do PSD) que o Governo PS anuncia para o caminho-de-ferro.

Uma delegação da FSTFP deslocou-se anteontem ao Ministério para «dar ao ministro a oportunidade de colocar preto no branco as garantias que nos tem dado verbalmente», como afirmou ao «Público» o dirigente sindical José Manuel Oliveira.

Diálogo, sim  
mas com os Mellos

«Na Lisnave, o diálogo do Governo é Mello sim, trabalhadores não», afirma a CT da Lisnave, comentando segunda-feira a decisão do executivo relativamente ao Plano Director Municipal de Almada.

A Comissão de Trabalhadores recorda que o Governo do PSD recusou aprovar o PDM almadense, alegando que colidia com a Reserva Ecológica Nacional. Depois, o Governo do PS acabou por dizer que os seus antecessores haviam mentido e que o problema residia na Lisnave. «Entretanto, passaram-se 3 anos, ao longo dos quais foram variando os argumentos para não ser aprovado o PDM» - constata a CT.

Ao aprovar agora uma reso-

lução que ratifica o PDM mas exclui do seu âmbito a área da Lisnave, na Margueira, o executivo socialista alega que a classificação deste espaço como industrial compromete o programa de utilização definido pelo Estado, o que para a CT significa que «o que o Governo do PSD iniciou, o Governo do PS terminou, e a Lisnave não é mais área industrial».

Este resultado é «grave e caricato», afirma a CT, lembrando que «recentemente foi investido um milhão de contos no pólo tecnológico, com o argumento de servir a área industrial de Almada, e agora privam o concelho dessa mesma área».

A CT informa que tem mantido contactos com a Câmara Municipal de Almada e sabe que a autarquia «já tomou posição em relação a esta decisão, considerando que Almada se vê privada de uma área importante para o desenvolvimento do concelho, não sabendo tão-pouco o que se pretende realmente instalar na Margueira».

Verificando que «as decisões sobre a Lisnave vão sendo tomadas, remetendo-se o Governo a um comprometedor silêncio em relação aos trabalhadores e à sua participação», a CT conclui que tal comportamento de um Governo «que tanto falou em diálogo» constitui «uma desilusão».

Contra o terrorismo  
na Siderurgia-Longos

«A administração da Siderurgia Nacional - Empresa de Produtos Longos pratica uma política de autêntico terrorismo social, pela qual, num Estado de Direito, terá que prestar contas» - afirma o secretariado da Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal.

Numa nota à comunicação social, a FSMMP/CGTP revelou na semana passada que, «no prosseguimento da longa e ilegal campanha coerciva e psicológica para que os trabalhadores abdicassem dos seus direitos e garantias, a administração apresentou agora formalmente um processo para despedimento colectivo de 61 trabalhadores (34 no Seixal e 27 na Maia)».

Para a federação, a administração assume «uma clara posição chantagista, em que num dia coloca trabalhadores como excedentários para noutro dia os tirar e substituir por outros», com o objectivo de «criar um clima de terror e insegurança, para mais facilmente atingir os seus objectivos».

Recordando que «estes patrões, espanhóis e italianos, quando concorreram à privatização, já a empresa tinha, a expensas do Estado português, um quadro de pessoal reduzido e adaptado às exigências do seu funcionamento, aprovado pelo Governo português e por Bruxelas, tanto no Seixal como na Maia». Tal quadro, entretanto, foi ainda mais reduzido depois da venda da SN-Longos.

Neste quadro, a federação afirma que «o despedimento em causa só pode entender-se como mais uma medida repressiva sobre os trabalhadores que, com determinação, têm lutado contra os sinistros objectivos do patronato, pois a

empresa não precisa de reduzir mais pessoal, já que diariamente tem trabalhadores contratados à hora em postos de trabalho permanentes». A FSMMP frisa que alguns destes contratados eram trabalhadores da empresa, que foram obrigados a rescindir os contratos.

Para analisar a resposta a dar a esta tentativa de despedimento, foram marcados plenários no Seixal e na Maia.

## Renault

Na semana passada, a administração da Renault entregou à Comissão de Trabalhadores um processo de despedimento colectivo de 181 pessoas, que a CT recebeu com «espanto». É que, refere a CT numa nota de imprensa divulgada segunda-feira, «desde o dia 1 de Novembro que a empresa pressiona trabalhadores para aceitarem as indemnizações propostas para rescisão de contratos "por mútuo acordo", integrado em projecto de redução de efectivos», mas «a existência de tal projecto foi formalmente negada à CT, em 31 de Outubro e 6 de Dezembro».

«Para dar resposta a esta ofensiva», a CT solicitou aos sindicatos a marcação de uma greve para hoje. Em plenário de trabalhadores, foi decidido entregar exposições sobre o assunto ao primeiro-ministro e ao embaixador francês.

## EFFAs

Também estão hoje em greve os trabalhadores dos estabelecimentos fabris das Forças Armadas, que se concentram às 10 horas junto do Ministério da Defesa - anunciou anteontem o respectivo sindicato.



## FAFE O PCP tinha razão!

«Afinal, quem mente?», pergunta a Comissão Concelhia de Fafe do PCP, a propósito da denúncia por si feita anteriormente - e desmentida por responsáveis locais - sobre a existência de tentativas para transformar a urgência do Hospital de Fafe num Serviço de Atendimento Permanente, a funcionar entre as 8 e as 20 horas.

Trata-se de uma iniciativa que atinge vários hospitais e que têm levado ao protesto das populações, como se verificou em Amarante, dizem os comunistas, assacando a responsabilidade por esta proposta ao Centro de Saúde de Fafe e afirmando poder provar quem afinal «diz tolices» e de que lado está a razão.

## ALEMANHA

### Almoço de confraternização

No dia 15 de Dezembro, realizou-se em Frankfurt, na Alemanha, um almoço de confraternização, promovido pelos membros do Partido a residir nesta região.

Esta iniciativa, que contou com camaradas de Wiesbaden, Bad Homburg, Babenhausen e Frankfurt, teve como temas de destaque a realização do 15º Congresso e a passagem do 75 aniversário do PCP.

Simultaneamente foram trocadas impressões sobre o trabalho político a desenvolver em 1997 e tomadas medidas no plano orgânico, na perspectiva do reforço do Partido.

## AÇORES

### Deputado questiona Governo

O deputado regional do PCP, eleito pela ilha das Flores, considerando que mais de um mês depois das chuvas de 9 de Novembro que destruíram a Ponte sobre a Ribeira da Cruz, não se estabeleceu - nem sequer provisoriamente - a passagem entre as duas margens, nem se iniciou a recuperação dos prejuízos causados, requereu, na passada sexta-feira, ao Governo Regional uma informação sobre a situação.

Pergunta concretamente Paulo Valadão «para quando se prevê a possibilidade de se poder atravessar a Ribeira da Cruz, ligando assim Santa Cruz à freguesia da Caveira» e «quando irá iniciar os seus trabalhos a Comissão, referida pelo senhor Secretário quando esteve nas Flores, à qual competia fazer o levantamento da situação existente».

## SEIXAL

### Câmara adquire MUNDET

Em nota à comunicação social, o Executivo da Comissão Concelhia do Seixal saída a Câmara Municipal do Seixal pela aquisição da MUNDET, iniciativa com que se congratula. Portadora de um património único - chegando a ter ao seu serviço 4185 trabalhadores -, dizem os comunistas que a Mundet assumiu um papel de relevo na luta contra a ditadura fascista. Se, entretanto, se lhe associar a «modelar obra social» que protagonizou no concelho do Seixal, e o incentivo e apoio que deu à prática desportiva, é fácil compreender o relevo e grandiosidade do seu património.

Para os comunistas, com esta aquisição a Câmara Municipal do Seixal, para além de valorizar e enriquecer o património do concelho, dá um importante contributo para a defesa e preservação dos seus mais importantes valores.

## FARO

### Problemas mantêm-se

Face à recente demissão do Director do Parque Natural da Ria Formosa e aos comentários que a mesma mereceu por parte do responsável da Federação do PS, a Direcção da Organização Regional do Algarve afirma terem sido a subestimação da opinião de quem vive directamente da Ria e a atitude sinuosa assumida perante as fortes pressões exercidas pelos grandes interesses económicos instalados, que conduziram à criação de um clima de descredibilização do Projecto e de quem o coordenava.

A Ria Formosa, apesar dos investimentos nela feitos, continua a manter graves problemas de estabilidade e de poluição causados pela ausência de tratamento de esgotos urbanos e industriais, responsabilidade que cabe em grande parte à gestão das Câmaras de maioria PS que envolvem todo o ecossistema (Loulé, Faro, Olhão e Tavira).

O Governo PS tem-se distinguido por medidas «avulso, contraditórias e centralistas» no plano ambiental, que retiram credibilidade às soluções que vierem a ser impostas para a Direcção do Parque e segurança às opções na sua futura gestão. Não basta criar Parques e Áreas protegidas para garantir a sua eficaz defesa e aproveitamento, dizem por fim os comunistas algarvios, defendendo o acompanhamento destas decisões por medidas que garantam vias de desenvolvimento e oportunidades de trabalho e, ainda, a avaliação sobre os efeitos produzidos pela criação do Parque Natural da Ria Formosa e Costa Vicentina e sobre a aplicação do PROTAL (Plano Regional de Ordenamento do Território).

## PCP

# Flexibilidade e Polivalência Uma ofensiva sem precedentes

A conflitualidade resultante da aplicação da Lei da Flexibilidade e Polivalência e o papel do Governo no processo foram motivo de análise da Comissão Política do PCP que, para divulgar as suas conclusões, realizou na passada quinta-feira uma conferência de imprensa. Jerónimo de Sousa proferiu na altura a seguinte declaração:

«Era previsível que a partir do início de Dezembro aumentasse a conflitualidade social com a entrada da fase mais aguda da Lei da Flexibilidade e da Polivalência. Em centenas de empresas, particularmente no sector têxtil, vestuário, calçado, na metalurgia e indústria automóvel, os patrões criaram um autêntico estado de sítio, interpretando e aplicando discricionariamente a Lei, tentando eliminar do trabalho efectivo as pausas e os tempos de mudança de turnos.

Trata-se de uma ofensiva sem precedentes contra direitos conquistados mesmo antes do 25 de Abril. As pausas e os tempos de mudança de turnos nestes sectores são fundamentais para permitir alguma recuperação física e mental dos trabalhadores sujeitos a ritmos intensos de produção.

A Comissão Política do PCP saúda a combatividade dos trabalhadores destes sectores, particularmente do Vale do Ave, da Corda da Serra e de Aveiro que deram uma resposta notável ante o arbítrio patronal e em defesa dos seus direitos consagrados na contratação colectiva.

Perante as dificuldades e o recuo de muitos patrões mais uma vez o Governo representado pelo Secretário de Estado do Trabalho, com a triste e costumeira cobertura da UGT, resolveu corresponder às exigências das Confederações patronais vindo apressadamente a público com uma resolução interpretativa abusiva da Lei à revelia dos tribunais e do órgão de soberania, Assembleia da República, que legislou sobre a matéria.

A Comissão Política do PCP considera tal atitude como um acto politicamente inqualificável, socialmente condenável e simultaneamente uma manifestação de neocorporativismo para as relações laborais que não se conforma com o funcionamento das instituições nem com o regime democrático consagrado na Constituição.

Surpreendentemente, quando se esperava do Governo e do 1º

Ministro a demarcação e a rectificação da atitude do Secretário de Estado do Trabalho, a Ministra do Emprego e da Qualificação Profissional em Conferência de Imprensa veio declarar que aquele membro do Governo agiu em conformidade com as orientações do Conselho de Ministros.

A Ministra em causa, invocando o acordo e quem o subscreveu, veio colocar em causa a legitimidade moral de quem recusa a aplicação arbitrária da Lei e a sua abusiva interpretação. Para além de constituir uma manobra de diversão é mais um sinal de arrogância que parece começar a fazer escola no Governo quanto se confronta com o protesto e a luta dos trabalhadores.

A Comissão Política do PCP classifica esta posição do Governo - Confederações Patronais e UGT -, como uma clara e inaceitável jogada de antecipação à auditoria parlamentar com carácter de urgência, sobre a aplicação dos horários de trabalho e actuação da Inspeção de Trabalho proposta pelo PCP através do seu Grupo Parlamentar, procurando assim o executivo de Guterres pressionar e condicionar a Assembleia da República às posições agora assumidas, e inclusive contrariar o parecer já elaborado pela Comissão Parlamentar de Direitos Liberdades e Garantias.

A Comissão Política do PCP, que desde a primeira hora alertou os trabalhadores para os perigos que decorriam da Lei da Flexibilidade e da Polivalência, não regateará esforços para que, na sua acção política geral e nas instituições, o direito, ao horários de trabalho dignificado e às 40 horas semanais seja defendido e alcançado. Mas o que é decisivo é o envolvimento, a mobilização e a luta dos trabalhadores em torno deste direito histórico. Envolvimento, mobilização e luta que não é separável da aspiração a salários mais justos, à valorização do salário mínimo nacional, do direito à segurança social, ao



emprego e contra os despedimentos, a destruição do aparelho produtivo e as privatizações.

A Comissão Política do PCP chama a atenção dos trabalhadores para a contradição insanável entre as abundantes declarações de diálogo e de boas intenções sociais na denominada Concertação Estratégica e o conteúdo do Orçamento de Estado para 97 em fase final de aprovação designadamente as orientações para conter os salários, as reformas e subsídios sociais, manter a injustiça fiscal e prosseguir a entrega ao grande capital de sectores e empresas públicas estratégicas, antecipada de eliminação de milhares de postos de trabalho efectivo.

Prisioneiro da sua própria opção de defesa dos interesses e privilégios do grande capital, amarrado ao dogma de Maastricht e da moeda única, o Governo PS assume a responsabilidade de agravar os problemas sociais e inevitavelmente gerar a conflitualidade. A luta que se trava em

centenas de empresas industriais, contra a desregulamentação dos horários, a grande manifestação dos trabalhadores da Administração Pública no passado dia 5 de Dezembro, a luta dos trabalhadores da Grundig e dos Ferroviários, o Plenário Nacional de Sindicatos da CGTP-IN, alargado a activistas sindicais e membros de Comissões de Trabalhadores, o maior dos últimos 15 anos, a sua decisão em convocar acções e manifestações diversificadas para o próximo fim-de-semana e para 19 de Dezembro, demonstram que o descontentamento latente se transforma em protesto e luta contra a política de direita do Governo PS.

A Comissão Política do PCP apela à mobilização dos militantes comunistas, às organizações representativas dos trabalhadores para participarem activa e massivamente nessas acções para impor outro rumo e outra política que comporte e garanta os direitos económicos e sociais das classes trabalhadoras.»

## Poder Local Práticas preocupantes

O Secretariado da Direcção de Organização Regional de Braga pronunciou-se sobre a passagem do 20º aniversário das primeiras eleições para os órgãos do Poder Local Democrático que considera uma das mais importantes conquistas populares do 25 de Abril.

No distrito de Braga - diz o PCP -, são visíveis os progressos alcançados por obra do Poder Local Democrático, mas... «o que se vai acentuando como linha, tendência e prática preocupantes, em regra associadas a maiorias absolutas, sejam elas do PS, do PSD ou do PP, é o crescente afastamento dos princípios democráticos de funcionamento dos órgãos, a burocratização, a falta de transparência e prática de irregularidades, o compadrio, a corrupção».

Entretanto, PS, PSD e PP convergem no propósito de desferir, na revisão da Constituição, um profundo golpe con-

tra a democraticidade dos Órgãos do Poder Local. E a confirmar o que dizem, os comunistas denunciam o atentado «inaceitável» contra a representatividade plural e democrática destes órgãos que representam quer a proposta do PSD, de maiorias absolutas automáticas para a força mais votada, quer a do PS, de Executivos homogéneos, compostos por vereadores escolhidos pelo presidente (o primeiro da lista mais votada).

Considerando a oportunidade de reafirmar a criação das Regiões Administrativas como uma reforma essencial para o desenvolvimento regional e local, a DORB do PCP afirma, «sem qualquer hesitação», que o reforço dos eleitos da CDU nas autarquias do distrito, em Dezembro de 1997, é «a condição número um para uma gestão inovadora, ágil, moderna, competente e transparente».

## CAMARADAS FALECIDOS

### Abílio de Jesus

Com 75 anos de idade, faleceu no passado dia 3 de Dezembro o camarada Abílio de Jesus, reformado da Sapec. Militante activo junto dos reformados, estava organizado na Freguesia de S. Sebastião, em Setúbal.

### Júlia Conceição Lopes Pimenta

Faleceu recentemente, com 41 anos, a camarada Júlia Conceição Lopes Pimenta. Membro do Partido desde 1986, a camarada estava emigrada em Geneve, Suíça.



Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.





## Carlos Carvalho em Grândola

# Onda social de protestos responde a política classista

Promovido pela organização local do PCP, realizou-se em Grândola, no passado sábado, um almoço-convívio que reuniu mais de 200 pessoas e contou com a participação do Secretário-geral do PCP, Carlos Carvalho. Entre os presentes, contavam-se ainda Virgílio Azevedo, membro do Secretariado do Comité Central, José Catalino, membro do Comité Central e da DORS, Fernando Travassos, Presidente da Câmara de Grândola, e Pedro Pedreira, membro da Comissão Concelhia.

O almoço que decorreu com grande animação, teve também o seu «momento político». Numa curta intervenção, Pedro Pedreira realçou alguns aspectos da actividade do Partido, designadamente o trabalho preparatório do XV Congresso recentemente realizado, que permitiu

dar «nova dinâmica à organização concelhia do Partido, nomeadamente com o recrutamento de 16 novos camaradas, sobretudo jovens».

Carlos Carvalho proferiu depois algumas palavras e, confirmando o PCP como a única oposição e alternativa de esquer-

da, denunciou o comportamento do Governo PS na renegociação do Tratado de Maastricht. «A revisão do Tratado de Maastricht, em Dublin, compromete ainda mais o futuro do País», disse o secretário-geral do PCP. Portugal fica de joelhos face aos ditames da Alemanha que inclusive pretende «multar» os países-membros que não cumpram os critérios de convergência para a moeda única.

Referindo as acusações de «irresponsabilidade» feitas ao PCP pela Comissão Permanente do PS a propósito da onda de protesto social que se tem verificado nos últimos dias, Carlos Carvalho interrogou, então, de quem seria a culpa, se dos trabalhadores, se do Governo.

Segundo o secretário-geral do PCP, os trabalhadores lutam pelos seus direitos, por melhores salários, pela aplicação da lei das 40 horas, os reformados por melhores reformas, os agricultores pela defesa dos seus rendimentos, os estudantes por saídas profissionais e um melhor ensino. Mas foi o (agora) Governo PS que, na oposição, afirmou inúmeras vezes que Portugal não podia assentar a sua economia na base dos baixos salários, prometeu melhores reformas, garantiu as 40 horas semanais como duração máxima de trabalho. E não cumpriu.

Responsabilizando ainda o Governo pela entrega de benefícios fiscais ao capital financeiro e aos grandes agrários, enquanto

nada dá aos que vivem dos seus salários, perguntou Carlos Carvalho se com esta sua política pretendia o governo PS os aplausos dos trabalhadores, dos agricultores, dos estudantes, dos empresários não monopolistas?

Não é por o Governo ter o nome de «socialista» que o PCP deixará de combater a sua política classista e deixará de dar apoio às reivindicações dos trabalhadores e de outras camadas sociais e sectores profissionais, afirmou o Secretário-geral dos comunistas. E, referindo a seguir o acordo que o PS fez com o CDS/PP para a viabilização do Orçamento do Estado, considerou que ele provavelmente não só o que vale a oposição do PP à moeda única e aos critérios de Maastricht como qual o

conteúdo político do Orçamento PS.

Ainda em relação à Cimeira de Dublin, Carlos Carvalho classificou como «grande descaramento» o nome dado ao pacto aí aprovado - «Pacto da estabilidade e emprego» -, quando é sabidamente sabido que as suas consequências vão ser mais desemprego, mais emprego precário, mais pobreza.

E expressando a oposição dos comunistas a uma União Europeia comandada pelas grandes potências e pelas transnacionais, Carlos Carvalho defendeu a necessidade de uma nova política, que trace um novo rumo para Portugal. O rumo de desenvolvimento, independência e soberania que os comunistas querem para o País.

## Porto

# Trabalhadores lutam Governo ignora

Depois de muitas lutas, os pescadores portugueses conseguiram, através do decreto-Lei 88/96, de 3 de Julho, o direito ao subsídio de Natal. Subsídio que - diz a lei - deve ser de «valor igual a um mês de retribuição» e pago «até 15 de Dezembro de cada ano».

A Direcção de Organização Regional do Porto do PCP, em nota à imprensa, denuncia o não cumprimento da lei por parte dos armadores da região do Porto, a quem acusam de estar a prejudicar gravemente 2000 pescadores das pescas Artesanal, Redes de Cerco, Arrasto Costeiro e Longínqua. No arrasto costeiro e pesca longínqua os poucos que pagaram, fizeram-no num valor inferior ao mês de remuneração.

Os comunistas portuenses, ao mesmo tempo que se solidarizam com a legítima luta dos pescadores da região, exigem do Governo que accione as instituições fiscalizadoras do cumprimento da lei e informam que irão solicitar ao Grupo Parlamentar do PCP uma intervenção urgente na Assembleia da República, no sentido de questionar o «silêncio cúmplice» do Governo nesta questão.

## Hospital Conde Ferreira

Também em relação ao processo de transferência da gestão do Hospital Conde Ferreira, do Estado para a Misericórdia do Porto, os comunistas se manifestam preocupados. Independentemente das reservas que este e outros processos idênticos merecem ao PCP, dizem que o que está em causa neste momento é o destino dos cerca de 500 trabalhadores e de todos os doentes do Hospital, a quem os comunistas expressam toda a sua solidariedade.

Não é «correcto» nem «humano» o procedimento do Governo - considera a DORP do PCP -, ao deixar por esclarecer o futuro dos trabalhadores da Administração Pública do Hospital, cujas instalações deverão ser entregues a 2 de Janeiro. Nem sequer é «coerente» «num partido que fez uma campanha eleitoral com a bela consigna "as pessoas primeiro"».

Prometendo tudo fazer para esclarecimento do assunto e salvaguarda dos legítimos direitos dos trabalhadores afectados, a DORP informa que os deputados pelo círculo do Porto, João Amaral e José Calçada, apresentarão oportunamente na Assembleia da República um requerimento ao Governo sobre o assunto.

## Comunistas solidários com vítimas açorianas

Vitimada pelo mau tempo que provocou enormes estragos, a vila da Povoação, na Ilha de S. Miguel, Açores, mereceu a solidariedade do PCP/Açores, cujo coordenador enviou ao Presidente da Câmara a seguinte mensagem:

«É com muita mágoa que venho manifestar-lhe a inteira solidariedade do PCP/Açores e de todos os comunistas da Região, nesta hora em que a destruição marcou presença no seu Concelho em geral e na Vila da Povoação em especial.

Ciente de que será necessário uma ampla conjugação de esforços para que sejam obtidos os meios necessários a uma rápida reparação dos enormes estragos causados pelo mau tempo, o PCP pronti-

fica-se a actuar na Assembleia Legislativa Regional, na Assembleia da República e no Parlamento Europeu no sentido de serem encontrados tais meios indispensáveis.

O PCP/Açores integrará, também, em toda a sua acção política próxima um esforço sério no sentido de contribuir para a solução dos vossos problemas, pedindo-lhe, para que tal possa ser eficaz, nos sejam quanto antes possível, prestadas informações sobre as prioridades.»

Por fim, transmitindo aos Povoacenses a total solidariedade do PCP, José Decq Mota, manifesta a inteira disponibilidade dos comunistas para colaborar «numa urgente recuperação da vossa bela terra».

## PCP/Porto na Internet

A propósito da abertura de uma página do PCP/Porto aos utilizadores da rede Internet, e pelo «manifesto interesse público» da iniciativa, o Gabinete de Imprensa desta Organização Regional emitiu um comunicado que passamos a transcrever:

«Os utilizadores da rede Internet passaram a ter à sua disposição uma página do PCP/Porto, cujo endereço é <http://www.dorp.pcp.pt>.

Nela poderão encontrar uma ampla informação sobre a actividade dos comunistas no distrito do Porto, referência à imprensa partidária, identificação e biografias dos eleitos da

CDU nos órgãos autárquicos e dos deputados do PCP na Assembleia da República e Parlamento Europeu, dados sobre a organização, aspectos caracterizadores da vida económica e social da região, os textos das conferências de imprensa e um conjunto de sugestões de âmbito cultural.

Com este novo espaço, na Internet, é criada a possibilidade tanto duma melhor informação sobre o trabalho desenvolvido, como dos seus inúmeros utilizadores poderem comunicar directamente com a Direcção Regional do Porto do PCP.»



## Porto CDU vota contra Orçamento municipal

O Orçamento da Câmara Municipal do Porto para 1997 "insere-se na mesma linha de continuidade" dos últimos três anos, agravando-se entretanto "alguns aspectos significativos", nomeadamente no que respeita à falta de transparência da gestão municipal. Esta uma primeira constatação, na análise feita pela CDU à gestão socialista, e divulgada em conferência de imprensa em que estiveram presentes a vereadora Ilda Figueiredo e os deputados municipais Jorge Sarabando e Gaspar Martins.

Como traços dominantes do orçamento, a CDU destaca – a falta de rigor, a sobrevalorização das receitas do capital e a inflação dos investimentos, a inscrição de projectos com verbas insignificantes, de par do arrasamento de projectos e redução

de verbas em áreas tão essenciais como a educação, a habitação, o planeamento urbanístico e a rede de águas pluviais.

A CDU denuncia que "as receitas de capital estão inflacionadas, pelo menos, entre sete e oito milhões de contos", considerando que "na melhor das hipóteses, se houvesse algum rigor nas contas apresentadas, só estariam inscritas cerca de metade das verbas". O que significa que "a maior parte das obras prometidas, e inscritas, não irão, mais uma vez, ser concretizadas".

Do agravamento da falta de transparência da gestão municipal, são exemplo o aumento exagerado da rubrica *aquisição de serviços* (que conta com quase 25% do valor global das despesas correntes) e das verbas destinadas a entidades exteriores, cuja gestão não é directamente controlada pelo executivo municipal.

De sublinhar que a rubrica *aquisição de serviços* (pagamento de estudos, projectos, anteprojectos, consultas e outras acções não especificadas) cresceu 10% enquanto a rubrica *Pessoal* cresceu apenas 5%.

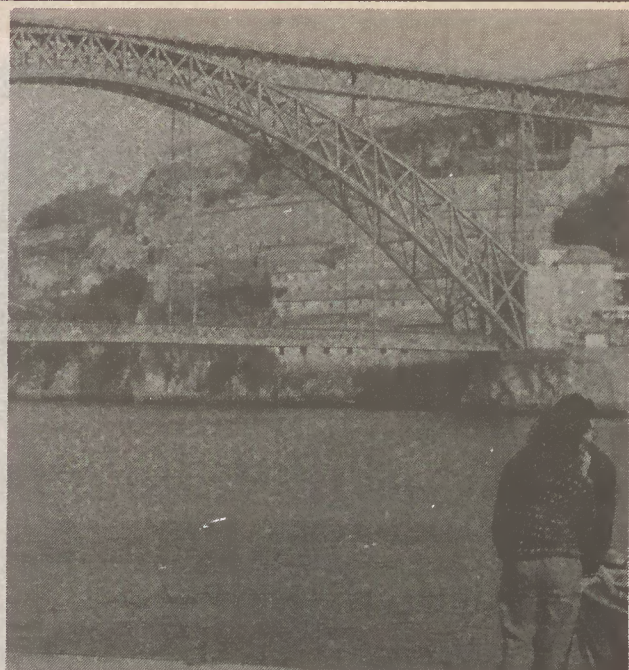
Neste quadro, as dificuldades de resposta aos **problemas essenciais da cidade** e dos municípios, têm vindo a agravar-se. É o caso das falhas e desarticulação nos transportes, da sudotação na área cultural, das carências e anomalias na área do saneamento, da falta de equipamentos para jovens, crianças e idosos.

Problemas para que a CDU tem chamado a atenção, e que são reconhecidos no Plano de Actividades, mas para cuja solução as verbas inscritas são insuficientes. "O PS enredou-se na própria teia que teceu ao longo de uma gestão pouco atenta aos problemas sociais – comenta a CDU. – Deu prioridade a obras que se revelaram um autêntico sorvedouro

de dinheiros municipais". E agora, ao reconhecer as insuficiências, "já não pode satisfazê-las, porque não tem dinheiro".

É assim que "áreas tão importantes como a *educação* continuam a sofrer reduções das verbas inscritas (apenas metade das verbas inscritas em 1995), apesar da generalidade dos projectos ter sido adiada, de apenas cerca de 20% das crianças terem acesso a uma refeição nas 12 cantinas em funcionamento nas 62 escolas do primeiro ciclo do ensino básico da cidade do Porto, de muitas instalações escolares estarem degradadas, de ser diminuto o número de salas de ensino pré-escolar oficial, e de serem conhecidas as enormes carências socioeconómicas de mais de um terço das famílias da cidade".

Idêntica situação de repete nas



Porto - falham investimentos em áreas essenciais

outras áreas. É o caso da *habitação*, em que a maior parte dos projectos inscritos corresponde a projectos anteriores, não concretizados, enquanto as verbas inscritas para o Programa de erradicação de barracas (*PER*) "mal vão chegar para pagar os projectos de alguns núcleos habitacionais". Ou ainda da *rede viária* e do *ambiente* em que os atrasos na concretização de promessas e projectos é uma constante.

Neste quadro a CDU propôs – quando do debate sobre Orçamento – o reforço de verbas para investimento nas áreas mais carenciadas – educação, recuperação de zonas degradadas do Centro Histórico e dos bairros degradados.

A maioria do PS não aceitou qualquer alteração, levando a CDU a votar contra o plano de orçamento da Câmara Municipal do Porto para 1997.

## JCP em notícias



### Legalização de imigrantes

Terminado o período extraordinário para a regularização de imigrantes em situação ilegal, a JCP defende a prerrogativa deste período – como foi entretanto proposto pelo Grupo Parlamentar do PCP na Assembleia da República – como forma de minorar o problema existente, face aos muitos milhares de imigrantes clandestinos que ficaram por legalizar.

Em comunicado da Comissão Política, a JCP faz um breve balanço crítico do período extraordinário.

"Vários foram os factores que criaram grandes dificuldades em todo este processo, desde as rusgas efectuadas até à exigência de requisitos não previstos na lei e portanto em clara situação de irregularidade", denuncia a JCP.

Por outro lado, e ao invés da imprescindível divulgação deste período especial, "o que aconteceu foi a escassa utilização de meios publicitários, sendo que por exemplo a televisão só foi utilizada (e em horários de pouca audiência) na fase final do prazo".

Acresce que o apoio prometido às associações de imigrantes e outros intervenientes no processo "ficou muito aquém do esperado e do que era desejável".

### Assembleia em Belas Artes

A Assembleia da Organização do Ensino Superior de Lisboa da JCP reuniu sábado passado, em Belas Artes, para balanço da actividade dos últimos dois anos, eleição da nova direcção e definição das linhas de intervenção nas escolas.

Sob o lema "Reforçar a organização para melhorar a intervenção", a assembleia definiu como prioridade o reforço dos colectivos de escola e considerou como prioridade de trabalho o reforço da organização e intervenção no ensino politécnico e no ensino particular e cooperativo.

Foi referida a importância da *AGIT* "enquanto forma de passagem de informação e mensagem ideológica e de recolha de fundos", sendo ainda sublinhada a necessidade de prosseguir com a organização de debates e plenários como exemplo de iniciativas que visem a formação ideológica.

### Núcleo de Bragança promove iniciativas

O 17º aniversário da JCP foi comemorado sábado passado, em Bragança, numa festa-convívio promovida pelo núcleo local dos jovens comunistas.

Depois de um período de inactividade, o núcleo de Bragança da JCP tem promovido reuniões abertas à participação de outros jovens, "para analisar e debater os problemas que afectam a juventude", quer na escola, quer no primeiro emprego e na integração na vida activa.

"O núcleo da JCP de Bragança, propõe-se levar aos jovens de Bragança as suas propostas e os seus objectivos por forma a que sejam ultrapassados alguns preconceitos anti-comunistas, ainda existentes na região", afirma-se em nota de imprensa.

A nota sublinha ainda a necessidade – face à actual situação no sistema de ensino – de "solidariedade entre os jovens do Politécnico e Universitário".

## O povo madeirense não optou por ser belga

O povo madeirense não optou por ser belga – sublinha o Grupo Parlamentar CDU na sua intervenção quando da discussão do Programa de Governo 1996-2000 da Madeira. Uma afirmação que, de alguma forma, sintetiza a ideia mestra da apreciação da CDU sobre este programa – "quem passa a mandar nesta região é Bruxelas, o Bundesbank e os seus comissários".

A CDU considera que "a lógica política adoptada, cega, subserviente a Bruxelas, a Maastricht, à Moeda Única, sabemos que não irá trazer mais estabilidade social, nem irá favorecer a economia regional, desestabilizará os sectores produtivos, agravará os problemas dos trabalhadores e das populações da nossa Região, provocará mais desemprego e precariedade, maiores ameaças aos direitos".

"Este programa não traz nada de novo – denuncia ainda a CDU –. Apenas confirma que, para realizar este programa, nas linhas de princípio, PSD e PS estão de acordo face ao evoluir da política da Região, no contexto da União Europeia". Em síntese, "é a expressão do velho *bloco central* ou, se

quisermos, a concretização de uma *coabitação institucional*".

O voto contra da CDU justifica-se, assim, "porque *este não é um programa que coloque em primeiro lugar os mais desfavorecidos e os trabalhadores*".

Pelo contrário. "É uma amálgama de acções sem conteúdo ideológico. Sem um propósito determinado. Para o PSD governar é o seu projecto: se há dinheiro a rodos vindo do Orçamento de Estado, de Bruxelas, para que serve, então, o debate de ideias, o programar o futuro? O negócio é para o presente."

Um programa que, enfim, "agrada à imensa clientela directamente beneficiada com os lugares públicos, os subsídios, as benesses. Aos que negociam com o Governo na partilha do bolo. Aos que o Governo cala com bolos. Aos que, com bolos, se calam."

É ao arpejo desta lógica que a CDU aposta no povo da Madeira, "convictos de que os trabalhadores e as populações saberão encontrar vias para uma Nova Autonomia".

## Solidariedade em Setúbal com comunistas colombianos

"A Colômbia poderá vir a ser o local alternativo ao Panamá – escolhido pelos Estados Unidos – caso o sentimento patriótico e anti-americano continue a ganhar força naquele país da América Central e obrigue os norte-americanos a retirar" – afirmou Aida Abella, membro do Comité Central do Partido Comunista da Colômbia e Presidente da União Patriótica da Colômbia, numa sessão de solidariedade realizada no passado dia 10, na Biblioteca Municipal de Setúbal.

Uma iniciativa da Associação de Amizade Portugal/Cuba, Associação Juvenil Tribo, Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC), Movimento Democrático das Mulheres (MDM) e União dos Sindicatos de Setúbal (USS), que se enquadra na Jornada Internacional de Solidariedade "Pelos Direitos Humanos, a Paz e a Democracia na Colômbia", convocada por 18 organizações, com destaque para o Fórum

de São Paulo, Conselho Mundial da Paz, Central Unitária dos Trabalhadores da Colômbia, União Patriótica e Partido Comunista da Colômbia.

Refugiada política na Suíça, Aida Abella – que esteve em Portugal a convite do PCP, no quadro do seu XV Congresso – foi vítima de um atentado, em Maio passado, perto de Bogotá.

Um facto que se insere no quotidiano de atentados e assassinatos que marcam o dia-a-dia na Colômbia, e de que são alvo políticos de esquerda e democratas, sindicalistas, religiosos e activistas dos direitos humanos.

"Na Colômbia, num ano, a «democracia formal» fez mais mortos que todos os anos da ditadura de Pinochet", sublinhou a dirigente comunista colombiana, num momento em que, na Colômbia, três atentados, em cinco dias, faziam oitenta mortos.

"Perante a opinião pública mundial, e por

efeito dos *media*, a Colômbia é apenas o país de Pablo Escobar e do tráfico de drogas, esquecendo-se que a proliferação do tráfico de drogas para consumo, à escala planetária, passa pela produção gigantesca de produtos químicos, fora da Colômbia, sem os quais a droga não é transformável em produto negociável com determinados efeitos – os da toxicod dependência" – denunciou Aida Abella. "Trata-se de criar uma situação que forneça aos Estados Unidos pretexto para uma intervenção militar, do tipo das que já realizou, a coberto do combate a um flagelo social que os atinge particularmente."

Em Setúbal, Aida Abella esteve nos estaleiros de Lisnave/Mitrena, onde reuniu com membros da Comissão de Trabalhadores e da Comissão Sindical, foi recebida na Junta de Freguesia do Sado, visitou o Moinho de Maré da Mourisca e esteve no Centro de Trabalho do PCP no Edifício Arrábida.



## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

# PS aprova Orçamento com apoio do PP

## Mais injustiças e desequilíbrios sociais

O Governo viu aprovado o Orçamento do Estado para 1997. Após debate na especialidade, no decorrer do qual nenhuma alteração significativa modificou a natureza das suas opções e prioridades, em votação final global, o Executivo PS contou com a prestimosa ajuda do CDS/PP. Perante a abstenção do PSD e a oposição frontal do PCP, foi ainda a indecorosa postura dos "populares", ao selar um acordo com o PS, que marcou a história final deste Orçamento. Para a bancada comunista, este "sinal de apoio preferencial a Manuel Monteiro" é, aliás, o "melhor seguro de vida do Governo".

Do significado político deste "casamento", a reter, mais do que qualquer juízo sobre a réstea de coerência que possa enformar o discurso político do CDS/PP, está o facto de ter sido precisamente na extrema-direita parlamentar que o PS buscou o apoio de que carecia para fazer passar o seu Orçamento. O que releva, desde logo, como tratou de frisar na

declaração final o deputado comunista Lino de Carvalho, que tal apoio só foi possível porque o Orçamento é "indutor de mais injustiças e desequilíbrios sociais".

Surge assim claro, pois, no entender da formação comunista, que é exactamente por ser "contra o emprego e contra os salários" e por ser um Orçamento "que subordina o País aos objectivos de Maastricht e

da moeda única" que a CIP tudo fez para que o PP chegasse a este acordo.

Igualmente revelador do carácter do Orçamento, como lembrou Lino de Carvalho, é ainda o facto de o Governo ter deixado cair as poucas normas que poderiam introduzir, mesmo minimamente, "alguma moralidade na política fiscal", como é o caso da colecta mínima que acabou por ser substituída por um mero pagamento por conta.

"Na ausência de uma profunda reforma do sistema fiscal que tribute, de facto, as grandes fortunas e os grandes rendimentos e que não faça só pagar impostos a quem trabalha, a introdução da colecta mínima poderia ser um instrumento de combate à evasão e fraude fiscal", observou o deputado comunista, antes de verberar o Governo por igual-



O Governo recusou as propostas do PCP que aliviavam a carga fiscal sobre os trabalhadores

mente ter recusado todas as propostas do PCP com vista a uma mais rigorosa tributação dos bancos e das companhias de seguros.

À atenção do parlamentar comunista não escapou, por outro lado, a recusa do Governo em aceitar as pro-

postas do PCP visando aliviar a carga fiscal sobre os trabalhadores, do mesmo modo que não acolheu nenhuma das que pretendiam esbater os fortes desequilíbrios regionais existentes.

Daí que, em síntese, para a bancada comunista, este seja

um Orçamento "injusto, que agrava os desequilíbrios sociais e regionais", um Orçamento que "confirma a frustração das expectativas para aqueles que aspiravam a uma mudança de orientação, para melhor, na política do País".



Muitos cidadãos, por razões diversas, não requereram a sua regularização apesar de reunirem condições para tal

## Regularização de imigrantes

### PCP apela à prorrogação do prazo

Até à data, não obteve vencimento junto dos restantes partidos com assento parlamentar o pedido do Grupo comunista para que fosse prorrogado até 31 de Janeiro de 1997 o prazo para a regularização extraordinária de imigrantes residentes no nosso país. Após a apresentação de um projecto de lei nesse sentido, outras diligências foram entretanto encetadas pelo PCP com vista à dilatação do período, a última das quais foi tomada pelo seu líder parlamentar, Octávio Teixeira, em carta dirigida ao Presidente da Assembleia da República no próprio dia em que expirou o prazo (dia 11 p.p.). Na sua missiva, Octávio Teixeira lançava concretamente um apelo à conjugação de esforços de todos os grupos com vista a uma decisão do Parlamento apontando para uma eventual prorrogação do prazo para a regularização extraordinária de imigrantes.

Esta iniciativa do Grupo comunista foi adoptada na sequência de várias tomadas de posição de associações intervenientes no processo dando

conta da existência de inúmeros cidadãos que, por razões diversas, não requereram a sua regularização apesar de reunirem condições legais para tal. Entre as razões invocadas, recorde-se, avultam deficiências no modo como a campanha de legalização decorreu, quer no plano da falta de apoios às associações, quer ainda pelos insuficientes meios postos na sua publicitação.

Também a CGTP-IN adoptou uma posição sobre o assunto considerando útil a prorrogação do prazo para a regularização extraordinária de imigrantes. Numa moção aprovada na sua reunião do Conselho Nacional, realizada no passado dia 11, aquela central expressa concretamente a sua preocupação face ao que considera a "insuficiente e tardia campanha promovida pela televisão", solicitando ao Governo, nessa medida, que, em articulação com as associações de imigrantes, proceda ao lançamento de uma campanha de informação, sobretudo através dos meios de comunicação social.

## Abílio Fernandes, na sessão dos 20 anos do Poder Local

### "Mantém-se uma injusta repartição de recursos"

"Um País com a nossa dimensão no contexto europeu e até mundial só poderá afirmar-se pela sua especificidade, pela sua história e pelo seu património humano, construído e cultural, o que implica a mobilização de todos os portugueses, ou seja, uma democracia de qualidade, onde haja participação permanente dos cidadãos na vida pública. As autarquias estão em condições excepcionais para darem a sua contribuição para o cumprimento deste grande objectivo nacional". As palavras são de Abílio Fernandes, presidente da Câmara de Évora, e foram proferidas na sessão que assinalou na Assembleia da República os 20 anos de Poder Local.

No decorrer do acto solene, a que assistiram muitos presidentes de Câmara, não faltaram nos discursos as referências elogiosas de um modo geral ao trabalho desenvolvido pelas autarquias, unanimidade esta que já não se tornou extensiva quando se tratou de abordar a regionalização administrativa, matéria onde vieram a lume as divergências partidárias.

Pela sua parte, falando em nome da bancada comunista, Abílio Fernandes voltou a reiterar a convicção de que a regionalização "é um importante passo no sentido da democratização do Estado", que contribuirá simultaneamente "para atenuar as desigualdades de desenvolvimento que prejudicam a coesão nacional".

Falando das características específicas que diferenciam o projecto da CDU e a postura dos seus eleitos, Abílio Fernandes recordou a natureza unitária da política que norteia a Coligação, "assente numa ampla

auscultação das opiniões e contribuições de todos os cidadãos", sublinhando que a sua acção permitiu no caso do Alentejo e do distrito de Setúbal, por exemplo, que as autarquias assegurassem praticamente a cobertura dos seus municípios em quase todas as infra-estruturas básicas, criassem zonas de expansão habitacional, desenvolvessem uma política coerente de oferta de lotes e de controlo organizado da política de solos.

Por si lembrada foi também a intervenção autárquica desenvolvida pela CDU em variadíssimas outras áreas (seja no socio-cultural ou no ensino, nos serviços urbanos ou no plano das infra-estruturas desportivas, na área do equipamento social ou do turismo), trabalho este que teve de enfrentar nos últimos dez anos, tal como a generalidade dos municípios, as dificuldades impostas por "uma política centralista e autoritária".

Deste período marcado pelo "depauperamento financeiro" e "dependência burocrática", com que se "tentou asfixiar a autonomia municipal", falou ainda Abílio Fernandes para concluir, não sem mágoa, que afinal a última mudança de Governo, para além de alterações legislativas avulsas, mantém a "prática de uma injusta repartição de recursos entre a administração central e local", ao mesmo tempo que prossegue a "intervenção excessiva dos governadores civis" e das CCR's.

Daí também o seu apelo a "um reforço de autonomia do poder local", sob pena, alertou, "de continuarmos a ser um País adiado".



## INTERNACIONAL

## As lutas de Belgrado

## Funcionários públicos em greve na Espanha

Os funcionários públicos espanhóis levaram a cabo uma greve no passado dia 11, protestando contra o congelamento salarial para 1997 imposto pelo governo de Jose Maria Aznar. Segundo fontes sindicais, a greve teve uma adesão de 81,3 por cento, tendo sido nos sectores dos correios, ensino e saúde onde se registou uma maior participação. Na TVE, que naquele dia só emitiu em directo os telejornais, a paralisação foi de 80 por cento. Carlos Sanchez, das Comisiones Obreras, afirmou que, caso o executivo não rever a sua posição, as mobilizações continuarão durante toda a legislatura.

## Transportes e indústria paralisados em Itália

Também a Itália foi palco das lutas dos trabalhadores. Sexta-feira, os funcionários dos transportes e da indústria fizeram greve geral, naquele que foi o primeiro grande movimento de contestação laboral ao Governo de Romano Prodi, no poder há seis meses. No sector da indústria a greve teve a adesão de mais de um milhão de pessoas.

## Trabalhistas à frente na Grã-Bretanha

O Partido Trabalhista encontra-se 21 pontos à frente do Partido Conservador nas intenções de voto dos britânicos, revelou uma sondagem publicada pelo jornal The Times no fim da semana passada. Se as eleições decorressem agora os Trabalhistas ficariam com 51 por cento dos votos, contra 30 por cento do partido do primeiro-ministro John Major e 13 por cento do Partido Liberal Democrata. As próximas eleições devem realizar-se em meados de Maio, mas é possível que Major convoque eleições antecipadas. Pelo menos é esse o desejo da maioria dos eleitores (53 por cento), segundo uma outra sondagem publicada no domingo no Sunday Times. O descontentamento dos britânicos revelou-se em números oficiais nas eleições parciais de sexta-feira em Barnsley-East, no norte de Inglaterra, com a derrota dos Conservadores. Como consequência, o partido de Major ficou em minoria na Câmara dos Comuns pela primeira vez em 17 anos.

## Índia e Bangladesh partilham água

A Índia e o Bangladesh assinaram na sexta-feira um acordo de partilha das águas do rio Ganges, pondo fim a um diferendo

O impasse prossegue na Jugoslávia. Os protestos multiplicam-se nas ruas de Belgrado e o presidente Milosevic já propôs uma discussão no Parlamento sobre as autárquicas e o papel dos *media* nos processos eleitorais.

Entretanto, no domingo, o Tribunal de Nis (sul do país) anulou a vitória da coligação liderada por Milosevic nas eleições locais e ordenou a comissão eleitoral que proceda à revisão dos resultados do escrutínio para a Assembleia Municipal. A comissão tinha até ao dia de ontem para rever a atribuição de 26 dos 70 assentos da assembleia local, que nas últimas eleições foram atribuídos ao Partido Socialista da Sérvia.

O presidente jugoslavo já convidou a OSCE a investigar a anulação dos resultados das eleições de 17 de Novembro. O Departamento de Estado norte-americano aceitou a proposta e adiantou que a delegação será chefiada por «uma personalidade internacional eminente».

Conseguindo juntar mais de 200 mil pessoas na capital e contando com o apoio da camada estudantil, a oposição vai mais longe e exige a realização de novas eleições gerais a desenrolarem-se sob o controlo internacional.

Comentando esta posição, Lamberto Dini, chefe da diplomacia italiana, afirmou que «a oposição exige demasiado», mantendo uma exigência que «não é realista».



As manifestações em Belgrado continuam

## PCP nos congressos da Refundação Comunista e PCF

O PCP participou nos congressos da Refundação Comunista (Itália) e do Partido Comunista Francês, através do camarada Albano Nunes, do Secretariado e responsável da Secção Internacional do Partido.

Realizados, respectivamente, de 12 a 15 de Dezembro e de 18 a 22 do mesmo mês, os congressistas italianos e franceses receberam notas de saudação do PCP.

«O Partido da Refundação Comunista, herdeiro e continuador das grandes tradições revolucionárias do Partido Comunista Italiano, já demonstrou ser uma grande força política, indispensável à classe operária e ao

povo italiano na sua luta por uma vida melhor», lê-se na saudação.

«A acção combativa dos seus militantes no desenvolvimento do movimento popular foi determinante para a derrota das forças de direita nas últimas eleições. O relevante papel que o PRC hoje desempenha na vida política italiana é inquestionável. Tornou-se uma evidência que a solução dos complexos e agudos problemas da Itália contemporânea e uma alternativa de progresso social não é possível sem os comunistas», acrescenta o PCP.

Saudando também fraternalmente os franceses, os comunistas portugueses consideram que o PCF «é um

partido de grandes tradições de luta ao serviço dos interesses da classe operária, dos trabalhadores e do povo francês. Tudo o que há de mais nobre e progressista na história da França do século XX é inseparável da acção, muitas vezes heróica, dos comunistas franceses e do seu partido revolucionário».

«Para fazer frente à ofensiva do grande capital, defender as conquistas históricas dos trabalhadores e do povo francês, encontrar uma alternativa democrática e progressista à política reaccionária do actual governo de direita, o PCF é não só necessário mas insubstituível», concluem.

## UE aprova «pacto de estabilidade»

Os chefes de Estado e de Governo da União Europeia chegaram a acordo, em Dublin, sobre o chamado «pacto de estabilidade» orçamental, que fixa um conjunto de regras e sanções financeiras às políticas orçamentais dos países da União que participarem na moeda única europeia, o Euro, a criar em Janeiro de 1999.

Nos termos do pacto aprovado no passado fim-de-semana, os Estados da futura «zona Euro» têm que manter os défices orçamentais abaixo dos 3,0 por cento dos respectivos PIB (Produto Interno Bruto), sem o que estarão sujeitos a pesadas sanções financeiras.

O acordo relativo ao «pacto de estabilidade» orçamental resultou do consenso dos Quinze sobre a definição das situações «excepcionais, extraordinárias ou temporárias» que podem justificar um défice excessivo num país da «zona Euro».

Nos termos do compromisso, um défice excessivo pode ser «desculpável» - não sujeito a sanções - se o país registar, num ano, uma quebra do PIB de, pelo menos, 0,75 por cento.

No entanto, de acordo com a decisão, o Estado em questão tem que fornecer ao Conselho de ministros da UE «dados comprovativos referentes, designadamente, ao carácter abrupto da recessão ou à diminuição acumulada da produção relativamente às tendências passadas».

Qualquer quebra do crescimento económico inferior a 0,75 por cento do PIB não poderá ser considerada uma «situação excepcional» justifi-

cadora de um défice excessivo, pelo que a aplicação de sanções será automática, decidiram os líderes. Ao contrário, a demonstração de que um défice superior a 3,0 por cento do PIB se deve a uma regressão do crescimento económico de 2,0 por cento ou mais isentaria automaticamente de sanções o Estado membro infractor.

As sanções terão uma parte fixa, de 0,2 por cento do PIB do país infractor, acrescida de uma

variável, equivalente a 0,1 pontos do produto por cada ponto em que o défice orçamental ultrapasse o limite máximo de 3,0 por cento do PIB.

O limite máximo para cada sanção não poderá ultrapassar o equivalente a 0,5 por cento do PIB do país que apresentar um défice excessivo injustificado.

Em Portugal, tendo em conta o actual valor do PIB, uma multa máxima corresponderia a cerca de 80 milhões de contos.

Para o ministro das Finanças, Sousa Franco, este acordo constitui «a garantia da irreversibilidade» do processo de criação da moeda única europeia.

Os Quinze adiaram para o próximo encontro semestral, em Junho, em Amesterdão, as restantes questões da reforma de Maastricht. Como de costume, não foi tomada nenhuma medida concreta de combate ao desemprego que se continua a agravar na UE.

## Cimeira Transatlântica aperta cerco a Cuba

Os Estados Unidos e da União Europeia (UE) acordaram segunda-feira, na Cimeira semestral Transatlântica, prosseguir a política de pressão contra Cuba.

O presidente da Comissão Europeia, Jacques Santer, anunciou após um encontro com o Presidente norte-americano, Bill Clinton, que embora a UE continue contrária à lei Helms-Burton, o mais importante neste momento é o desejo comum de «levar a democracia e a liberdade a Cuba».

«Continuamos a opor-nos à extraterritorialidade da lei Helms-Burton», que penaliza nos Estados Unidos as empresas que negociam com Cuba, garantiu Santer, mas o facto é que a atitude agora assumida contrasta com a posição mantida na anterior Cimeira Transatlântica, no Verão passado, na qual o presidente da Comissão Europeia condenou o diploma em termos bastante enérgicos.

No que não pode deixar de ser entendido como uma cedência dos Quinze face à política norte-americana de combate a Cuba, Santer afirmou que a UE irá tentar um «diálogo construtivo com Cuba, orientado para a obtenção de resultados», que incluirá «a possível negociação de um acordo de cooperação», bem como «uma cláusula de suspensão no caso de uma violação grave dos direitos humanos».

O volte-face da UE, representada na cimeira pelo primeiro-ministro da Irlanda, John Burton, país que exerce a presidência rotativa da União, e por Jacques Santer, acompanhados pelo ministro dos Negócios Estrangeiros irlandês Dick Spring e do vice-presidente da Comissão, Leon Brittan, não é certamente alheio ao facto de, entre os vários «dossiers» em discussão na reunião, se encontrar um acordo comercial de cerca de 40 mil milhões de dólares em trocas comerciais, que apela ao reconhecimento legislativo mútuo para os produtos dos dois lados do Atlântico.

Entretanto, o presidente norte-americano saudou a «resposta positiva» da União Europeia (UE), ao apoiar o projecto de constituição de uma força africana de reacção a crises humanitárias. Bill Clinton afirmou que a Força de Reacção a Crises em África, como é designada a iniciativa, ajudará as nações africanas a responder a exigências humanitárias e de paz.

«Estamos prontos a colaborar com as nações europeias, africanas ou outras, para tornar essa ideia uma realidade», afirmou.

A proposta inclui apoio norte-americano e europeu ao treino e equipamento de uma força africana constituída por 5.000 a 10.000 homens, para intervir em crises humanitárias semelhantes às recentemente ocorridas no Zaire e Ruanda.



## INTERNACIONAL

# Médio Oriente Paz sangrenta

Dois mortos e cinco feridos foram as consequências imediatas do atentado da Frente Popular de Libertação da Palestina perpetrado no dia 11. Mas a acção terrorista teve repercussões mais alargadas: o bloqueio israelita à cidade autónoma palestina de Ramallah, na Cisjordânia. Entretanto, e sob pressão norte-americana, na segunda-feira, a Palestina e Israel retomaram as conversações sobre Hebrón.

Três homens armados de espingardas automáticas abriram fogo sobre uma viatura israelita, matando uma mulher e uma criança, perto do colonato judeu de Beit-El, na Cisjordânia. Imediatamente depois dos sobreviventes darem o alarme, a polícia palestina instalou barragens de estrada nas saídas de Ramallah, onde os terroristas se refugiaram, e no dia seguinte deteve 17 militantes da organização.

O Governo israelita decretou um bloqueio àquela cidade, mostrando total indiferença sobre o que isso significa em termos económicos para os 40 mil habitantes de Ramallah.

A Autoridade Palestiniana condenou o atentado, acrescentando que este é «dirigido contra os interesses do povo palestino». Num comunicado acrescenta que «esta operação enfraquece a posição palestina nas negocia-

ções de paz e dá a Israel o pretexto para não cumprir os seus compromissos».

Benjamin Netanyahu sabe disso e prossegue a criação e o alargamento de colonatos. Na sexta-feira, dois dias depois do atentado, o conselho de ministros israelita aprovou um pacote de subsídios e benefícios fiscais para os colonatos da Cisjordânia e da Faixa de Gaza. Num comunicado oficial lê-se que, com o objectivo de atrair mais israelitas àquelas zonas, os colonos passam a pagar menos impostos e podem gozar de um subsídio de 20 por cento nos investimentos de novas construções.

Esta medida, reflexo da intransigência da direita judaica, provocou as críticas internacionais. Os chefes de Estado e de Governo da União Europeia, reunidos em Dublin no sábado, recordaram a Israel que a ilegalidade da decisão de instalar novos



colonatos, considerando-a «contrária ao direito internacional».

Também o presidente egípcio interveio. Num telefonema efectuado na segunda-feira, Hosni Mubarak terá manifestado ao primeiro-ministro judeu o «medo» que lhe causava o bloqueio do processo.

Até os Estados Unidos, eternos aliados de Israel, advertiram que a expansão dos colonatos pode ser prejudicial para o processo de paz. O próprio Bill Clinton afirmou que a política prosseguida por Netanyahu constitui um obstáculo ao processo de paz, instando as duas partes a retomarem o diálogo.

O Conselho Legislativo Palestino apelou aos pales-

tinianos para «combater» a colonização dos territórios pelo Estado Hebreu. «O importante é a continuação do processo de paz. E nós insistimos para prosseguirmos nesta via», declarou Yasser Arafat.

Mas também dentro de Israel a política de Netanyahu não é bem vista. O deputado trabalhista e antigo ministro, Moshe Shaal, afirmou que «esta decisão conduzirá a um confronto perigoso de que ninguém pode prever a saída». No entanto, contando com a maioria no parlamento, a direita israelita chumbou por 58 votos contra 21 uma moção de censura à política governamental apresentada pela esquerda.

A intervenção norte-americana foi bem sucedida. Redu-

zindo a tensão entre palestinos e judeus, os EUA conseguiram reunir Yasser Arafat e Yitzhak Molcho, conselheiro do primeiro-ministro israelita, na segunda-feira.

No dia seguinte, a Assembleia Geral da ONU aprovou por maioria uma resolução sobre «a permanente soberania palestina sobre os territórios ocupados». O documento pede a Israel que não explore nem ponha em perigo os recursos naturais nos territórios ocupados, incluindo Jerusalém e os montes Golá. A resolução afirma que se deve reconhecer o direito do povo palestino a exigir a restituição de qualquer exploração, redução ou prejuízo dos seus recursos naturais.

antigo entre os dois países. O documento estará em vigor durante 30 anos e prevê que a Índia deixe passar para o seu vizinho 50 por cento do débito disponível na barragem de Farakka durante a estação seca, entre Janeiro e Junho. A construção desta barragem em 1951 teve como consequência a desertificação de algumas regiões do Bangladesh.

## Iraque vende petróleo

As Nações Unidas aprovaram finalmente na sexta-feira cinco contratos para a venda de petróleo bruto iraquiano, no âmbito da fórmula «petróleo por alimentos». A partir de agora o Iraque está autorizado a exportar dois mil milhões de dólares de crude durante seis meses para comprar alimentos e medicamentos para a população. Segundo fontes iraquianas, companhias russas, francesas, americanas e turcas já subscreveram contratos para a compra de petróleo.

## Força humanitária abandona Zaire

O Canadá anunciou no final da semana passada a decisão de retirar no fim deste mês a força multinacional humanitária que se encontra na zona dos Grandes Lagos. Dados recentes apontam para 40 mil o número de refugiados ruandeses que ainda se encontram no Zaire e outros 150 mil noutros locais. Aparentemente, não são suficientes para merecerem qualquer tipo de ajuda.

## Raptos na Colômbia

Mais de mil pessoas foram raptadas na Colômbia entre Janeiro e Novembro deste ano. Desse grupo 57 foram assassinadas. Do total das vítimas, apenas 230 foram salvas pelas forças de segurança, enquanto 319 foram libertadas depois do pagamento do resgate. No princípio de Dezembro cerca de 400 pessoas encontravam-se sequestradas. Na Colômbia registam-se 45 por cento dos raptos com extorsão que ocorrem no mundo.

## Pressão demográfica no Mediterrâneo

Dez por cento dos habitantes dos Estados mediterrânicos vive em 15 por cento do território, provocando grande poluição marítima, o aumento da perda de solo fértil e o desaparecimento de zonas de grande valor ecológico. Esta foi uma das denúncias dos participantes do IV Fórum Ambiental do Mediterrâneo, realizado em Barcelona no fim de semana. Constatando uma forte pressão demográfica sobre o litoral mediterrânico, representantes de ONG de 20 países fixaram critérios de cooperação e estratégia de trabalhos conjuntos.

## EUA impõe-se à ONU

Kofi Annan é o novo secretário-geral da ONU. Este ganense conseguiu conciliar os membros do Conselho de Segurança e concentrar no seu nome os votos necessários para a eleição.

Kofi Annan é o sucessor do egípcio Butros-Butros Ghali à frente das Nações Unidas. Depois de várias votações informais do Conselho de Segurança, Annan conseguiu finalmente na sexta-feira converger em si os apoios necessários para ser eleito.

Para ganhar, um candidato precisa no mínimo de nove votos a favor e nenhum contra dos membros permanentes do Conselho de Segurança: Estados Unidos, Rússia, China, França e Grã-Bretanha.

A França defendia outro candidato, Amara Essy, ministro dos Negócios Estrangeiros da Costa do Marfim, resistindo a Annan não só por não ser francófono, mas também por este ser considerado próximo da influência norte-americana e britânica.

Os EUA, depois de vetarem a reeleição de Ghali e de fazerem um braço de ferro com a França, conseguiram mais uma vez impor a sua vontade.

A notícia do novo secretário-geral da ONU foi acolhida com grande satisfação pela

comunidade internacional, de Moscovo a Pretória, de Viena a Pequim. Klaus Kinkel, ministro dos Negócios Estrangeiros alemão, considerou que «com Annan, à frente das Nações Unidas estará um secretário-geral eminente e qualificado».

O titular da pasta da diplomacia britânica, Malcolm Rifkind, afirmou que Annan «conta com uma vasta experiência sobre o que é a ONU em todos os aspectos, inclusive a administração e as finanças, assim como as questões políticas-chave».

Também Butros Ghali felicitou «calorosamente» o seu sucessor, declarando estar «muito satisfeito com o carácter unânimo da decisão».

Por seu lado, o novo secretário-geral apontou como prioridade do seu mandato «trabalhar com os Estados membros para redefinir os objectivos das Nações Unidas». «Ao entrar no século XXI é importante que nos interroguemos sobre os que deve fazer a ONU», acrescentou.

## Recomendações para os bósnios

Da Conferência Internacional sobre a Bósnia, realizada em Londres nos dias 4 e 5 de Dezembro, saiu um documento com 17 pontos sobre a aplicação dos Acordos de Dayton e muitas recomendações.

Durante dois dias, Londres foi palco da Conferência Internacional sobre a Bósnia-Herzegovina, onde participaram 56 delegados de outros tantos países, incluindo Portugal.

Com o fim da consolidação da paz no território, a Federação Croato-Muçulmana e a República Federal da Jugoslávia são exortadas pela comunidade internacional a cooperar entre si para «solucionar os seus próprios assuntos» e a adoptar medidas legislativas destinadas a fomentar a tolerância e a garantir os direitos humanos básicos.

A declaração final recomenda a adopção de uma bandeira única até 15 de Fevereiro e colocação de postos alfandegários nas fronteiras do novo Estado. Prevê ainda a criação de um banco central para toda a Bósnia, uma moeda nacional no início de 1997, a detenção dos criminosos de guerra, a garantia dos direitos civis e o reforço da manutenção da ordem.

Por outro lado, os participantes na iniciativa pedem condições favoráveis ao regresso dos refugiados e desalojados aos locais que pretenderem e a abolição de todas as leis restritivas

que entravam actualmente a liberdade de circulação.

Aparentemente os subscritores do documento final esqueceram-se que o Acordo de Dayton, assinado nos EUA há um ano e que constitui a base da actual Bósnia, fomenta ele próprio os nacionalismos.

A Jugoslávia voltou a acusar a comunidade internacional de «discriminação na distribuição da ajuda» económica. De acordo com a União Europeia e o Banco Mundial, apenas dois por cento do auxílio internacional à Bósnia revertem para aquele país.

Na conferência, a Comissão Europeia assinou um acordo para a concessão de 190 milhões de dólares suplementares para a reconstrução da ex-Jugoslávia. Dos 1,8 mil milhões de dólares previstos para 1996, a UE canalizou 1,3 mil milhões dos quais 400 milhões foram já aplicados.

De acordo com as estimativas, para 1997 serão necessários 1,4 mil milhões de dólares para prosseguir as acções encetadas este ano.

Entretanto, o chefe da missão da OSCE na Bósnia anunciou no sábado que as eleições municipais devem realizar-se em Junho. As autárquicas deviam ter-se realizado em simultâneo com as legislativas e presidenciais em Setembro passado, mas foram adiadas na sequência de irregularidades no registo de eleitores.



Depois da guerra a reconstrução. A Jugoslávia continua a ser discriminada na distribuição de ajuda económica





PORTO - 6.7.8 DEZEMBRO 1996

PCP

# A Tribuna do Congresso

## Intervenções de delegações estrangeiras

### Iuri Burlutski

Membro do Comité Central do Partido Comunista da Federação Russa e deputado

Em nome do Partido Comunista da Federação Russa, transmito-vos - a vós e a todos os membros do fraterno Partido Comunista Português - calorosas saudações.

Os nossos partidos estão ligados há mais de 75 anos por laços de amizade e solidariedade. Os comunistas soviéticos e portugueses sempre estiveram juntos nas fileiras dos combatentes pela democracia e pelo socialismo. Temos presente a história da heróica luta dos comunistas portugueses e o seu papel no derrube do regime fascista em Portugal. O camarada Álvaro Cunhal e toda uma plêiade de comunistas portugueses constituem para nós um símbolo de abnegada dedicação e sacrifício na luta pelos nossos ideais comuns.

Vivemos num novo contexto, em que foi destruída a União Soviética e ganha forma no Mundo uma situação completamente diferente. Os obreiros norte-americanos da chamada «nova ordem mundial» comportam-se como se fossem senhores dos destinos dos povos, partindo dos seus interesses. Manteve-se e tornou-se ainda mais ameaçadora para todo o Mundo a política agressiva do imperialismo americano. O bloco da NATO não perdeu a sua essência, tenta já hoje levar as suas tropas e as suas armas directamente para as fronteiras da Rússia. Prossegue em todo o Mundo uma ofensiva contra os direitos dos trabalhadores, que conduz ao aumento da tensão social. A situação a que se chegou exige insistentemente que os comunistas de todos os países unam esforços. Nós compreendemos esta necessidade e somos a favor de tal união.

Os povos do nosso país vivem uma pesada tragédia.

À crise económica na Rússia somou-se a crise social e espiritual. É cada vez maior o exército de desempregados, refugiados e pobres. Soa cada vez mais alto a voz dos que fazem greve e protestam contra a falta de pagamento de salários e bolsas de estudo, de pensões e subsídios. E é neste contexto que o regime dominante faz a blasfémia de propor à sociedade alcançar a concórdia.

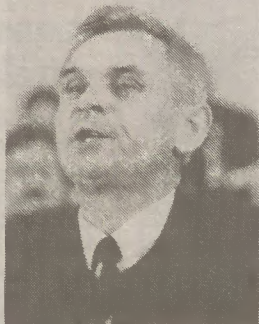
É precisamente o que foi feito com o decreto do presidente Jeltsin, que pretende transformar a festa popular do 7 de Novembro - o aniversário da grande revolução socialista de Outubro - num «dia de concórdia e conciliação».

### José Luis Nuñez

Membro da Comissão Permanente e Secretário das Relações Internacionais do Partido Comunista de Espanha

Quero transmitir-vos uma cordial e calorosa saudação em nome do Partido Comunista de Espanha e desejar-vos o maior êxito nos trabalhos deste vosso 15º Congresso.

Os nossos partidos estão unidos por laços históricos. Sempre admirámos a vossa coragem na luta contra a ditadura salazarista, pela liberdade do povo português e celebrámos do outro lado da fronteira com uma imensa alegria e esperança a Primavera dos Cravos, uma das revoluções mais exemplares da nossa época.



A festa do Grande Outubro não se extingue por um decreto ou uma ordem - trata-se da memória do povo, de um tributo de respeito aos feitos históricos dos nossos antepassados. A revolução de Outubro de 1917 entrou para sempre na história mundial como o maior acontecimento do século XX.

Nós, comunistas russos, ainda temos que analisar tudo o que aconteceu. Devemos ser objectivos e autocríticos. Os militantes de base do partido não podem ser responsabilizados pela traição da cúpula partidária, mas também não podemos recusar completamente a culpa do que sucedeu. A principal tarefa que se coloca ao PCFR é recriar a credibilidade e a confiança do povo nos comunistas, a confiança nos nossos ideais.

Podemos hoje dizer que conseguimos defender o partido, renovar o programa, restabelecer a organização em todo o território do país. Os representantes do PCFR obtiveram um significativo apoio nas eleições parlamentares e autárquicas. Nas últimas eleições presidenciais, apesar do anticomunismo selvagem, do terror informativo e da generalizada violação da lei eleitoral, o nosso candidato teve o apoio de mais de 40 por cento dos votantes.

O PCFR tem que fazer muitas coisas pela primeira vez, tem que procurar formas de actuação que sejam adequadas às exigências de hoje. Por exemplo, não tínhamos experiência de actividade na oposição. Como funcionar no parlamento e ao mesmo tempo manter um activo trabalho de massas? A procura de aliados é uma questão de extrema importância. Os comunistas da Rússia têm perante si problemas importantes e muito complexos, de cuja resolução depende o futuro do nosso país e do nosso povo; uma dessas tarefas é vencer a divisão do movimento comunista na própria Rússia, unir os esforços de todos os comunistas dos partidos existentes nas antigas repúblicas da União, que se tornaram estados independentes. A nossa principal tarefa comum é restabelecer os laços de fraternidade entre os povos soviéticos e restaurar a sua unidade estatal.

Estudamos atentamente a experiência dos partidos irmãos no estrangeiro. Cada encontro convosco, caros camaradas, deixa-nos mais enriquecidos.

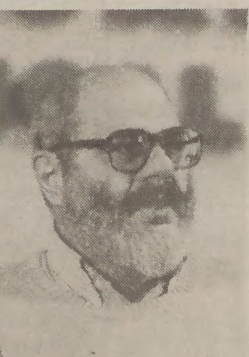
Em nome dos comunistas da Rússia, o Comité Central do PCFR declara-vos que também no futuro continuaremos a manter relações fraternais com os comunistas de Portugal.

Desejamos que sejam bem sucedidos os trabalhos do 15º Congresso do Partido Comunista Português.

Vivemos num mundo unipolar no qual se desenvolve uma forte ofensiva neoliberal que, através da globalização, da sacralização do mercado e da competitividade, das desigualdades sociais e do desmantelamento do estado de bem-estar, alarga e agudiza o fosso da geografia das desigualdades.

Face a tudo isto é necessário aceitar o desafio e unir os esforços de todas as forças da esquerda transformadora para manter e reforçar o grito de rebeldia contra uma sociedade cheia de injustiças, articulando espaços políticos de encontro, debate e acção para lutar por um mundo e um futuro de paz, liberdade e justiça.

Nesta luta comum e na defesa dos ideais socialistas e comunistas sabeis que contaís com a solidariedade dos comunistas espanhóis.



### Langa Zita

Secretário para a Educação Nacional do Partido Comunista Sul-Africano

O Partido Comunista Sul-Africano tem a honra de estar perante vós por ocasião do vosso 15º Congresso. É importante notar que os nossos partidos, de longa história e cooperação, façam ambos 75 anos neste ano de 1996. Partidos que nasceram na aurora da histórica Revolução de Outubro.

Muito aconteceu desde a nossa fundação em 1921. A Revolução de Outubro que inspirou a nossa criação experimentou um profundo recuo. Embora fosse importante e crítico para nós permanecer imperturbáveis sob o peso desta crise, não podemos no entanto esconder a cabeça na areia como se nada tivesse acontecido.

É naturalmente verdade que não estamos no fim da nossa história, como dizem os ideólogos do capital. O desemprego continua a avançar na Europa, enquanto a pobreza e a miséria das massas continuam na ordem do dia em todo o Sul. Permanecem as contradições do capitalismo, com todo o seu mal-estar social e a organização e mobilização simultâneas do povo trabalhador - que se mantém desejoso e empenhado na luta contra este sistema diabólico.

O Partido Comunista Sul-Africano, aliado com o ANC e o Congresso dos Sindicatos continua a lutar para a defesa, consolidação e aprofundamento do avanço democrático da África do



Sul. Neste assunto estamos empenhados na luta contra a emergência da agenda neoliberal em todo o mundo.

Na luta pela consolidação da democracia, não esquecemos a luta pelo socialismo. No espaço democrático que ganhámos na nossa luta contra o neoliberalismo lutamos simultaneamente por um enquadramento socialista para informar do carácter das mudanças democráticas que o nosso governo está a implementar. Não estamos a adiar a luta pelo socialismo. Fazemos isso apelando à educação grátis, pela socialização da entrega de casas e fortalecendo o papel do Estado na economia. Em todo este processo somos guiados pelo nosso slogan e perspectivas estratégicas que o socialismo é o futuro construído agora.

Por ocasião da histórica Conferência do SACP, gostaríamos de alargar a nossa solidariedade para com a classe trabalhadora portuguesa, uma heróica classe, fortalecendo os nossos laços e o diálogo, na medida em que enfrentamos o desafio de fazer a estratégia e definir a sociedade alternativa democrática e radical, pela qual temos vindo a lutar durante a maior parte deste século.

Ao entrarmos no novo milénio, os estreitos laços que nos ligam são bastante importantes, mas essas cadeias têm de ser consolidadas não só em solidariedade e conferências, mas em debates mais íntimos, lutas conjuntas, diálogo, a fim de evitar os erros do passado e enfrentar o futuro como um movimento renovado e vigoroso, como uma nítida alternativa da classe trabalhadora aos desafios de hoje.

### Michael Schumann,

Membro da Direcção Nacional do PDS da Alemanha

Em nome do Partido do Socialismo Democrático da Alemanha transmito-vos saudações amigáveis e solidárias.

Para nós o PCP é o partido de Álvaro Cunhal, que, com muitos sacrifícios, lutou durante quase 50 anos contra o fascismo e contribuiu grandemente para que ele fosse derrotado com a Revolução de Abril. É um Partido que marcou significativamente as transformações democráticas e até hoje as defende com determinação. É um Partido que se manteve fiel às suas tradições internacionalistas da solidariedade com os antifascistas alemães e o apoio à luta anticolonialista, até à solidariedade com Cuba nos dias de hoje.

O PDS faz em Dezembro 6 anos. A maioria dos nossos militantes esforçou-se, no nosso partido antecessor o PSUA, durante mais de 40 anos, pela construção de uma Sociedade Socialista na RDA. A história destes 40 anos conheceu grandes entusiasmos, antifascismo sincero, empenhamento pela paz, solidariedade internacional e conquistas sociais, cuja perda as pessoas sentem hoje valorosamente. Mas também conheceu grandes erros, mesmo crimes, uma grande falta de democracia e liberdades individuais, desconfiança.

Sabemos que o PCP via, e justamente, esse desenvolvimento com olhar crítico.

O PDS assume esse passado. Esforçamo-nos por examiná-lo de uma forma crítica.

Como único partido real na Alemanha de Leste, sentimos a especial responsabilidade de

alertar contra a desindustrialização do Leste da Alemanha, a destruição da sua agricultura como concorrente mal-amada, o desprezo pelo nível de vida de milhões de pessoas, contra a perseguição de funcionários públicos da RDA pelo sistema judicial dos vencedores.

Ao mesmo tempo é hoje necessário lutar contra a política neoliberal do governo Kohl em toda a Alemanha - contra o desmantelamento de conquistas dos trabalhadores e dos sindicatos que foram alcançadas durante decénios, contra a pressão de uma Europa dos bancos e das multinacionais, sob a direcção alemã, contra novas ambições militaristas.

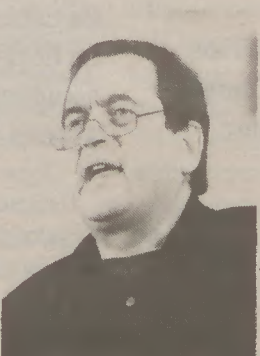
O grupo parlamentar do PDS foi o único grupo do parlamento alemão que se opôs determinantemente ao emprego de tropas alemãs na ex-Jugoslávia.

E também foi o único que votou contra o Tratado de Maastricht.

Não somos contra a Europa. Essa posição têm-na no nosso país os nacionalistas de direita.

Nós somos por uma Europa da paz e de uma cooperação económica igualitária, da democracia, da justiça social para todos, por um encontro cultural diversificado entre os povos, por uma Europa que não se escude contra o Leste e o Sul por detrás de um muro de riqueza. Sobretudo, somos a favor de que o próprio Povo decida a Europa que quer. Por isso exigimos, juntamente com grande parte da esquerda europeia, um referendo sobre os resultados da Conferência Intergovernamental para a revisão do Tratado de Maastricht.

Aprendemos com a nossa história que a democracia no Partido é um bem imprescindível. O PDS entende-se como um partido pluralista no qual comunistas, socialistas de esquerda, ecologistas, feministas, cristãos e pacifistas têm o seu







lugar; um partido com amplos direitos para os seus simpatizantes, com uma quota mínima para as mulheres em todas as frentes e uma representação de 50%, com as listas abertas para as eleições e para o grupo parlamentar, que é composto em metade por independentes.

A convivência no nosso partido não é fácil - mas da discussão nasce a verdade. O PDS entende-se como parte da esquerda alemã, europeia e internacional, com a qual tentamos trabalhar com a maior amplitude possível.

As relações amigáveis e solidárias com o PCP são

parte da herança do passado. Sentimos a vossa solidariedade, queridos camaradas, e queremos agradecer-vos por isso.

Queremos desenvolver essa herança em novas condições, agradecer-vos e levá-la para um novo século!

### Agamemnon Stavrou

Membro do Comité Central do AKEL,  
Partido Progressista do Povo Trabalhador de Chipre

Em nome do Comité Central do AKEL, transmito-vos calorosas saudações e votos de êxito no vosso 15º Congresso. Gostaria também de aproveitar esta ocasião para, em nome do nosso Partido, saudar também todos os militantes e simpatizantes do Partido Comunista Português e desejar-vos grandes êxitos.



O vosso Congresso realiza-se num período caracterizado pela instabilidade da vida internacional e por muitos conflitos locais. Realiza-se num período recheado de perigos, quer para a nossa região, quer para outras regiões sensíveis do nosso planeta. A muito apregoada "nova ordem" já provou ser, na prática, uma desordem. Enquanto os americanos apregoam o estabelecimento da paz e o respeito pelo Direito Internacional, aquilo a que assistimos é ao surgimento constante de novos focos de tensão. Em vez do domínio do Direito Internacional nas questões internacionais, assistimos ao domínio da lei do mais forte e a comportamentos baseados apenas nos interesses dos EUA e dos seus aliados. Em vez da defesa dos direitos do Homem, assistimos à sua violação constante e grave, sem que os governos ocidentais se sintam afectados por tal facto. Esses mesmos círculos, que outrora eram extremamente sensíveis às mais insignificantes violações dos direitos humanos nos países da Europa do Leste, estão hoje a fechar os olhos às atrocidades cometidas em vários países. As Nações Unidas têm sido sistematicamente subvalorizadas e os EUA procuram substituir-se a essa organização, desempenhando o papel de líder mundial. A situação económica mundial agrava-se e o desemprego cresce aceleradamente.

O fosso entre Norte e Sul continua a agravar-se. As conquistas alcançadas pelos trabalhadores após muitos anos de lutas estão hoje na mira dos patrões, que se vêem encorajados pelos governos nos seus ataques.

Já me referi brevemente a alguns dos principais problemas do nosso tempo. A actual situação mundial torna necessário o reforço da cooperação de todas as forças de esquerda e do progresso. Os esforços já encetados para a cooperação e coordenação entre os Partidos Comunistas deverão prosseguir e ser fortalecidos, de forma a alcançar os melhores resultados possíveis nas actuais condições muito adversas para as forças da paz e do socialismo.

O Chipre continua a sofrer as consequências da bárbara invasão turca. Ao fim de 22 anos, a Turquia continua ocupando 37% do nosso território, enquanto que um terço da nossa população são refugiados no seu próprio país. Apesar de todas as resoluções das Nações Unidas sobre o tema, e apesar dos Acordos de Alto Nível de 1977 e 1979, os governos Turco e Cipriota Turco insistem nas suas posições intransigentes. De acordo com todos os indícios, 1997 será um ano de intensa actividade norte-americana e britânica, num esforço para alcançar uma solução. Estamos preocupados quanto ao conteúdo destas iniciativas. A nossa experiência até hoje ensina-nos que as iniciativas dos britânicos e americanos não se baseiam, nem nas resoluções da ONU, nem no Direito Internacional, nem nos direitos humanos. Agradecendo o apoio constante e solidário que nos haveis sempre prestado, apelamo-vos para que reforcem ulteriormente o vosso apoio e solidariedade, na perspectiva das esperadas iniciativas americana e britânica.

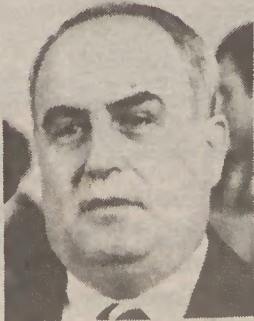
Para concluir, gostaria de, uma vez mais, exprimir a solidariedade do meu Partido para com os objectivos nacionais e sociais da luta do Partido Comunista Português.

Mais uma vez, desejo êxito aos trabalhos do vosso Congresso.

### Sitaram Yechuri

Membro do Bureau Político  
e responsável da Secção Internacional  
do Partido Comunista da Índia (Marxista)

Trago-vos e a todos os comunistas portugueses calorosas saudações de 1.2 milhões de comunistas indianos e ainda de 40 milhões de membros de organizações de massas que representamos.



Aqui presente está também um representante do Partido Comunista da Índia, nosso parceiro na Frente de Esquerda, na Índia.

Em nome do C. Central do Partido Comunista da Índia (Marxista), transmito as nossas fraternais saudações comunistas ao 15º Congresso do Partido Comunista Português.

Os nossos dois partidos partilham uma forte relação comum de internacionalismo, particularmente na luta contra a renovada ofensiva imperialista que se seguiu ao desmantelamento do socialismo na URSS e no Leste da Europa.

Confiamos que a nossa presença no vosso Congresso fortalecerá esses laços no futuro.

Camaradas, o vosso Congresso tem lugar numa conjuntura muito crítica da situação mundial. notamos que o 15º Congresso do vosso Partido irá discutir questões de grande importância relativamente ao movimento comunista internacional na presente conjuntura e à orientação do Partido Comunista Português com vista ao avanço da luta do povo português pelo socialismo.

Queridos camaradas, o PCI(M) segue com muito interesse a crescente actividade do PCP e o reforço da sua ligação ao povo português. No período recente, notamos com um sentimento de satisfação que o PCP, fiel aos princípios revolucionários, tem desenvolvido uma intensa actividade marcada pela militância e a eficácia. A vossa acção, as lutas de massas, as batalhas eleitorais e particularmente a luta contra a ofensiva ideológica das classes exploradoras são valiosos contributos para os comunistas em todo o mundo. A influência que é exercida pelo PCP nas autarquias e municípios continua a proporcionar uma fonte de incentivos para os comunistas em qualquer parte do mundo.

Estamos certos que as deliberações deste Congresso fortalecerão no futuro a ligação do PCP ao povo português.

Apesar das suas grandes pretensões e autopromocções de imortalidade o capitalismo, como sistema, continua a demonstrar a sua incapacidade de resolver as mais importantes questões que se colocam à humanidade. Os recentes anos passados viram a agudização de contradições e o alargamento do fosso entre os ricos e os pobres. Enquanto se reforçam os movimentos populares de massas contra a ofensiva global do capitalismo, manifestando seus mais modernos métodos de exploração, é necessário reforçar a luta ideológica.

Esta tem sido uma tentativa comum dos comunistas de todo o mundo. O PCP, que no passado tem dado significativos contributos, continuará, estamos certos, numa luta muito complexa. Por um lado, estamos a tentar defender os fundamentos seculares e democráticos da Índia moderna, que estão a ser severamente atacados pelas forças da direita reaccionária; por outro lado, estamos multiplicando as nossas forças para intensificar as lutas populares em defesa dos seus direitos e pelo melhoramento das suas condições de vida. Uma nova situação política surgiu no país, onde a esquerda, juntamente com outras forças democráticas e seculares formaram um governo de coligação com o objectivo expresso de defender a identidade moderna da Índia e os interesses do povo.

O PCI(M) tem tido um papel muito importante na constituição de tal alternativa e hoje apoia este governo, sem fazer parte dele.

Estamos, pois, presentemente empenhados no sucesso desta coligação governamental e ao mesmo tempo na construção de movimentos populares, políticos e sociais para influenciar numa direcção progressista a política governamental.

Queridos camaradas, o PCI(M) tem em alto apreço as posições e actividades do Partido Comunista Português. Estamos convictos que as resoluções do vosso 15º Congresso terão grande repercussão no futuro fortalecimento do Partido Comunista Português, de forma a honrar as suas responsabilidades a nível interno e internacional. Permiti que, uma vez mais, transmita as nossas calorosas e fraternais saudações ao Congresso e a todos os delegados aqui reunidos.

Desejamos ao vosso Congresso os maiores sucessos.





# Desemprego e austeridade para pagar a moeda única Na Europa crescem as lutas contra Maastricht e os monopólios

Os camionistas franceses aos funcionários públicos espanhóis, dos metalúrgicos e ferroviários italianos aos camponeses da Grécia, as páginas do «Avante!» referiram nas últimas semanas diversas lutas de massas em países da União Europeia. Aproveitando a sua presença no Porto, no 15º Congresso do PCP, pedimos a camaradas daqueles países breves depoimentos sobre as mais importantes lutas em curso, os seus motivos e perspectivas de evolução da situação política. Com governos de diferentes matizes políticos, nas palavras dos comunistas franceses, gregos, italianos e espanhóis surgem sempre referências muito críticas ao Tratado de Maastricht e à aplicação dos critérios de convergência nominal para atingir a moeda única. As consequências desta política, a luta de massas é a resposta dos trabalhadores e das camadas mais atingidas pela redução das despesas sociais, pela contenção dos salários, pelas privatizações, pelo favorecimento da especulação financeira em detrimento dos sectores produtivos.

## Recusamos sacrifícios e promessas enganadoras

A política do governo Aznar visa cumprir à risca os critérios de convergência do Tratado de Maastricht, sem ter em conta as consequências que tal opção tem para os trabalhadores e para amplas camadas da população.

Esta postura de «bom aluno» face às exigências de Bruxelas provocou reacções em vários sectores, com lutas de vulto, encabeçadas pelos sindicatos.

O primeiro exemplo é a luta na indústria mineira lionesa, que estava para ser submetida a um processo de reestruturação e onde os trabalhadores, com manifestações e até cortes de estrada, obrigaram o governo a negociar, sem condições prévias.

O segundo exemplo é a luta dos funcionários públicos. Na proposta de Orçamento para 1997, o governo tomou a opção de congelar os salários durante todo o próximo ano. Isto suscitou fortes protestos, que culminaram numa grande manifestação em Madrid, cuja amplitude surpreendeu até os organizadores, e na sequência da qual foi convocada a greve geral de dia 11.

Isto mostra que há reacções contra esta política de austeridade e de limitações sociais, caminho escolhido pelo governo para queimar etapas e chegar à união monetária no pelotão da frente. Nós manifestamos a nossa profunda preocupação e a nossa discordância radical face a tal política e contra esta forma de actuar sem ter em conta interesses fundamentais do país.

Também houve uma série de protestos e manifestações de estudantes, contra a redução, prevista no Orçamento, das verbas para a escola pública. Teve particular impacto a luta no ensino secundário, com manifestações bastante importantes em Madrid e noutras cidades.

Estes são os três conflitos fundamentais, neste momento, todos com um motivo comum: a política

de austeridade, com o engano da promessa de, daqui a uns anos, virão melhores tempos. Mas este argumento não colhe. No fundo, trata-se apenas de tentar aplicar em Espanha os princípios neoliberais.

Não creio que os protestos vão acalmar depois da aprovação do Orçamento. Há muito descontentamento, os problemas são muito profundos e a capacidade de reacção das pessoas está a revelar-se de forma muito clara. O Orçamento aponta para uma política de contenção dos sectores produtivos e de cortes nas despesas sociais. Isso levará à ampliação dos protestos a camadas directamente afectadas por cada uma das medidas, desde os operários e funcionários, até às associações de pais de alunos ou de utentes dos serviços públicos de saúde.

Está instalado um sistema de alternância no governo, baseado no Partido Socialista e no Partido Popular. Os comunistas e a Esquerda Unida lutam por uma alternativa. Mas o PSOE, no seu tempo, aplicou os critérios de convergência nominal também com muita força, preparou o terreno para que a direita incrementasse ou apenas prosseguisse a política do Partido Socialista. Alguns aspectos foram agravados com a chegada do PP ao poder, como a política externa e as relações com Cuba. Mas a política económica segue a mesma linha, que tem agora manifestações externas de amizade com Kohl e o governo alemão, por serem da mesma família política.

O PSOE não tem feito até agora uma oposição muito frontal e, se adoptou alguma atitude demagógica de crítica ao actual governo (excepto na política exterior e questões de pormenor na saúde) pode sempre dizer-se que antes, no Governo, os socialistas também defenderam medidas semelhantes. E mantiveram a mesma postura de aluno bem comportado perante Bruxelas.

## O fenómeno único de um governo condicionado

Este congresso do vosso partido é muito importante, porque tem lugar num momento especial da história da Europa. A unificação europeia que está a ser realizada pelo grande capital exige que todas as forças comunistas e progressistas, antagonistas desta união europeia, se unam para contestar esta Europa, o Tratado de Maastricht e os seus critérios.

A nossa presença aqui, como comunistas italianos e como grupo parlamentar a que tenho a honra de presidir, testemunha a necessidade de estabelecer laços mais intensos de colaboração e solidariedade entre os nossos dois partidos e, em geral, entre todos os partidos que se batam em defesa dos trabalhadores.

A situação italiana é muito complexa. Nas eleições de 21 de Abril, uma coligação democrática de centro-esquerda, incluindo a Refundação Comunista, venceu a direita. Formou-se um governo de centro-esquerda muito moderado, que não é o governo dos comunistas nem um governo com um programa comunista. Mas nós somos determinantes para a manutenção deste governo. Assim, conseguimos condicionar a política do governo.

Este governo fez uma manobra económica muito dura - cem biliões de liras - mas sem tocar a Segurança Social e os direitos dos trabalhadores. É um fenómeno único na Europa, possível apenas porque somos o único país em que os comunistas são determinantes para o governo, embora não fazendo parte do governo, devido às grandes diferenças programáticas.

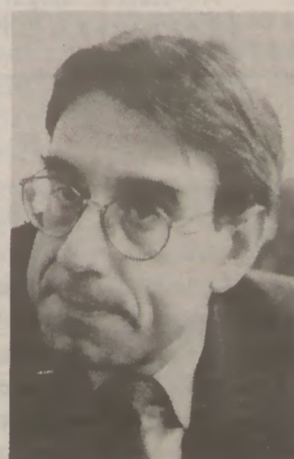
Nestas condições, ainda não se verificaram em Itália acções de protesto e luta de contornos e

dimensão semelhantes às de outros países europeus. Mas participámos na grande manifestação que teve lugar em Paris, de comunistas e outras forças que se opõem à actual política europeia e creio que se deve prosseguir neste caminho de luta - luta de massas e não de pequenos grupos - para contrariar uma ideia de Europa que nós contestamos profundamente.

Obviamente que uma das formas mais eficazes de contrariar esta política é o voto. Mas só o voto não basta. É necessária a luta dos trabalhadores, nas fábricas, nos campos, nas escolas e universidades e depois, na altura do voto, escolher os comunistas. As eleições para nós correram muito bem - sobretudo se recordarmos o destino negro que alguns predisseram para a Refundação Comunista. Contrariando todas essas previsões, somos hoje o quarto maior partido italiano, o que nos dá muita confiança para o futuro.

Parece-nos a nós que os trabalhadores se sentem satisfeitos com a utilização que estamos a dar aos votos que nos confiaram. A nossa política tem conseguido resultados concretos positivos, como, por exemplo, o compromisso legal de que no próximo ano os aumentos salariais sejam iguais à inflação real - o que já não sucede há anos, desde 1993, e será muito importante para conter as perdas de poder de compra.

Vamos ver qual será a evolução dos acontecimentos no próximo ano, quando termina a primeira aferição para a reentrada da Itália nos critérios de Maastricht. Aí será a prova de fogo do governo: se houver cortes nas despesas sociais, deixará de contar com o nosso apoio.



**Oliviero Diliberto**  
Membro do Secretariado Nacional do Partido da Refundação Comunista e presidente do grupo comunista no parlamento italiano



## Agricultores somam apoios dois meses após as eleições

Há várias semanas, decorre na Grécia uma luta que começou por ser de camponeses, que bloquearam primeiro as estradas principais do país e depois muitas das outras vias. O país ficou bloqueado. Houve tentativas para resolver o conflito, iniciaram-se negociações, mas todos estes esforços foram em vão, pois o próprio primeiro-ministro veio dizer, há dias, que não aceitava as reivindicações dos agricultores e que o melhor que estes tinham a fazer era terminar com o protesto.

Não foi isso que sucedeu, porém. Desenvolveu-se um movimento de solidariedade, há agora ainda mais pessoas que dão o seu apoio aos camponeses e há outros sectores que entram em luta: pequenos e médios empresários, empregados, populações.

A luta mantém-se, cresce dia a dia e não se sabe quando irá terminar. As pessoas estão muito unidas e muito solidárias.

Na origem deste protesto está a constante perda de rendimentos dos agricultores, que sentem nas suas vidas as consequências da política da União Europeia para o sector agrícola. É uma política desastrosa, que não lhes deixa nenhuma perspectiva, a não ser o quase desaparecimento: o peso dos agricultores na população activa deverá ser drasticamente reduzido, passando de 900 mil para 450 mil nos próximos 4 ou 5 anos, e de 27 por cento para a média europeia de 4 por cento, até ao ano 2010.

Outras camadas sociais são também afectadas por esta política. As reacções surgem igualmente de outros sectores, para além dos camponeses. É uma longa história de miséria: os empregos

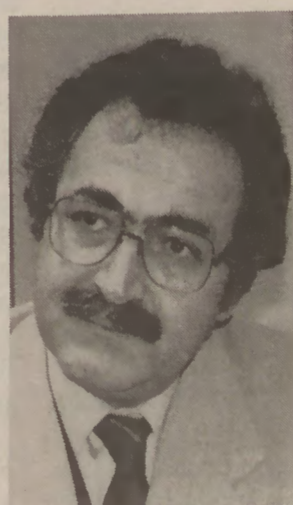
estão a perder-se, o desemprego está a crescer, os direitos sociais e dos trabalhadores estão a ser retirados, as garantias sociais são reduzidas, há uma grande pressão sobre muitas pequenas e médias empresas.

O governo socialista saído das eleições de há dois meses está a aplicar, de forma mais dura que nunca, uma política antipopular e antisocial, de acordo com as exigências de Bruxelas e da União Europeia. O governo está a seguir essas exigências de forma muito dura e violenta.

A 28 de Novembro teve lugar uma greve geral de 24 horas. Em toda a Grécia houve manifestações gigantescas. Vários sectores prosseguiram as acções de protesto na semana seguinte. Dia 9, manifestaram-se os pequenos e médios empresários. Muitas escolas foram ocupadas neste período, em protesto contra as medidas do governo para a Educação. Esta é outra área onde se têm verificado importantes manifestações.

Ganha forma uma frente muito ampla. É a primeira vez que, tão pouco tempo depois de umas eleições, se vê na Grécia um movimento de massas desta dimensão. Os protestos têm forte conteúdo antimonopolista e anti-Maastricht, contra a política da União Europeia em geral.

O Partido Comunista está na primeira linha deste combate e procura coordená-lo e dinamizá-lo por todas as formas. Esperamos ter a solidariedade e apoio das classes trabalhadoras e dos comunistas portugueses.



**Dimitre Gondicas**  
Membro do Bureau Político do CC do Partido Comunista da Grécia



## Amplia-se a resistência e a exigência de outra política

Nos últimos meses, mais precisamente desde o Outono de 1995, há um movimento, que se nota particularmente entre os trabalhadores assalariados mas que abarca também outros cidadãos e que se tem ampliado quantitativa e qualitativamente, de resistência à política do grande capital, do governo e do patronato. Esta política visa a moeda única e concretiza-se em medidas para privatizar, desregular, retirar direitos sociais.

Desenvolve-se um movimento muito forte de resistência e, ao mesmo tempo, de exigência de uma outra política, com uma tomada de consciência, maior que nunca, de que é necessário empregar de outra forma os recursos da nação, de que se pode fazer as coisas de outra maneira. É esta a mudança na paisagem social e política neste último ano.

Este movimento tem expressão no presente, em três tipos de lutas: dos trabalhadores da Função Pública, sob formas diversas; no Ensino, com a importante jornada de acção da Federação Sindical Unitária; e, ainda mais inesperadamente, a luta dos camionistas assalariados. Há muito tempo que não se via, no sector privado, uma luta com tanta intensidade como a dos motoristas, e com tanto apoio da opinião pública.

Tem uma grande importância, para todos os trabalhadores franceses, que os camionistas tenham conseguido impor ao governo e ao patronato importantes recuos e alterações em muitas matérias, sobretudo uma: a reforma aos 56 anos.

Outro combate de vulto trava-se na Thomson - uma grande empresa pública de armamento e multimídia, com cem mil trabalhadores e um volume de negócios de 75 mil milhões de francos - que o governo quer privatizar, aplicando a política para a passagem à moeda única. Querem vender uma empresa de enorme valor, reconhecida em França e internacionalmente, por um franco! Desenvolveu-se uma forte resistência dos trabalhadores da Thomson, através de petições, greves e uma grande manifestação, com um enorme apoio dos demais trabalhadores e da população. De tal

forma, que o governo teve que recuar e anunciou que suspendia a privatização.

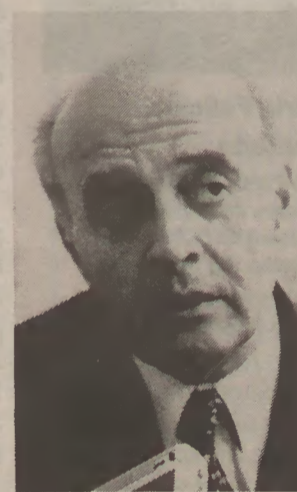
Há resistência e uma profunda aspiração à mudança, embora com dificuldades, com complexidades, com contradições. O que será outra política? Será a de Le Pen e da extrema-direita, que se dizem contra a moeda única

mas são ultraliberais? Será, como dizem certos dirigentes burgueses e mesmo alguns governantes, que sentem crescer o descontentamento e defendem a descolagem do franco face ao marco? Até há pouco, só nós é que dizíamos que o «euro» era o marco. Sabemos que a solução não está apenas aqui. Há que continuar a trabalhar, a esclarecer, para demonstrar aos cidadãos que é possível realizar outra política, empregar o dinheiro de forma diferente, nomeadamente o dinheiro público, as grandes somas que são entregues ao patronato.

Há possibilidades de desenvolver esta tomada de consciência, de aumentar e alargar as acções para mostrar que uma outra política é possível, para exigir que uma questão como a moeda única não seja resolvida sem que o povo francês se expresse através de referendo, após um grande debate, para conseguir uma outra política europeia, com base na associação de povos livres e não apenas visando um mercado único.

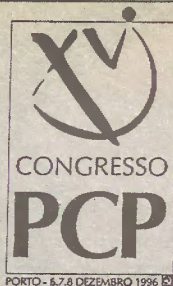
Nós, comunistas, trabalhamos neste sentido, contribuindo para a resistência e para convencer cada vez mais pessoas de que uma verdadeira alternativa, de esquerda, é possível.

Há outros problemas que, a não terem solução, poderão originar movimentos de protesto de amplitude semelhante aos destes últimos meses. Refiro-me aos sectores da agricultura e da saúde. Também se verificam movimentações por aumentos salariais, em defesa do emprego, contra as privatizações nos transportes. É significativo que o episcopado francês, na sua reunião anual, há cerca de um mês, ao analisar a situação económica e social do país, ponha em causa a lógica do sistema, que tudo subordina aos interesses financeiros e à especulação.



**Antoine Casanova**  
Membro do Bureau Nacional e responsável do sector cultural do Partido Comunista Francês



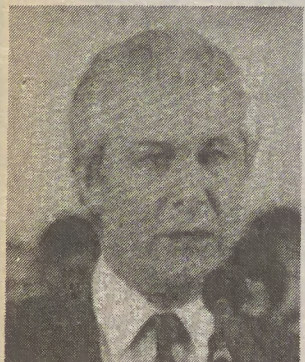


# A Tribuna do Congresso

## Intervenções de delegados

Prosseguimos hoje – e concluiremos na próxima semana – a publicação de certos das principais intervenções de delegados, produzidas na tribuna do XV Congresso. Na identificação dos camaradas que intervieram figuram, como é natural, as funções que ocupavam na altura da realização do Congresso.

### Revisão constitucional e sistema eleitoral



**João Amaral**  
Deputado na Assembleia da República  
Membro do Comité Central

Ouvem-se às vezes acusações ao PCP, de ser «conservador» por defender a Constituição. Nós defendemos efectivamente o conteúdo de democracia e progresso que permanece na Constituição, e por isso, chamem-nos progressistas, que o somos com orgulho. Mas os que insistem em armadilhar alterações à Constituição para lhe retirar a carga democrática, esses é que são politicamente «conservadores», isto é, retrógrados e reaccionários.

Basta ler as propostas de revisão. O PP rasga a Constituição, elimina-lhe todos os traços de Abril e substitui-a por outra, pela Constituição do grande patronato e do liberalismo selvagem. O PP leva tudo raso: as CTs são extintas, os sindicatos espartilhados, o sistema de representação proporcional liquidado, os direitos dos trabalhadores levam sumiço – até o lock-out é restabelecido! –, os direitos sociais transformados em negócio, a democracia económica substituída pelo império do capital.

O projecto PSD segue o mesmo «rumo ao passado». Com a diferença de que, enquanto o PP assume o projecto liquidacionista sem pudor, o PSD continua a retocar os seus objectivos com tons suaves, inclusive um rosa quase igual ao do PS...

Quanto ao projecto PS, é certo que ele não assume a fórmula devastadora dos projectos do PSD e PP. O PS nestas questões tem o mérito de ir ao essencial. E o essencial do projecto da direita neste momento

é a subversão do sistema eleitoral, visando a conquista anti-democrática do poder e o silen-

ciamento institucional das vozes defensoras de uma real alternativa. Aí, o PS não falta a nenhuma das convocatórias. O PSD quer o voto dos emigrantes nas presidenciais, na convicção de conseguir manipular esse voto, logo o PS se lhe junta, com uma proposta que vai na mesma direcção. O PSD quer subverter a proporcionalidade nas Câmaras, logo o PS propõe acabar com a aplicação aí do sistema proporcional, e entregar ao Presidente da Câmara a escolha da vereação. O PSD quer subverter a proporcionalidade na eleição da Assembleia da República, permitindo círculos uninominais, logo o PS propõe os círculos

uninominais de candidatura, porta aberta para a adulteração do sistema de representação proporcional. O PS faz juras de que tal não sucederá.

Mas pergunta-se: se quer chegar a um entendimento com o PSD, e o projecto essencial deste é subverter a proporcionalidade, de que quer então o PS convencer os portugueses? De

que não vai concertar-se com o PSD? Só que mesmo neste processo já o fez, para dificultar a regionalização, e para impossibilitar um referendo a Maastricht e à moeda única.

Por isso, para combater a gravíssima entorse à democracia resultante de um acordo PS/PSD sobre o sistema eleitoral, as Teses chamam o Partido

à transformação do processo de revisão numa batalha de massas, em defesa dos trabalhadores e da democraticidade do sistema político.

Esta é uma batalha para todos os comunistas, para todos os que defendem os valores e os princípios democráticos da Constituição de Abril.

### Os reformados e pensionistas e a acção do Partido



**Maria Felicidade Montoito**  
Vice-Presidente do MURPI  
Membro do Organismo Nacional do PCP para o Trabalho dos Reformados

Os reformados, pensionistas e idosos representam hoje um numeroso estrato social de grande valor colectivo e humano, que não deve ser esquecido pela sociedade, nem desprezado e discriminado pelos governos.

As medidas tomadas até agora pelo Governo PS, no que respeita à área social, nas suas grandes questões, aponta para a continuação da política de direita praticada pelos governos do PSD/Cavaco Silva. Os aumentos atribuídos às pensões e complementos, para vigorar em 1997, são muito inferiores ao do ano passado e corresponde a: 37\$00/dia para a pensão mínima do regime geral; 34\$00 para a agrícola e para a não contributiva ou social; 12 a 10\$00/dia para o subsídio de assistência a 3ª pessoa e 5\$00/dia para o cônjuges a cargo. As pensões e os suplementos recebem aumentos entre 2,5 e 5% dia; os medicamentos sobem 8%.

Para combater e alterar esta injusta situação social, imposta pelo Governo do PS em obediência cega ao Tratado de Maastricht e à entrada na moeda única, e no seguimento da mesma política económica e social do PSD, os reformados comunistas, unidos, solidários e fraternos com muitos outros milhares de reformados, participam activamente

nas diversas lutas e iniciativas do MURPI e da Inter-Reformados, organizações nacionais que defendem os legítimos interesses dos reformados pelo direito a uma vida digna e de bem-estar.

O PCP (...) tem realizado, desde 1988, diversas iniciativas e debates sobre os problemas dos reformados, pensionistas e idosos, de que se destacam três Encontros Nacionais e um Seminário, com aprovação de medidas indispensáveis à resolução dos problemas globais da segurança social pública.

Na Assembleia da República, por intermédio do seu Grupo Parlamentar, o PCP, pioneiro nas intervenções e tratamento dos problemas dos reformados, apresentou mais de 20 intervenções e 11 projectos de lei abrangendo áreas tão importantes como: pensões e seus complementos; saúde e medicamentos; transportes e sua utilização; pensões de aposentação na Função Pública; idade de reforma e cálculo de pensões; reposição de direitos adquiridos; carta dos direitos das pessoas idosas.

Nas autarquias – Câmaras e Juntas de Freguesia do Poder Local Democrático – o PCP, como força política fundamental integrada na CDU, os seus autarcas têm prestado um valioso e incondicional apoio às organizações de reformados instaladas nas suas áreas.

Nos concelhos e freguesias onde os eleitos comunistas iniciaram os seus mandatos, não existia um único Centro de Convívio ou de Dia. Hoje, erguem-se e funcionam muitas e muitas dessas instituições sociais, construídas ou adquiridas e devidamente equipadas e entregues gratuitamente às direcções das organizações de reformados, que as gerem democraticamente e aí desenvolvem importantes actividades sociais, culturais e recreativas, com toda a colaboração das Autarquias CDU.

### Política de Saúde

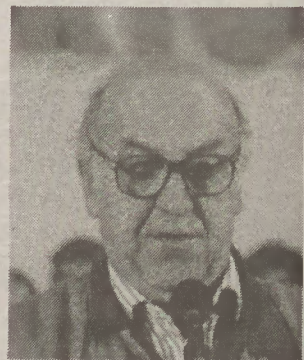
O PCP assume clara e inequivocamente a defesa do SNS. Não como está, desfigurado pelas continuadas orientações que têm sido postas em prática, mas do SNS regressado à filosofia e à inspiração democrática e humanista inicial, de carácter universal, geral e gratuito.

A Comissão Nacional para as Questões da Saúde do PCP, a par de um aprofundado diagnóstico da situação, elaborou um conjunto articulado e coerente de propostas para a Reforma Democrática do SNS, nomeadamente: a des-governamentalização e a progressiva substituição de mecanismos de comando burocrático e administrativo central por processos de autonomia e de auto-regulação democrática; a regionalização do sistema de saúde que deverá acompanhar a instalação das Regiões Administrativas e dos seus órgãos; o aumento

dos recursos e a melhor utilização dos meios públicos disponibilizados para a saúde, e a elaboração de legislação-quadro reguladora do financiamento do SNS; a gestão democrática das unidades de saúde.

Combatemos o aumento dos preços dos medicamentos e a elevação da comparticipação por parte dos utentes. Numa linha racionalizadora de custos e que contrarie a promoção que as multinacionais vêm fazendo de medicamentos desnecessários, ineficazes e dispendiosos, defendemos a efectiva introdução dos medicamentos genéricos e a elaboração de um formulário nacional para o ambulatório, a exemplo do que já existe a nível hospitalar.

Quanto à acessibilidade aos centros de saúde e hospitais, as inadmissíveis filas de espera e atrasos no atendimento de utentes, exigem medidas



**Durão de Carvalho**  
Membro da Comissão Nacional para as Questões da Saúde

extraordinárias até à normalização funcional da resposta dos vários serviços e o aperfeiçoamento das áreas funcionais atribuídas aos vários estabelecimentos de saúde.

E consideramos urgente a redefinição de prioridades em infra-estruturas, à luz de níveis mínimos de cobertura, com reforço prioritário nos cuidados primários, aumentando a sua oferta a curto prazo e corrigindo assim a sobreprocura aos cuidados secundários.

### A Política Desportiva Nacional



**Carlos Rabaçal**  
Membro do Comité Central

Nos últimos tempos, temos sido bombardeados com notícias da situação do futebol português. Notícias preocupantes que nos falam de corrupção, de difamação, de degradação, de lobbies e mafias, de falsidade nos resultados desportivos, de dívidas fiscais, de rusgas policiais e processos na Judiciária, de condenações e prisões, de dívidas, desnorre e irresponsabilidade dos dirigentes dos maiores clubes de futebol.

(...) O futebol profissional não é todo o futebol nem o futebol é todo o desporto.

Ficam de fora destes problemas a esmagadora maioria dos praticantes de futebol, os praticantes de dezenas de outras modalidades federadas e muitas centenas de milhares de portugueses e portuguesas que de uma forma ou outra praticam desporto.

É necessário ainda que, em caso algum se confundam os clubes, prestigiadas instituições com património e história laboriosamente construídos ao longo de décadas por gerações de associados, nem as suas massas associativas actuais com os dirigentes que, conjuntamente, têm assumido os destinos destas instituições com os resultados que estão à vista.

É indispensável que nos casos em que se provem ilegalidades e crimes, funcionem os mecanismos do estado democrático, com regra e até com dureza.

(...) O Governo PS passado um ano de intervenção nesta área já demonstrou que não está em condições de assegurar uma política desportiva ao serviço do país.

Para o PCP, o acesso à actividade desportiva é um direito de todos e não um privilégio de alguns. Por isso propomos uma política de democratização do desporto que permita a generalização da prática desportiva a todos e a participação de todos na definição, organização e gestão das actividades e na vida das instituições.

Para nós, o desporto é uma actividade cultural que correctamente orientada permite a cada um conhecer-se melhor, exprimir-se e a realizar-se, conseguir êxito pessoal, desenvolver e mostrar capacidades, construir a sua personalidade. É também um momento da vida social fornecendo prazer, saúde e bem-estar. É uma actividade que ajuda o processo de responsabilização e integração na sociedade, que contribui para o desenvolvimento da comunidade e, se praticado de uma forma justa, equitativa e não discriminatória, enriquece e humaniza a sociedade, as relações entre os



indivíduos e as relações entre as nações.

É bom que o Congresso saiba que esta perspectiva que aqui apontamos, que é a nossa e de mais nenhuma força política no nosso país, é partilhada pelas conclusões de Fóruns e Congressos Europeus e Mundiais sobre o desporto dando-nos uma grande confiança na nossa luta. É que o pensamento comunista e progressista para o desporto, nos seus princípios e objectivos essenciais de democratização e de cultura, parece prevalecer, e com muita força, nas instituições internacionais do desporto.

Para que o desporto português siga um novo rumo é

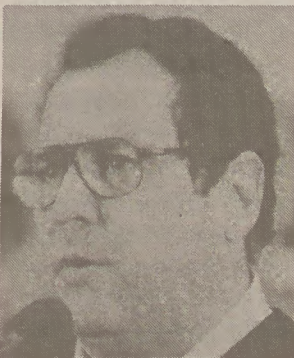
indispensável que a situação negativa caracterizada nas teses sobre a cultura física e o desporto, seja radicalmente alterada.

PCP vem publicamente defendendo ao longo dos anos, propostas, orientações e políticas que envolvendo de uma forma correcta a administração central, as autarquias locais, as escolas, e o associativismo popular, poderiam garantir a todos os portugueses o direito ao desporto

Ao PCP cabe a responsabilidade de dar um contributo decisivo para salvar o desporto português da evolução negativa que vem sofrendo e da curva perigosa que está a viver.(...)



## A Comunicação Social hoje



**Ruben de Carvalho**  
Membro do Comité Central  
e do Conselho Nacional  
Deputado na Assembleia  
da República

Três breves propostas de reflexão sobre as questões da informação e da comunicação social no mundo de hoje.

Primeira.

A determinante importância da informação e da comunicação em todos os seus aspectos na vida contemporânea manifesta-se também no facto de constituir ela um elemento vital da actividade económica mundial. Esta crescente importância tem na origem no talvez mais largo e dinâmico progresso técnico científico da História da humanidade.

A comunicação e a informação transformaram-se hoje num estratégico e estruturante meio de produção. Até pelas modificações político-económicas ocorridas no mundo na última década com o colapso do campo socialista, este meio de produção global e mundial desenvolve-se e funciona no quadro do sistema capitalista. Assim, pese a inovação que ele próprio é e as inovações por ele induzidas, a posse deste meio de produção mantém-se integralmente na mão do capital e as relações de produção em que se integra ou por ele desencadeadas obedecem no essencial aos critérios de funcionamento do sistema capitalista.

Temos assim que neste campo definitório da modernidade se verifica inteira a contradição entre a posse dos meios de produção e as relações de produção inerente ao capitalismo cuja definição constitui um nóculo fulcral da teoria marxista-leninista. Ou seja: é impossível analisar os problemas da comunicação e da informação definitórios da realidade contemporânea

sem recurso ao marxismo-leninismo.

Segunda.

O funcionamento da indústria da comunicação e da informação e a posse material dos seus meios de produção condicionam hoje globalmente o funcionamento social. Ao aumentar de forma gigantesca a quantidade de elementos ideológicos socialmente divulgados e, essencialmente, ao aumentar de forma exponencial o número de seres humanos atingidos por essa divulgação, a indústria da comunicação e da informação aumentou - embora de forma inevitavelmente contraditória - a capacidade de expansão e influência da ideologia dominante ligada ao mesmo sistema capitalista que possui o essencial dos meios de produção que lhe são inerentes.

Temos assim que neste campo definitório da modernidade se comprovam duas premissas essenciais do marxismo-leninismo, a saber, que a luta de classes e as massas são o motor essencial da História e que as ideias se transformam em força material quando se apoderam das massas ou as massas delas se apoderam. Ou seja: é impossível analisar os problemas da comunicação e da informação definitórios da realidade contemporânea sem recurso ao marxismo-leninismo.

Terceira.

A Comunicação Social (televisão, rádios, jornais) vê acrescido exponencialmente o seu papel político. Nas sociedades contemporâneas, para além do papel de massificação ideológica que desempenha, a Comunicação Social:

- reclamando «dar voz ao povo», tende a substituir-se a estruturas sociopolíticas representativas (parlamentos, partidos, organizações e associações várias), a estruturas reguladoras;
- procedendo ela própria ao julgamento e condenação ou absolvição pública de pessoas e factos, tende a substituir-se às estruturas socio-judiciais das sociedades;
- ao transformar em factor indispensável à sua actividade

(Continua na Pág. 20)

## Política de Segurança e Justiça em Portugal



**Odete Santos**  
Deputada na Assembleia  
da República

A política anti-social dos Governos do PSD gerou múltiplos factores de insegurança. A exclusão social, a pobreza, a desvalorização do trabalho, que de factor de realização humana readquiriu o valor meramente mercantilista, o aumento do fosso entre pobres e ricos, tudo isto a par e passo com fenómenos cada vez mais evidentes da grande criminalidade de colarinho branco (...), a par e passo com fenómenos da grande criminalidade que se move com uma quase total impunidade em torno do grande tráfico de droga e à volta do branqueamento de capitais, todos estes factores contribuíram para o enfraquecimento do Estado de Direito Democrático e para o desrespeito das normas penais que tutelam valores relevantes da vida em sociedade.

Estes são, aliás, os traços gerais de todas as sociedades vítimas das políticas neoliberais. (...) E enquanto a política de direita gerava violência sobre violência, enquanto a surtos de criminalidade se juntava a violência de comandadas acções policiais, o Governo do PSD, com a criação das superesquadradas, com o fecho de esquadradas, com o afastamento das forças policiais relativamente às populações, com políticas de segurança xenóforas, com a perseguição a dirigentes associativos da PSP, com a recusa da

progressiva desmilitarização das forças de segurança (...) acentuou os factores de insegurança na sociedade portuguesa.

A jusante, nas instâncias formais de controlo que são os Tribunais (...), a morosidade do aparelho judiciário, dilatando a resposta repressiva entre o momento da prática do crime e o momento do julgamento, provocou ao cidadão um agravamento da sua sentida solidão perante a criminalidade.

Mas se, da prevenção do crime até ao seu julgamento, tudo se tem passado por forma a que o cidadão se sinta no centro de espirais de medo (...), a verdade também é que o sistema penitenciário não tem dado as respostas que se lhe devem exigir, como peça fundamental naquele combate.

Pode dizer-se que o Sistema Prisional é o próprio coração da Política Criminal. E, por isso, importa que as penas aplicadas aos condenados não sejam penas perdidas. E são penas que se perdem aquelas que os presos cumprem sem nenhuma perspectiva de ressocialização. (...) Tal como se diz no Projecto de Resolução Política, do 1º ano de governação socialista registamos a ausência de mudanças de fundo no que toca à política de segurança e de combate à criminalidade. (...) O que o país precisa é de uma política de segurança que crie a confiança da população e que a mobilize para a sua participação directa em Conselhos Municipais de Segurança dos Cidadãos, propostos pelo PCP.

O país precisa de Forças de Segurança reestruturadas que garantam e defendam a legalidade democrática e os direitos dos cidadãos.

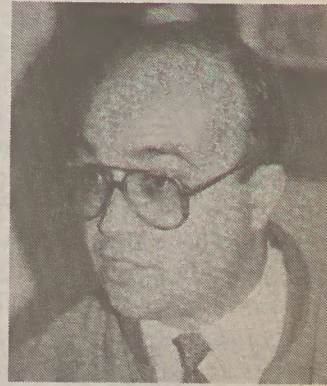
O país precisa de uma Justiça célere e pronta.

## A palavra aos congressistas

### Debate proveitoso

Estou muito satisfeito com os aspectos organizativos do Congresso. É a terceira vez que estou como delegado e considero que a este nível há melhorias. O debate está a ser proveitoso para o trabalho futuro do Partido. A intervenção de Carlos Carvalhas é de grande importância, motivadora, e nela está espelhado o que os comunistas portugueses pensam da actualidade política e da situação social do País. É uma intervenção bem conseguida que vai fazer mexer os nossos adversários políticos.

**José M. Figueiredo, 41 anos, comerciante, eleito por Souselas (Coimbra)**



### Escola da vida

À medida que vou estando no Partido verifico que este continua a ser uma grande escola da vida. Vou aprendendo sempre coisas novas que enriquecem o meu trabalho político, mas que também me enriquecem como

peessoa. É uma grande escola de humanidade. A preparação deste Congresso mais uma vez trouxe todas estas experiências renovadas. Foi muito interessante discutir nas assembleias para eleição de delegados não apenas os problemas do Partido como os da sociedade. Creio que há hoje uma vaga de renovação muito forte que se começa a sentir não só pela participação da juventude mas pela necessidade que muitos membros do Partido têm em discutir com profundidade os problemas. Penso que este Congresso é um marco importante no caminho do aprofundamento da análise das grandes questões nacionais e internacionais e no desbravar de caminhos para o futuro.

**Manuela Silva, 48 anos, professora, eleita por Aveiro**

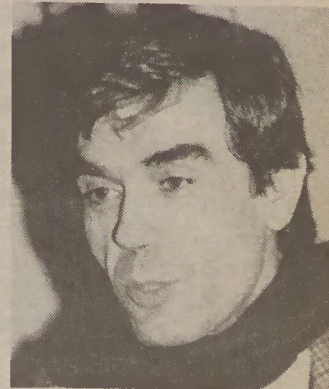


### Aprofundar a reflexão

Tenho sempre a mesma posição em relação aos Congressos: são no fundo a demonstração e o dar testemunho à generalidade das organizações do Partido do período de debate e reflexão, quer o aprofundado na sua preparação,

quer o decorrente da actividade desde o Congresso anterior. Na sequência do trabalho preparatório do XV Congresso, creio que está suscitado um conjunto de questões para as quais não são apresentadas já respostas mas que o Partido vai ter de aprofundar nos próximos tempos. Há interrogações que foram agora sistematizadas nas Teses que carecem de aprofundamento ulterior e urgente. As Teses, do meu ponto de vista, testemunham o estado de amadurecimento e reflexão dos comunistas no momento presente.

**Mário Moreira, 43 anos, arquitecto, eleito pela célula da C.M. Loures e Serviços Municipalizados**







# A Tribuna do Congresso

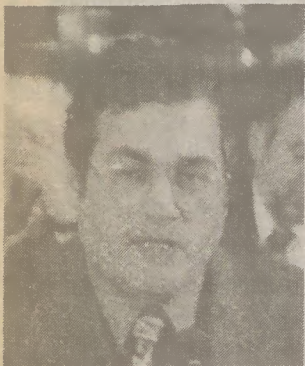
PCP

a potenciação do incidente político, hipervaloriza o conflito político em detrimento da acção e gestão políticas, assim condicionando a acção dos executivos político-administrativos (governos, poderes autárquicos, administrações técnicas).

Temos assim que neste campo definitório da modernidade se comprova uma premissa essencial do leninismo, contida na teorização sobre o Partido e o jornal do Partido, a saber, a capacidade estruturante - socialmente tanto quanto partidariamente - da Comunicação Social. Ou seja: é impossível analisar os problemas da comunicação e da informação definitórios da realidade contemporânea sem recurso ao marxismo-leninismo.

Concluindo e resumindo, sendo a comunicação e a informação elementos estruturantes da realidade contemporânea e sendo impossível analisar as diversas vertentes da comunicação e de informação sem recurso ao marxismo-leninismo, é impossível analisar a realidade contemporânea sem recurso ao marxismo-leninismo.

## A política cultural



**Jorge Sarabando**  
Membro da DORP e do Comité Central

Na nossa intervenção, no nosso projecto de sociedade, a cultura não é subalternizada, está a par das inseparáveis vertentes à política, social e económica à da democracia que queremos construir. Não é secundarizada, porque é uma condição do desenvolvimento. Por isso temos lutado por uma política que promova os meios e estruturas de produção e recepção, diversifique e amplie as aplicações culturais.

Na corrente dominante no nosso país, desresponsabilizadora do Estado e guiada por critérios mercantilistas, vai em sentido inverso, reflectindo as tendências impostas pelo capitalismo na sua fase actual.

(...) Num momento em que a soberania nacional está a ser limitada pelas imposições de Maastricht, e a produção audio-visual norte-americana vai invadir ainda mais poderosamente a Europa no quadro Organização Mundial do Comércio, é vital projectar a cultura portuguesa no exterior impedindo que seja colonizada.

Depois dos tempos do «violino de Chopin», dos últimos anos de governação do PSD, marcados pela liquidação de estruturas essenciais para a defesa do património e da produção cultural, pelo elitismo, clientelismo e

na sem recurso ao marxismo-leninismo.

Como se mantém válido e universal o programa marxista de que a compreensão e a análise do mundo se concretizam na esforço para a transformação do mundo, é impossível transformar a realidade contemporânea sem recurso ao marxismo-leninismo.

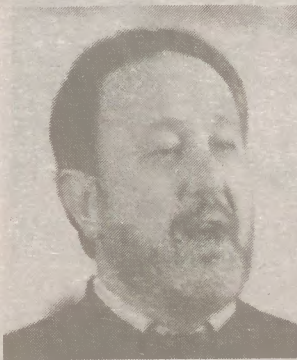
Pode criadoramente intervir nessa transformação o conjunto organizado de homens, de mulheres, de jovens que definam conjuntamente - o mesmo é dizer, democraticamente - uma actividade e uma intervenção com recurso ao marxismo-leninismo.

Como é o caso do Partido Comunistas Portugueses.

Por isso fomos, somos e seremos um elemento fundamental da vida e da transformação da sociedade, portuguesa e contemporânea, em que nos inserimos.

Por isso fomos, somos e seremos, o partido dos trabalhadores, o partido da classe operária, um partido marxista-leninista, um partido revolucionário.

## A política de Ambiente



**Rui Godinho**  
Vereador da CML e membro da DORL

(...) É patente, por todo o mundo, e também em Portugal, que as forças de mercado não poderão resolver os sérios problemas ambientais pois são incapazes de gerar as soluções apropriadas para resolver os efeitos ambientais da actividade económica concebida segundo o modelo neoliberal vigente. Em Portugal tem estado em debate a opção serviço público/privatização. É necessário que se diga que o serviço público - prestado segundo formas diversas nomeadamente pelas Autarquias Locais - se apresenta claramente vantajoso para as populações, quer em termos de qualidade de serviço quer em termos económicos, como o provam diversos exemplos em vários locais do País, nomeadamente dos eleitos CDU na resolução eficaz e imaginativa dos problemas de ambiente por todo o País.

Uma política de ambiente para Portugal com base numa concepção humanista de desenvolvimento sustentado deverá articular-se com acções de ordenamento de território e de correcção de assimetrias regionais, regionalizando e respeitando os interesses das populações e das gerações vindouras. Implica que o Estado assumira as suas responsabilidades.

## O sector cooperativo

**António Sousa Pereira**  
Dirigente da CONFECOOP, da FENACOOP e da PLURICOOP

As cooperativas são um espaço de criatividade, de desenvolvimento da cidadania e valorização da economia nacional. São, simultaneamente, empresa e associação. Assumem hoje uma grande importância no desenvolvi-

mento de uma democracia participada como foram, nas noites negras que isolaram Portugal, espaços vivos de liberdade, democracia e resistência.

des e deixe de manifestar as debilidades que tem tido nesta matéria, defina e aplique um plano nacional de recursos hídricos assente nas bacias hidrográficas, onde seja clara a estratégia para as bacias luso-espanholas, quer em termos de quantidade como de qualidade; assegure uma política nacional de resíduos que, a par das adequadas soluções de eliminação e tratamento, privilegie a valorização, redução, reciclagem e reutilização e lute contra o transporte transfronteiriço e tráfico de resíduos perigosos; reforce os investimentos na qualidade da água e na recolha e tratamento de águas residuais, controlando e reduzindo as actividades poluentes; apoie activamente o ambiente urbano com ataque à degradação dos núcleos antigos das cidades à pobreza e exclusão social que aí emerge; discipline o ordenamento e ocupação do litoral, combata a desertificação do interior e garanta a democraticidade de uma gestão descentralizada e participada das áreas protegidas.

Implica também um reforço de autonomia e de capacidade de intervenção das Autarquias, numa óptica de descentralização e aprofundamento democrático das decisões, onde a regionalização, que tarda, assumirá importante lugar.

Implica, finalmente, uma maior e mais esclarecida participação das populações e dos movimentos sociais, reforçando os direitos de cidadania através de acções continuadas de informação dirigidas a todos os extractos da população, e de educação ambiental nas escolas de todos os graus de ensino, visando a sua progressiva integração nos currículos escolares.

Após o 25 de Abril, um pouco por todo o País, em diferentes sectores da economia, dos serviços à habitação, da produção ao consumo, da cultura à solidariedade social - nasceram centenas de cooperativas erguendo no viver quotidiano a bandeira da esperança e da luta. Em 1974 existiam em Portugal 950 cooperativas, dois anos depois mais 1.000, em 1985 eram 4.000.

Porém é preciso afirmar e reforçar esta ideia: não basta que o sector cooperativo seja reconhecido apenas e somente pela sua consagração na Constituição. De facto e apesar da

criatividade, força e dinâmica que as cooperativas têm demonstrado, procurando soluções alternativas e saídas para o seu desenvolvimento, superando dificuldades e contribuindo com milhões de contos para o produto nacional, para a manutenção de milhares de postos de trabalho ou suprindo (como acontece com as CERCIs) funções do Estado, não tiveram correspondência dos Governos PS e PSD. Para eles tem sido letra morta o que promulga o Artº 86º da Constituição: «o Estado estimula e apoia a criação e actividade das cooperativas» e ainda «a lei definirá os benefícios fiscais e financeiros das cooperativas, bem como as condições mais favoráveis à obtenção de crédito e auxílio técnico».

Onde está o apoio financeiro? E os benefícios fiscais, viram-nos por aí? E o INSCOOP, criado para apoiar o sector, quando deixará de viver na indigência, de saltitar de ministério para ministério,

qual prova da inexistência de uma política nacional para o desenvolvimento do sector?

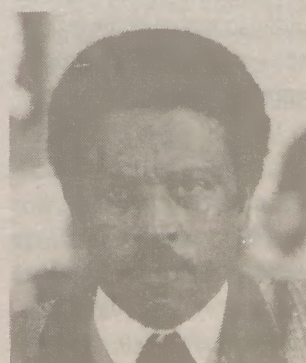
Foi alterado, e entrará em vigor em 1997, o novo Código Cooperativo. Mas, mais uma vez, não bastam a legislação e as palavras. Os cooperativistas estão fartos de boas intenções, e apelam para que as instituições, designadamente a Assembleia da República e o Presidente da República, sensibilizem o Governo para a nova atitude que os dias de hoje impõem para com o fenómeno cooperativo.

É preciso estimular o ensino do cooperativismo nas nossas escolas e universidades.

É fundamental que o Estado atribua, sem complexos, benefícios fiscais às cooperativas, que abra linhas de crédito em condições vantajosas.

É de grande importância para a economia nacional, para o desenvolvimento da democracia participada, que os cooperativistas não sejam marginalizados no acesso aos fundos comunitários.

## Os imigrantes e etnias em Portugal



**Manuel Correia**  
Membro do Comité Central

São cerca de 200 mil os imigrantes que residem legalmente ou em processo de legalização em Portugal, sendo os cabo-verdianos a maior comunidade. Há ainda um número significativo de imigrantes que se encontram em Portugal em situação irregular, situação indesejável que importa ser rapidamente resolvida.

Está a decorrer até ao dia 11 de Dezembro um processo de regularização extraordinária de imigrantes, para cuja realização o PCP deu uma positiva e decisiva contribuição.

Este processo tem sido, porém, marcado por vários aspectos negativos, da responsabilidade do Governo PS: atraso deliberado e reduzida amplitude da campanha de informação, cobertura a práticas inquisitórias do SEF que dificultaram o estabelecimento de uma relação de confiança indispensável para a adesão ao processo de legalização, recursos e apoios insuficientes para as Associações desenvolverem a campanha de informação que o Governo não fez.

Por tudo isto, o PCP decidiu tomar a iniciativa, através do nosso Grupo Parlamentar, de propor a prorrogação do prazo de legalização até 31 de Janeiro próximo, depois de ouvida a opinião favorável de associações de imigrantes e organizações anti-racistas, como forma de possibilitar ainda a muitos milhares de imigrantes, que continuam em situação de ilegalidade por falta de informação e falta de confiança no processo, que regularizem a sua situação.

O Governo PS, em vez de implementar uma política de imigração efectivamente diferente da anterior, dotada de estruturas e meios, optou por nomear um Alto Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas, até agora mais virado de facto para a propaganda e as relações públicas junto dos imigrantes do que para a efectiva alteração da política anterior do PSD. Ao mesmo tempo, mantém a fidelidade dos Governos anteriores aos Acordos de Schengen, que se baseiam na concepção duma Europa-fortaleza, hostil aos imigrantes e de carácter xenófobo.

O PCP, pelo seu lado, tem prosseguido uma política coerente na defesa dos direitos dos imigrantes. No diálogo directo com estas comunidades e com as suas associações, desenvolvendo uma campanha directa de contacto e esclarecimento dos imigrantes sobre os seus direitos no processo extraordinário de legalização. No combate às teses reacçãoárias que



PORTO - 6.7 8 DEZEMBRO 1996



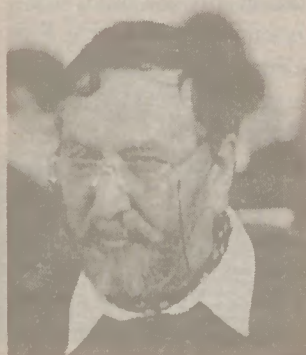


pretendem culpabilizar os imigrantes pelo desemprego e pelos outros males sociais cuja causa verdadeira é a política que tem sido defendida e praticada pelo PSD, pelo CDS-PP e agora pelo Governo PS. No combate ao racismo e xenofobia na sociedade portuguesa, não na perspectiva da dramatização deste fenómeno como meio de adquirir um falso e demagógico protagonismo

político, como fazem alguns, mas sim lutando contra as causas políticas e sociais do racismo, defendendo medidas e políticas preventivas, agindo com firmeza contra as práticas racistas onde se manifestem.

Nas autarquias CDU, trabalhando com essas comunidades na procura das soluções para uma efectiva e harmoniosa integração, que respeite as suas diversidades culturais. (...)

## Os problemas dos deficientes



**Zeferino Ribeiro**  
Membro da Comissão Nacional para o Trabalho Unitário dos Deficientes

Com o resultado eleitoral das últimas legislativas, as Organizações de Deficientes e a Confederação Nacional dos Organismos de Deficientes (CNOD) esperavam, e esperam, com o novo governo PS ter uma intervenção diferente e mais activa no que diz respeito à definição e aplicação duma Política Nacional de Reabilitação. Esperam a reposição de direitos adquiridos e retirados por Cavaco Silva, bem como uma política condutora à resolução dos problemas que afectam os deficientes em Portugal.

A situação social da maioria esmagadora dos deficientes portugueses agravou-se durante os últimos governos. A prática demonstrou que a política nacional de reabilitação sofreu um considerável retrocesso, marginalizou e aumentou o desemprego entre os deficientes, aprofundando ainda mais as situações de miséria existentes.

A inoperância e governamentalização do Secretariado Nacional de Reabilitação (SNR) e toda a sua estrutura orgânica conduziu: à falência da política e de um plano nacional de reabilitação; ao esvaziamento da lei orgânica do SNR e saldou-se pelo afundamento das estruturas até então existentes.

Tornou-se, assim, uma máquina pesada e burocratizada, sem autonomia e financiamento

suficientes, numa prática que subalternizou as organizações de deficientes e a CNOD, acentuando ainda mais a marginalização e discriminação dos cidadãos deficientes em Portugal nos últimos dez anos.

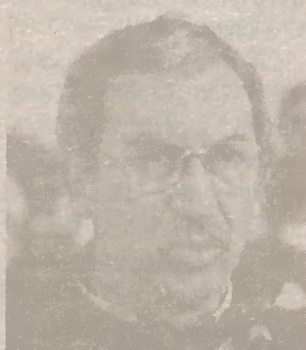
É, pois, necessário que o governo PS responda e dê cumprimento à Legislação Nacional e Internacional a que Portugal se obrigou. Entre essa legislação está a Lei de Bases 9/89, Lei de Bases de Prevenção, Reabilitação e Integração de Deficientes. Documento base que contém um conjunto de valores e contribuições para a liberdade e autonomia do Movimento Associativo dos Deficientes, a atribuição de recursos financeiros que permitam desenvolver projectos conducentes à plena integração social, conforme estipulado no Ponto 3, do Artº 71º da Constituição da República Portuguesa.

É indispensável a inteira participação das Associações de Deficientes, representadas pela UCNOD, no sentido de orientar as relações Movimento/Estado, pelo que deve a CNOD ser considerada Parceiro Social, de forma a que a elaboração de propostas e projectos por parte do governo PS, referentes aos cidadãos portadores de deficiência, tenha sempre presente a consulta e opinião deste organismo.

Em Portugal, segundo dados da Organização Mundial de Saúde (OMS) o número de deficientes andarà à volta de um milhão. Razão pela qual o Movimento reivindicou, no Censo 90, um recenseamento a série em Portugal e não mistificações na base de inquéritos ou estimativas tal como os governos têm feito, que resultam amostragens cujo objectivo é suscitar interpretações e desviar a situação real do país.

O Movimento de Deficientes em Portugal continua a ser um grande movimento de massas, com uma composição muito heterogénea e com uma linha marcadamente de classe. (...)

## Os problemas dos pequenos e médios empresários



**Domingos Francisco Pardal**  
Membro da Comissão de Freguesia de Pêro Pinheiro

O nosso país sofreu profundas transformações económicas e sociais nos últimos anos. Porém em poucos casos são tão evidentes como no que respeita ao sector das pequenas e médias empresas.

Foi o seu esmagamento pela convergência da pressão dos grandes grupos em rápido crescimento e pela ausência duma política governamental que não promulgou medidas financeiras, de crédito ou fiscais que promovessem a adaptação e a modernização das PME. Foi a profunda transformação sociológica, com grandes fluxos de saídas de milhares de pessoas e o ingresso na camada de jovens com formação ou de trabalhadores vítimas do desemprego, do encerramento de milhares de empresas – incluindo quadros sindicais e políticos com larga experiência de luta e de organização.

Creio que ainda não foi assimilado por todo o Partido o que significam estas transformações tanto no que respeita a postura desta camada e a sua disponibilidade para lutar pelos seus interesses específicos, como sobre novas possibilidades de alianças sociais para

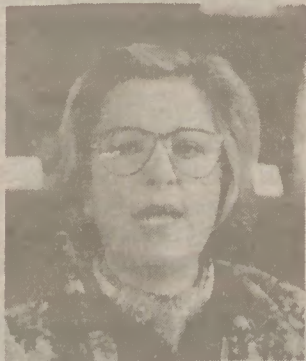
a alternativa, favorecidas pela nova composição sociológica mais próxima dos interesses dos trabalhadores. Não se verificam ainda progressos no enquadramento dos militantes pequenos e médios empresários no comércio, indústria e serviços apesar das Teses referirem um aumento de 3%. Têm prevalecido rotinas e preconceitos desfavoráveis ao acompanhamento das lutas e ao fortalecimento da organização da classe.

(...) Partindo do conhecimento da gravidade da situação e das perspectivas das pequenas e médias empresas, o Partido aponta a necessidade de um quadro jurídico e fiscal mais favorável, para a necessidade de implementar medidas de ordenamento, para a regulamentação e fiscalização de leis justas de concorrência, para terminar com os privilégios que usufruem os grandes grupos económicos e financeiros, para a generalização do acesso ao crédito em condições favoráveis bem como aos fundos comunitários, para a simplificação das taxas aplicáveis.

O Partido considera indispensável a intervenção dos próprios pequenos e médios empresários através de organizações independentes dos grandes interesses dominantes, incentivando, inclusive com o apoio jurídico e financeiro do Estado, formas de entreada, como a cooperativa ou a parceria ou outras formas de cooperação que potenciem a viabilidade das empresas e a sua capacidade reivindicativa.

Creemos estarem abertas pistas, que existem possibilidades reais de alargar a intervenção do partido nesta frente. Vamos trabalhar para isto!

## Segurança Social



**Isabel Quintas**  
Membro da Comissão Nacional para as Questões da Segurança Social

A concretização dos direitos sociais realiza funções redistributivas e, obviamente, absorve recursos. Mas ela é também geradora de condições de progresso e de desenvolvimento e apresenta provados efeitos positivos na actividade económica. É o caso, nomeadamente, da Segurança Social, que constitui um instrumento insubstituível de justiça social e de solidariedade.

tuível de justiça social e de solidariedade.

A propalada crise do sistema público de Segurança Social é actualmente um tema quase constante de todos os órgãos de comunicação social. Mas entretanto a segurança social tem sido utilizada para esbater os efeitos sociais da crise provocada pela liberalização económica em favor do grande capital.

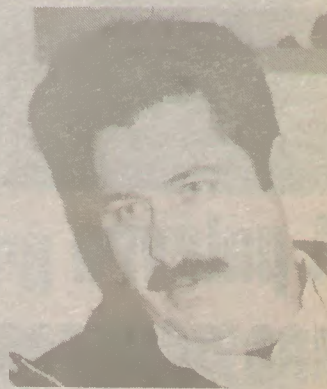
Desde 1987 que os sucessivos governos têm de uma forma mais clara ou mais encaipotada defendido a implantação da política dos 3 pilares. O 1º para os indigentes e que se resumiria ao actual regime não contributivo; o 2º para a generalidade da população com prestações exíguas; e o 3º para os endinheirados que possam suportar os seguros privados. Visões mais recentes e mais

(Continua na Pág. 22)

## A palavra aos congressistas

### Levar ao exterior

Creio que é de grande importância levar a nossa reflexão, as nossas propostas de resolução dos problemas, todo este trabalho, ao conhecimento dos trabalhadores e do povo. Levar sobretudo o nosso ideal que é o de transformar a



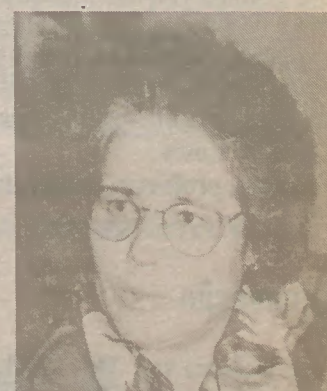
sociedade capitalista numa sociedade socialista onde impere a igualdade entre os homens e acabe a exploração. O Congresso foi o culminar dos debates nas organizações do Partido, o culminar de um grande trabalho colectivo – umas vezes mais participado, outras menos –, que testemunha bem o empenho do Partido, mesmo nas zonas mais difíceis, como é o caso das beiras, em trazer as pessoas à discussão. O resultado é positivo e o que temos agora de fazer, após o Congresso, é transmitir ao exterior as conclusões a que aqui chegámos.

**Carlos Afonso, 41 anos, funcionário público, eleito por Belmonte**

### Um partido forte

O Congresso é forte. Tem de ser assim mesmo, para termos um Partido forte. Do Congresso é que se vão tirar as conclusões para a acção do Partido nos próximos quatro anos. Há que ter um Partido mais forte para ajudar a resolver os problemas que temos no Alentejo. Há muito desemprego. Falta trabalho. Eu, por exemplo, trabalho só seis meses de dois em dois anos. Como é que se consegue viver assim, com filhos e renda de casa para pagar? Enquanto não houver trabalho a situação é difícil. Não há água para regadio, quando podia haver se fizessem a barragem dos Minutos. Gostei de ouvir as delegações estrangeiras, para saber o que se passa lá fora, uma vez que, só pela televisão, não nos dizem tudo. Assim a gente fica a saber mais.

**Olinda Pinto, 50 anos, trabalhadora rural (desempregada), eleita por Montemor-o-Novo**

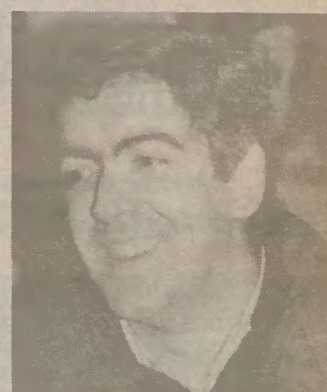


### Portador da alternativa

Há três questões que julgo importante realçar: o Congresso como o culminar de um processo de discussão das Teses não só no seio do Partido mas também ouvido na medida do possível um conjunto de pessoas da área democrática que,

sem serem militantes do Partido, contribuíram com as suas opiniões para o enriquecimento do documento que vai nortear a nossa actividade nos próximos anos; a afirmação do Partido como grande partido nacional em que apesar dos 75 anos de vida a nota dominante é a juventude e a vitalidade da organização, como se pode ver pelo próprio decorrer dos trabalhos do Congresso; a afirmação do PCP como o único grande partido na cena nacional portador de uma alternativa à política de direita, uma verdadeira alternativa de esquerda, de progresso e de um novo rumo para Portugal.

**Vitor Silva, 32 anos, engenheiro electrotécnico, eleito por Beja**







PCP

# A Tribuna do Congresso



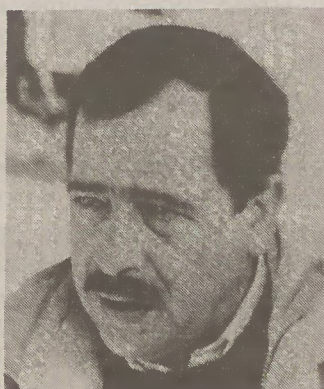
## A palavra aos congressistas

### Contributo do colectivo

O aspecto mais importante nos nossos Congressos é o facto de as decisões deles saídas serem o resultado do contributo de todo o colectivo partidário, ao contrário de todos os outros partidos onde o que se verifica – em vez de se discutirem as ideias e propostas para a resolução dos problemas nacionais – é a luta pelo poder. Também na Guarda esta foi a nota dominante, verificando-se um grande consenso em torno das Teses propostas pelo Comité Central.

**José M. Costa**

42 anos, professor, eleito pela Guarda

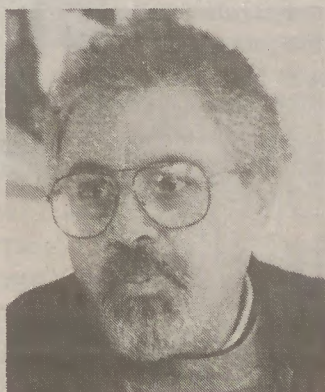


### Renovação

É a primeira vez que venho como delegado a um Congresso do Partido e estou muito satisfeito pela forma como ele está a decorrer, particularmente nos seus aspectos organizativos. Vejo como muito positiva a renovação do Comité Central, órgão que no plano de direcção vai dar continuidade ao trabalho do Partido. Isto mostra bem que não somos o partido envelhecido como diz a direita, mas que somos um Partido com gente nova virada para o futuro e para o século XXI.

**José F. Costa**

48 anos, funcionário da KLM, eleito pelo núcleo da emigração na Holanda



### Luta pelo socialismo

Estou muito feliz por mais uma vez estar a participar num grande Congresso, de um grande Partido - o PCP. Um Partido democrático onde podemos participar na elaboração dos documentos, discutir o seu futuro. É bom reencontrar camaradas de outras regiões que caminham connosco na mesma luta, a luta pelo socialismo.

**Vítor Martins**

32 anos, agricultor, eleito por Mirandela



agravadas, nomeadamente o Relatório do Banco Mundial apostam fortemente na gestão privada a partir do 2º pilar.

É dentro desta linha que tem surgido a ideia da «plafonização», do estabelecimento de um tecto nas contribuições e nas prestações sociais, de modo a reduzir a dimensão do sistema público da segurança social e que caso viesse a ser implementada conduziria à sensível redução dos seus meios financeiros, para abrir espaço aos sistemas privados.

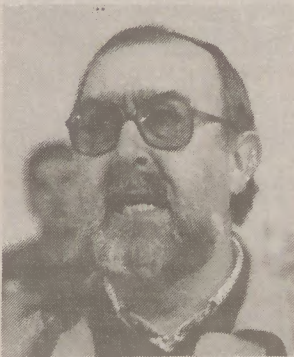
Para tentar credibilizar estas orientações no nosso país, o governo do PS criou uma Comissão para o Livro Branco sobre a Segurança Social que mais não representa, no seu conjunto, do que uma encenação técnica e política para vir a retirar direitos há muito con-

quistados e consagrados na Constituição.

Em sentido oposto estão os que, como nós, defendem o direito à segurança social, o aumento das suas garantias e a sua concretização a um nível mais elevado, num quadro de reforço e aperfeiçoamento do sistema público e da melhoria da sua direcção e gestão.

O PCP propõe 5 orientações estratégicas para a reforma democrática da segurança social: 1ª - a garantia dos direitos adquiridos e em formação; 2ª - a melhoria das prestações sociais e a elevação dos seus valores; 3ª - a concretização da universalização; 4ª - a concretização da autonomia, da descentralização e da participação; 5ª - o reforço e adequação do financiamento às suas funções e aos objectivos das prestações.(...)

## Política da Educação e do Ensino



**Paulo Sucena**

Membro da Comissão Nacional de Professores do PCP e do Comité Central

Um prestigiado nome da pedagogia afirmava que um professor que não avança, recua. Creio que o mesmo se poderia dizer das políticas educativas dos governos.

Se dermos como verdadeiro que, em Educação, não avançar é já recuar, estamos então a viver uma época extremamente preocupante porque o governo do PS não deu, na área da Educação, qualquer passo em frente, tendo-se limitado a pequenas melhorias avulsas, deixando por resolver as grandes questões educativas e agravando frequentemente o já de si medíocre património herdado do consulado/PSD. (...)

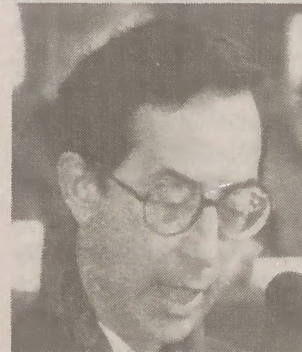
(...) O que se verifica afinal é que este Governo e este M.E. avançam mas em sentido contrário ao das expectativas geradas no povo português pelo resultado das eleições de 6 de Outubro de 1995. Este avançar ao contrário é tanto mais desastroso quanto não é possível conceber o futuro do país, numa época de acentuada quebra demográfica, de envelhecimento da população, de expansão de novas tecnologias e de globalização da economia, sem se apostar fortemente no desenvolvimento e enriquecimento do capital humano através da melhoria da educação e formação. Num tempo em que seria necessário empreender uma política que

criasse condições para uma educação contínua, o Governo, de forma irresponsável, dá azo a constantes manifestações de rebelião dos estudantes contra o sistema, permite que o insucesso escolar se mantenha em níveis demasiado altos e deixa as portas abertas para o abandono precoce da escola e para a saída dela com formações muito precárias.

Este panorama obriga a um grito de alerta! Tanto mais urgente quanto a construção do próximo milénio irá assentar numa grande intensidade de pesquisa científica e de permanentes transformações tecnológicas. Assim sendo, como é possível encarar o futuro de um povo e de uma sociedade em rápida transformação se os governos se mantiverem impávidos e serenos perante um sistema educativo antidemocrático, falho de qualidade, profundamente centralizado e fiscalizado por um conjunto de burocratas que o divorcia das realidades locais e nacionais?

Não é honesto prometer a justiça e o equilíbrio social num país que atira para fora do sistema de ensino um elevado número de jovens sem os saberes e as competências indispensáveis para responder às exigências que a sociedade lhes vai colocar. Mas, camaradas, os comunistas não o são apenas porque analisam criticamente o mundo. Eles são comunistas porque também pretendem transformá-lo. Coerentemente. Sem desvios nem abdicções. Por tal razão o rio do seu pensamento e da sua luta jamais correrá para a nascente. Ele deslizará sempre, com mais ou menos sobressaltos, para a foz - esse lugar sem exploradores e explorados, a sociedade socialista. Esse exaltante percurso será feito sobre um leito onde também se verá à transparência um sistema educativo democrático, inovador e de qualidade. (...)

## Política de Ciência e Tecnologia



**Rui Namorado Rosa**

Membro da Comissão Nacional para as Questões da Ciência e da Tecnologia e da Comissão Nacional do Ensino Superior

(...) O diagnóstico que fazemos da situação da Investigação Científica e Tecnológica hoje, em Portugal, é lamentavelmente negativo.

(...) Não obstante a criação da pasta ministerial da Ciência e Tecnologia, o Estado continua sem se dotar de estruturas de definição e coordenação de políticas. O Conselho Superior de Ciência e Tecnologia continua inoperativo há largos anos; a audição organizada dos organismos profissionais e das sociedades científicas continua adiada.

O financiamento das actividades de Investigação depende predominantemente de fundos comunitários, através do programa PRAXIS XXI. Trata-se de um mecanismo de financiamento gerido por uma pequena estrutura, aconselhada por comissões de avaliação estrangeiras e sem a supervisão de qualquer órgão de acompanhamento e controlo. Os financiamentos resultam aleatórios e vulneráveis a pressões estranhas ao mérito e ao arbítrio do gestor; não há estratégias sectoriais visíveis e deste progra-

ma de 100 milhões de contos não vêm resultando quaisquer impactes estruturantes. É uma lástima nacional.

Por sua própria natureza, a Ciência não conhece fronteiras, ela é internacional e internacionalizante. Mas o actual Governo entende o mundo ao contrário. É à luz desta aberrante leitura da realidade que os especialistas, as associações e sociedades nacionais são subalternizados face ao protagonismo de consultores, juristas e peritos estrangeiros, e que a adesão a organismos internacionais é privilegiada, sem que sejam garantidos os necessários recursos para que tais adesões sejam rentabilizadas.

Continuamos sem política científica e tecnológica, coerente e consequente. Já é grave que baste que os organismos de investigação não disponham dos recursos adequados ao seu funcionamento corrente. Para além disso, registamos a falta de reconhecimento das competências existentes e das missões legalmente atribuídas aos organismos; o desrespeito continuado pela sua autonomia científica ou técnica nos respectivos âmbitos; a falta de coordenação entre Ministérios que tutelam diferentes organismos sectoriais; a ausência de qualquer acto criativo no quadro da crescente exigência de intervenção da Ciência, mormente quando se regista o desemprego de centenas de jovens com formação pós-graduada.

As expectativas criadas pelo novo Governo estão já defraudadas. Os erros acumulados carecem ser rectificadas no sentido em que foram criticados. (...)

## Política de Pescas



**José António Amador**

Membro da Comissão Nacional para as Questões das Pescas

Não se pode ignorar que o sector das pescas atravessa uma fase de crise, caracterizada por alguma estagnação das capturas, pelo desaparecimento de certas espécies mais valiosas e, nos últimos anos, por uma queda significativa dos

preços em lota. É urgente inverter esta situação.

A política de abates definida pela UE, não tendo em conta as realidades que nos são próprias, tem conduzido as pescas nacionais, e em particular os pescadores, para uma situação desastrosa. Isto é tanto mais grave porque os pescadores não recebiam qualquer compensação pela perda do seu posto de trabalho e ainda porque até este momento não se aplica a lei geral do trabalho aos pescadores.

(...) Os tempos que aí vêm continuarão a revelar dificuldades, porventura acrescidas. Os governos PS e PSD têm feito como a avestruz e os resultados têm sido desastrosos para o desenvolvimento do sector e da economia do País.

Continuaremos a lutar:



## PCP

- pela manutenção das restrições de acesso às águas portuárias, reservando-as para os pescadores nacionais;

- pela defesa da pesca artesanal, sector estratégico das nossas pescas que garante a independência nacional, tendo em conta o significado que assume no abastecimento público e a importância que tem para as comunidades piscatórias;

- pela alteração das regras de comercialização, instituindo limites máximos para as margens de lucro dos intermediários; apoiar as organizações de produtores, de forma a que possam ter um maior papel na formação dos preços e no escoamento da produção;

- pela defesa de uma nova política de apoio à indústria conserveira e de construção naval, através de medidas articuladas com a defesa da pesca de cerco e modernização da frota;

- pela renegociação dos acordos com a UE, no sentido de se conseguirem mais possibilidades de pesca em pesqueiros exteriores e a revisão do princípio da estabilidade relativa;

- pelo reforço da investigação pesqueira, indispensável à conservação e defesa dos recursos, articulada com os profissionais do sector e garantindo a divulgação dos seus resultados;

- pelo desenvolvimento de uma formação profissional tendo em conta as necessidades do sector e com a inevitável modernização da frota, garantindo emprego aos actuais profissionais e aos jovens;

- pela atribuição de compensações financeiras para os pescadores que percam o seu trabalho ou remuneração devido aos abates ou a restrições temporárias de pesca, aplicando-se aos pescadores da lei geral do trabalho.

na acção.

A luta notável em que estão envolvidos os ferroviários da CP contra a destruição da empresa, é exemplar sobre as possibilidades de se gerarem largos movimentos de massas e da opinião pública pelo SEE e o serviço público que presta. É essencial neste combate convergi-

rem os trabalhadores do actual SEE e os das empresas que dele fizeram parte. Sem prejuízo da luta ao nível de cada empresa, é determinante para o êxito deste combate que a luta evolua numa base de defesa do SEE como um todo e do Património de direitos conquistados.(...)

## Defesa Nacional



**José Neto**

Membro do Comité Central e do Conselho Nacional

(...) Num processo que se iniciou com o Ministro Fernando Nogueira e que o Governo PS prossegue, subverte-se a natureza das Forças Armadas, altera-se o seu modelo de funcionamento e as missões que a Constituição da República Portuguesa lhes consagra, criando em seu lugar uma «força armada» totalmente profissionalizada.

Não nos venham acusar de não defender os interesses da juventude. Aqueles que, no governo ou fora dele, defendem, para tentar ganhar o voto dos jovens, o fim do Serviço Militar Obrigatório, são os mesmos que aceitam na prática, que jovens portugueses sejam carne para canhão em missões e guerras que nada têm a ver com o interesse nacional.

Dizemos não a essa hipocrisia que tenta utilizar o voto dos jovens para fins inconfessados.

Não podemos aceitar que Portugal continue alinhado com a estratégia agressiva e intervencionista da NATO e empenhado na criação de mais um bloco político-militar - a União da Europa Ocidental, ao arripio do que rege o artigo 7º da CRP: «Portugal preconiza... a dissolução dos blocos políticos-militares...»

Não podemos aceitar que as Forças Armadas sejam utiliza-

das em missões externas, de elevados custos para a prossecução de estratégias alheias, pondo em causa a missão primeira que a Constituição da República Portuguesa lhes atribui - a defesa militar da República.

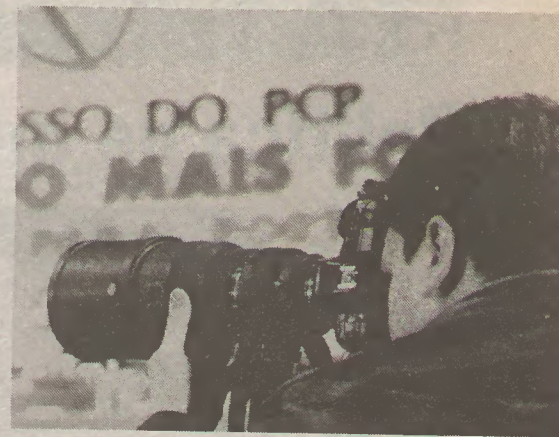
Dizemos não a Forças Armadas supranacionais - como o recém-criado Eurocorpo e à participação de tropas portuguesas em acções militares de agressão.

O PCP defende o reforço da autonomia e da capacidade de decisão de Portugal na definição da política de defesa nacional e preconiza, sem equívocos, a saída do nosso país da NATO e a construção de um verdadeiro sistema de segurança na Europa, livre de tutelas hegemónicas.

O PCP defende umas Forças Armadas modernas, de dimensão reduzida, minimamente credíveis em termos de defesa autónoma do território nacional e apetrechadas para as missões de interesse público, podendo colaborar na ordem externa em missões de paz e humanitárias, decididas caso a caso pelos órgãos de soberania, designadamente em missões de cooperação com os PALOP.

O PCP defende que se mantenha na Constituição da República Portuguesa o actual conceito de Serviço Militar Obrigatório e o vínculo privilegiado que dessa forma se estabelece com a Nação, naturalmente adaptado, nas suas formas e duração, às novas necessidades.

O PCP considera também que devem ser abolidas as restrições inconstitucionais ao exercício de direitos de cidadania pelos militares, bem como a implementação de medidas moralizadoras e motivadoras no interior da instituição militar.



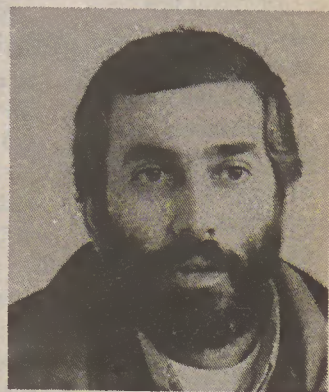
## A palavra aos congressistas

## Preservar a identidade

Como delegado, represento uma região - Vale do Tejo e Ribatejo - onde nos identificamos muito com a agricultura (um sector onde existem muitos problemas) e onde se faz sentir a falta da regionalização. Esta região tem características próprias, visíveis também no plano cultural e etnográfico, sendo importante manter vivas as suas tradições. Só com o reforço do Partido, creio, é possível resolver os grandes problemas com que nos defrontamos, preservando, simultaneamente, esta identidade.

**Lúcio Brito**

41 anos, serralheiro, eleito por Torres Novas



## Camaradagem

É a primeira vez que venho a um Congresso do Partido e devo dizer que estou um pouco impressionada com a sua organização. A presença de tanta gente que vem de todo o País, a camaradagem e a solidariedade entre as

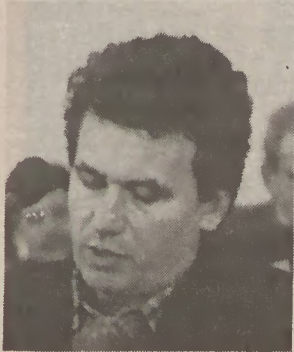
pessoas - não sendo novidade - são traços que gostamos de ver. Espero que este Congresso represente uma etapa no reforço do Partido e que possa ganhar os militantes para a grande luta que vamos ter no próximo ano com as eleições autárquicas. Espero também que o novo Comité Central eleito continue o bom trabalho e que haja perspectivas de fazer sempre melhor.

**Sónia Malacão**

23 anos, estudante, eleita pelo Barreiro



## A privatização de empresas estratégicas



**Alexandre Teixeira**

Membro da DORL e do Comité Central

(...) As privatizações significam:

- pior e menos emprego efectivo - nos últimos 5 anos menos 30 mil postos de trabalho; imposição crescente da polivalência e precariedade no emprego; cargas e ritmos de trabalho cada vez mais intensos; pressões para a prática de horários de trabalho acima das 8 horas, sem remuneração; avaliação do desempenho de funções como meio para discriminar trabalhadores; mais caro e pior serviço público prestado;

- significam menos receitas para o Estado: 4 dos maiores grupos privados, Champalimaud, BCP, Espírito Santo e BPI pagaram, em 1995, 18 milhões de contos de IRC, mas só a CGD contos; os 15 maiores grupos privados pagaram de IRC no mesmo ano 35 milhões de contos; 8 empresas públicas pagaram de IRC 4 vezes mais - 141 milhões de contos.

A superioridade do capitalismo manifesta-se assim com elevada eficácia no aumento incessante da concentração de riqueza, da acumulação e centralização do capital, na desvalorização da função social do trabalho.

Decorrente dos tratados da

União Europeia, a liberalização de sectores estratégicos - energia e comunicações - servindo os mesmos interesses, visa criar melhores condições para o domínio do capital transnacional sobre as áreas mais rentáveis destes sectores. As consequências da liberalização aprofundam os efeitos nefastos das privatizações para os trabalhadores, a economia e soberania nacional.

Resultante da luta do Partido e dos trabalhadores, o Sector Empresarial do Estado continua a integrar as principais empresas do sector público industrial e dos sectores base - energia, transportes, comunicações, entre outros. O Estado Português continua a deter 50% ou mais do capital social destas empresas. No seu conjunto as empresas públicas empregam mais de 100 mil trabalhadores e facturam cerca de 20% do PIB. Por outro lado, os trabalhadores do SEE preservaram no essencial o seu património de conquistas sociais alcançadas com a luta e com a realização da revolução de Abril. Confirma-se assim que a resistência e a luta valem sempre a pena.

O Governo do PS aprovou em Março de 96 o seu «programa de privatizações». É seguramente o plano de privatizações mais ambicioso que a direita já elaborou. Dele constam 43 empresas públicas que o PS quer privatizar entre 96 e 97. Se tal fosse por diante nada restaria do actual SEE. As lutas, em que participam também socialistas, na CP, TAP, EDP, Portugal Telecom, CTT, sector bancário, revelam que há organização e condições para intensificar o combate contra as privatizações. Estas lutas, ao nível de empresa, têm atingido a mais ampla unidade







# A Tribuna do Congresso

## Política de quadros

A política de quadros assume hoje, como ontem, uma importância decisiva na actividade do Partido. As novas tarefas e desafios nos planos político, ideológico, social e cultural que se colocam perante o Partido implicam necessariamente uma compreensão profunda e adequada da importância e do papel dos quadros.

Pela importância de que se reveste, a política de quadros tem sido objecto de uma constante reflexão e frequente discussão. Em todos os Congressos do Partido foram sobre ela aprovadas decisões contidas nas suas Resoluções Políticas.

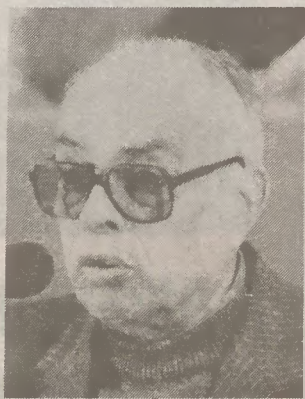
Convenhamos no entanto, que no que respeita à sua aplicação prática, têm-se verificado graves deficiências. Deve dizer-se que nem sempre este problema – o problema dos quadros e o seu tratamento – tem merecido do Partido a atenção e o cuidado que exige. E não basta ter-se consciência da sua importância. É necessário que a consciência seja um elemento actuante.

Um correcto conhecimento e uma justa avaliação dos quadros são elementos essenciais na consideração da suas tarefas e responsabilidades.

Os quadros são homens e mulheres com qualidades e defeitos que vivem e têm de resolver os problemas por que respondem a nível do Partido e os seus próprios problemas. E para o desempenho das suas tarefas precisam muitas vezes do incentivo, da compreensão e da fraternidade dos que consigo trabalham.

Por vezes a avaliação dos quadros é feita com subjectividade e sem o necessário espírito crítico e autocrítico, acentuando-se só os defeitos ou só as qualidades, dando relevo só aos erros ou só aos êxitos do trabalho.

Ninguém está isento de cometer erros na apreciação de um quadro. Por isso tem de haver sempre a preocupação de se partir da apreciação objectiva de cada quadro, dos resultados do seu trabalho, do seu «modo de estar» no Partido e na sociedade, das suas qualidades, dos seus defeitos, do seu comportamento nas relações com os outros.



**José Vitoriano**  
Membro da Comissão  
Central de Controlo

Os quadros formam-se sobretudo no trabalho, na organização e condução das lutas, na realização das tarefas partidárias, na sua actividade do dia a dia. Formam-se também no estudo do marxismo-leninismo, dos fundamentos teóricos que dão corpo e consistência à nossa luta e no estudo dos documentos mais importantes do Partido sobre a situação nacional e da sua actividade e posições políticas. Formam-se ainda nas relações com os outros membros do Partido e com a sociedade, e o que daí recebem, de bom ou de mau, é muitas vezes determinante na sua formação.

A preparação política dos quadros é uma tarefa essencial em que todo o Partido tem de se empenhar e que só pode progredir se forem tomadas medidas de direcção e organização aos vários níveis de responsabilidade partidárias.

Preservar e desenvolver a firmeza política e ideológica, a preparação e capacidade de direcção e intervenção do actual núcleo de quadros, assim como formar novos e futuros quadros, exige que o trabalho com os quadros seja encarado como uma das questões fundamentais da actividade do Partido.

O Partido necessita, para o seu trabalho, de quadros especializados em diversas áreas. Essa especialização, porém, não contradiz a necessidade de qualquer quadro, independentemente da tarefa que executa e do nível da sua responsabilidade, possuir uma visão global do que é o Partido, dos seus objectivos e interesses, um

conhecimento tão amplo quanto possível da sua actividade.

A preparação de quadros jovens tem que ser vista como indispensável ao desenvolvimento e ao futuro do Partido.

A promoção de quadros operários, de quadros jovens e de quadros femininos coloca-se com grande importância em todas as organizações e a todos os níveis. Dela dependem a garantia da natureza de classe do Partido e do seu rejuvenescimento.

A formação de um quadro tem de ser considerada como um processo onde não há um limite definido. Caso contrário, o Partido e os seus quadros serão ultrapassados pela própria vida.

No conjunto dos quadros, os funcionários do Partido, pelo seu trabalho a tempo inteiro, pela sua dedicação e confiança revolucionárias, têm um papel indispensável e determinante em toda a actividade partidária.

Nos últimos anos são manifestas as dificuldades na renovação e reforço dos quadros funcionários. Valorizando os esforços e os passos positivos dados nesse sentido, continuam no entanto, a verificar-se dificuldades que se prendem com variadíssimos factores.

Apesar das condições actuais, mais complexas e exigentes em que travamos a nossa luta, das mudanças operadas na sociedade e na vida das pessoas, que vão reflectir-se também na vida dos funcionários do Partido, é de continuar a «considerar os funcionários como constituindo o núcleo de militantes mais disponíveis e entregues à luta».

Mas a intervenção do Partido na vida nacional com a dimensão que tem não seria possível se não contasse com a valiosa participação de milhares de outros quadros que, com elevado espírito de militância, desempenham as mais variadíssimas tarefas.

O Partido tem que trabalhar para que todos os seus membros, das organizações de base aos organismos de direcção central, tomem cada vez com mais clareza, consciência do trabalho com os quadros, se inteirem e aprofundem com maior rigor aquela que é como a vida nos ensina uma das tarefas mais importantes e complexas do Partido.



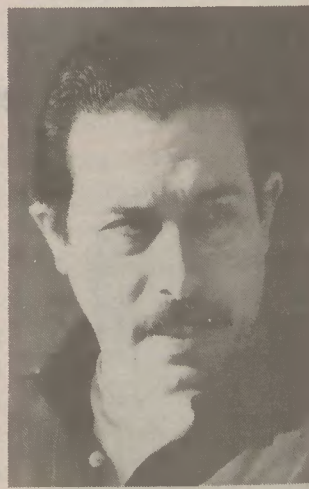
## A palavra aos congressistas

### Enfrentar as autárquicas

Tenho gostado das intervenções, quer nacionais quer das delegações estrangeiras, com destaque para de Cuba. Espero que este Congresso contribua para reforçar o Partido, de modo a que possamos enfrentar da melhor maneira as próximas batalhas eleitorais, nomeadamente as autárquicas. Defendo a renovação dos candidatos e dou o meu próprio exemplo. Já fui duas vezes cabeça de lista em Paranhos, onde sou eleito, e penso que devemos agora apostar noutro camarada para não ser sempre a mesma cara.

**Rui Dias**

Empregado comercial, 36 anos,  
Freguesia de Paranhos - Porto

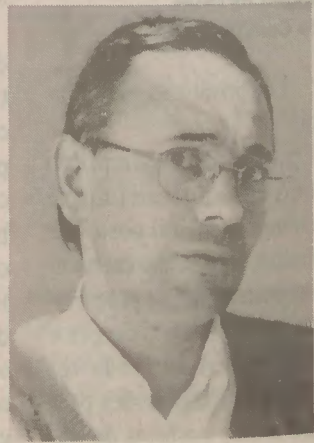


### Chamar os jovens

Saúdo a renovação na composição do Comité Central e constato com satisfação que o Partido continua cheio de força e determinação. Creio que é importante chamarmos os jovens para tarefas de responsabilidade para que, com as suas experiências, o Partido se modernize e possa acompanhar os novos tempos. Quando sairmos daqui devemos empenharmo-nos na preparação das eleições autárquicas, iniciando o mais breve possível os contactos para a formação de listas.

**José Maria Ferreira**

Funcionário público, 39 anos,  
Concelho de Ponte de Lima - Viana do Castelo



### Grande confiança

A primeira impressão que retiro do Congresso é um sentimento de grande confiança neste Partido, que resulta da grande capacidade demonstrada na análise dos grandes problemas da sociedade portuguesa, e na sua transformação em propostas concretas que visam a melhoria das condições de vida das populações. Noto também uma constante preocupação no sentido de aumentar a capacidade de resposta do Partido, designadamente com a renovação da direcção do Partido.

**Luís Pargana**

Professor, 29 anos,  
Concelho de Portalegre







PCP

# A palavra aos congressistas

## Vale a pena lutar

Penso que este Congresso ajuda a retemperar as forças para a luta e reforça o sentimento de confiança e de unidade do Partido. Mais importante do que já aconteceu durante a preparação e discussão das teses, é o período após o Congresso em que iremos levar à prática a reflexão e as decisões que aqui estão a ser tomadas. A Resolução Política é um importante documento que faz uma análise profunda da evolução da situação nacional e internacional, indispensável no nosso trabalho futuro. A vida no dia a dia é difícil, mas este Congresso lembra-nos que não estamos sós, e que com esta gente toda cheia de vontade o socialismo é possível e vale a pena lutar por ele.

**Carlos Boto**

Empregado bancário, 39 anos, Concelho de Lagoa

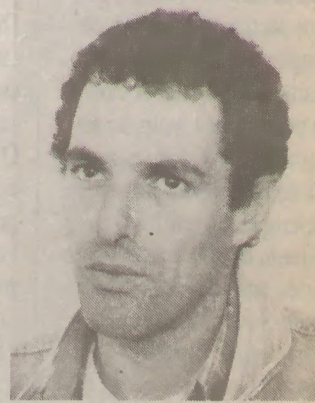


## Aprende-se muito

É bom estar aqui porque aprende-se muito nestes dias. Acho que este Congresso é importante também para o nosso trabalho na Madeira, onde conseguimos aumentar de votação e passar de um para dois deputados. Há agora mais confiança em que é possível atingir os nossos objectivos. Contudo gostaria que os temas laborais fossem mais discutidos, nomeadamente o incumprimento das promessas feitas na concertação social, como a redução do horário de trabalho, etc. São questões que interessam muito aos trabalhadores.

**José Manuel de Aveiro**

Técnico de telecomunicações, 35 anos, Concelho do Funchal

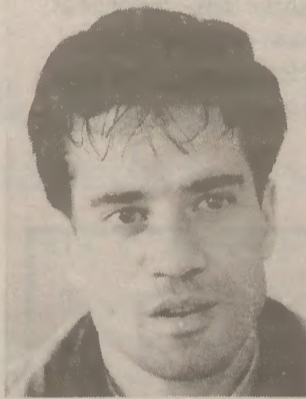


## Partido está a crescer

Este Congresso confirma que o Partido está a crescer. Não só pelo número de delegados e convidados presentes como pelo número de jovens que participam nos trabalhos. Verifica-se um efectivo rejuvenescimento do colectivo partidário o que me dá grande satisfação. Já tinha reparado numa maior adesão de jovens na organização de Braga, mas constato agora que não é só no meu distrito mas em todo o País. Este Congresso mostra que de facto o PCP é a única oposição de esquerda ao Governo e penso que sairemos daqui mais fortes para continuar esta acção e lutar ao lado dos trabalhadores.

**Carmindo Soares**

Serralheiro, 27 anos, Concelho de Braga



## Mais improviso

Já tinha participado no Congresso regional do Partido e confesso que estava à espera ver aqui mais animação e mais improviso. De qualquer maneira estou a gostar e as intervenções que já ouvi tratam questões importantes. Noto que o Partido está muito mais perto da juventude e dos seus problemas o que se traduz numa maior adesão de jovens, mesmo nos Açores. Acho que os jovens estão um bocado desiludidos com o PSD e com o PS, só que ainda há muito preconceito e têm receio de dizerem o que é que realmente querem.

**Teresa Barbosa**

Telefonista, 29 anos, Ilha Terceira

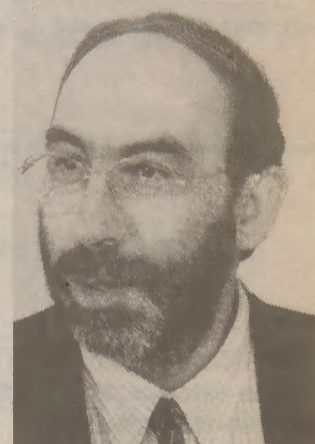


## Nova perspectiva

Este Congresso revela que o Partido conseguiu ultrapassar as muitas das dificuldades que surgiram em 1988. Penso que já batemos no fundo e hoje a perspectiva que temos é de crescimento. Vejo com agrado que entre os delegados se encontra um grande número de jovens, o que demonstra que estamos a conseguir passar o testemunho para a geração pós-25 de Abril. Ainda ontem encontrei duas jovens do Barreiro que vieram dar-se a notícia de que no ano em que o PCP comemora o seu 75º aniversário tinham decidido inscrever-se como militantes.

**Manuel Ferreira Sampaio**

Empregado bancário, 49 anos, Concelho de Vila Real



## Cada vez melhor

Nunca tinha participado num congresso e estou a gostar, até porque como tenho ando um bocado afastada da minha organização é uma boa oportunidade de ver como o Partido está. É que depois de ter saído da Marinha Grande para ir trabalhar para a Praia da Vieira deixei a actividade regular e ultimamente andava como a impressão que o Partido estava a perder peso e influência, que os jovens não se aproximavam, etc. Agora vejo que não é nada disso. O partido está cada vez melhor, está a ganhar pulso e nas intervenções que tenho ouvido vejo um sério empenhamento em chamar os jovens e dar-lhe credibilidade. Acho que isto é muito importante. Estou satisfeita.

**Ana Fragata**

Operária de cerâmica, 24 anos, Concelho da Marinha Grande.

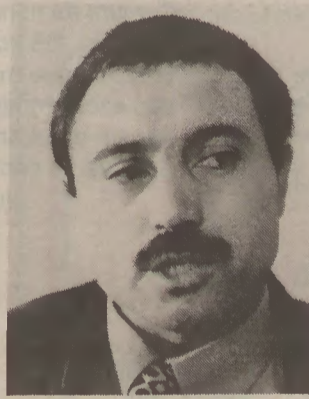


## Virado para o futuro

O Congresso tem mostrado que o Partido está virado para o futuro. Penso que a entrada de camaradas mais jovens para o Comité Central é uma boa medida e ao contrário dos que os outros dizem, não somos antiquados nem estamos a morrer. Os trabalhos evidenciam que estamos bem vivos, temos ideias para o presente e futuro do país e que os portugueses podem contar conosco para resolver os problemas nacionais.

**Aldino Mendonça**

Operário da Construção Civil, 34 anos, Concelho de Lamego

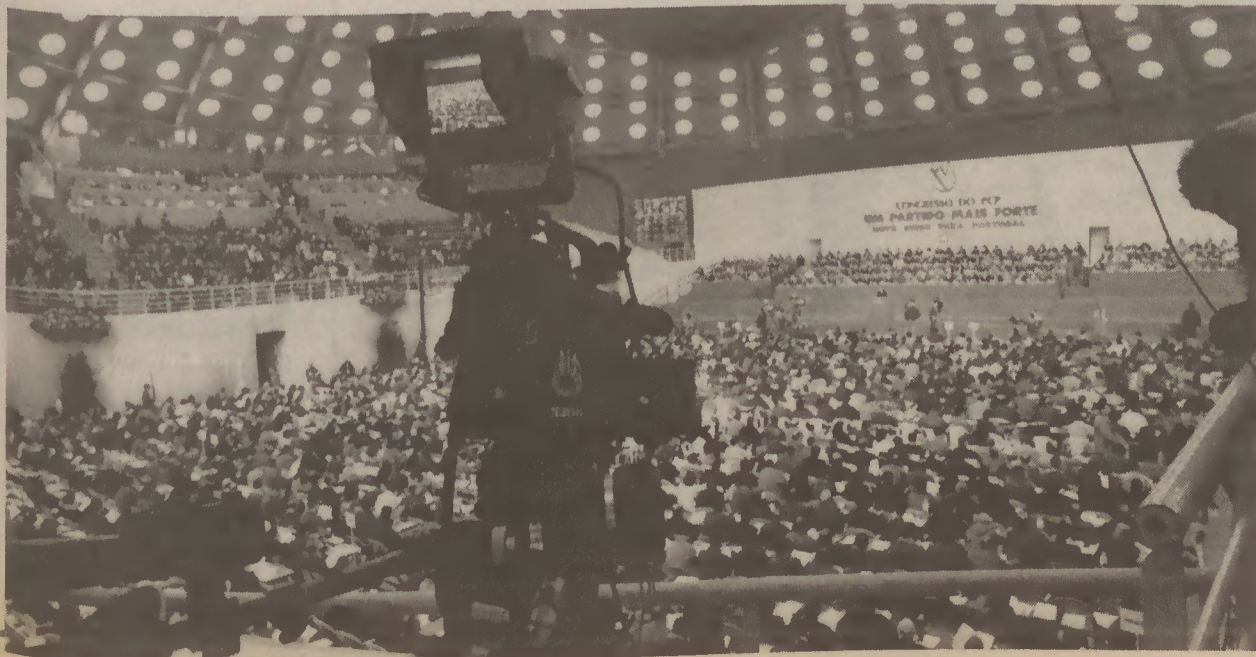
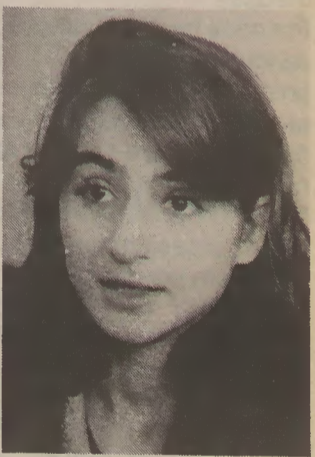


## Ligação às massas

Existem duas perspectivas do Congresso. Uma é o congresso em si, outra é o Congresso da comunicação social. O primeiro está a decorrer muito bem, com intervenções muito ricas e diferenciadas, que têm dado justo realce às lutas sociais, laborais e estudantis, o que mostra uma ligação mais forte do Partido à luta de massas e às próprias massas. Por seu lado, a comunicação social tem entendido este Congresso como o da renovação. Ora, eu acho que a renovação do Partido já começou há muito tempo atrás, o que falta, em minha opinião é dar um passo quanto à presença de mulheres, nomeadamente no Comité Central. No entanto, acho que o Partido deve continuar a chamar mais jovens, não só para o Comité Central mas também para as direcções das organizações regionais.

**Maria Ribeiro**

Dirigente da JCP, 25 anos, Lisboa





## Os copiadores de Aveiro

Correspondendo às aspirações manifestadas pela população do Concelho de Aveiro e por largos sectores da sociedade portuguesa, o Grupo Parlamentar do PCP elaborou uma proposta de inclusão no Orçamento de Estado para 1997 de uma verba para a recuperação do edifício da Capitania de Aveiro, proposta que deu entrada na Comissão a 28 de Novembro último. No dia seguinte, o PSD acorreu à Comissão para entregar uma proposta do mesmo teor.

Todavia, não se ficou por aqui o súbito interesse pela recuperação do edifício da Capitania de Aveiro, desencadeada pela proposta do PCP. Cinco dias depois era a vez dos deputados do PS, eleitos pelo Distrito de Aveiro, aparecerem com outra

proposta no mesmo sentido e de igual teor.

Aliás, esses deputados do PS eleitos por Aveiro só conseguiram produzir duas propostas à pressa, em prol do Distrito que representam e que tanto proclamam «defender» - essa, copiada do PCP, e uma outra que não vem ao caso. O que vem ao caso é o dislate do PS em, a seguir, chumbar a proposta do PCP, que entretanto, não teve quaisquer problemas em apoiar a «cópia» apresentada pelo PS, obcecado em se apropriar dos louros da eventual recuperação do edifício. Respondendo com ironia a este jogo rasteiro, a Direcção da Organização Regional de Aveiro do PCP já afirmou em comunicado não se importar que «Afonso Candal e seus pares do PS» copiem também as outras propostas do PCP para o Distrito de Aveiro, desde que depois as aprovem,

# PONTOS CARDEAIS

como fizeram no caso da Capitania. Quem ganhará com isso é o Distrito. Isto se o Governo PS der execução ao que foi aprovado pelo seu próprio partido...

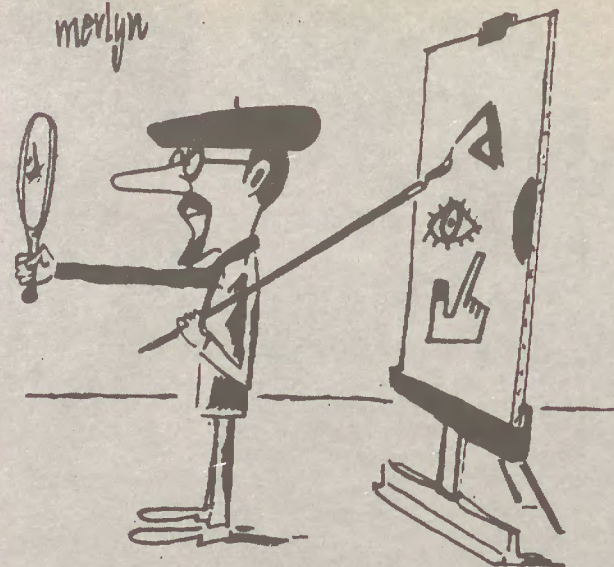
## Pequenos-almoços

Um leitor da Nazaré fez chegar à nossa Redacção o seu indignado protesto pela atitude discriminatória do programa matinal da Antena 1 «Pequeno Almoço», da responsabilidade do jornalista Adelino Gomes, que ignorou completamente o Congresso do PCP para, uma semana depois, a pretexto do Congresso do PP, entrevistar longamente Manuel Monteiro

e ainda Maria José Nogueira Pinto. «O facto é particularmente escandaloso porque estamos a falar de uma rádio estatal, que é um serviço público pago pelo dinheiro de todos os contribuintes!», sublinhava o nosso leitor, que é também ouvinte regular do referido programa. Provavelmente o tal «Pequeno Almoço» devia chamar-se era «Almoço pequeno»...

## Vidas...

O suplemento «Vidas», do *Independente*, foi ao XV Congresso do PCP para mostrar «com simpatia e bom humor, que os velhos gaiteiros, se às vezes suscitam uma certa pena, nunca inspiram respeito».



Para isso enviou uns gaiteiros com a respeitável missão de gozar o PCP, coisa a que se entregaram numas esforçadas sete ou oito páginas onde os congressistas são «aficionados», Jerónimo de Sousa «vocífera», «alguns delegados comunicam entre si com bocejos convictos»,

Odete Santos é «uma espécie de eterna *playmate* do ano em versão Vladivostock», um membro do MPLA sé apresenta «em regime de mostra internacional de artesanato, exibindo um saco de plástico com os brindes de ébano que trouxe em primeira mão», o «bando de militantes» «aporta» nas compras das Edições *Avante!* «em terno acotovelanço», Álvaro Cunhal é um «conhecido crítico das coisas artísticas», à noite «as filas começavam para os lados da cantina sem pruridos interclassistas», «operários cinquentões» e «senhoras reformadas agitam a bandeira nas bancadas do clímax», «cá fora fala-se de artroses e medicamentos» e «gera-se uma fila disciplinada para se reaverem as malas entregues ao afago do partido pela manhã». Como se vê pela amostra, a coisa é fina. Ao ponto de suscitar uma certa pena...

# PONTOS NATURAIS

## O regabofe

PIVÔ - Com fardo de peso às costas estão os agricultores de Trás-os-Montes, pelo menos os que aderiram ao Plano de Desenvolvimento Integrado da região. Financiados ainda antes da CEE pelo Banco Mundial, o projecto estava cheio de promessas que depois não foram cumpridas. Há dezenas de falências e muitos viticultores ainda a pagar as dívidas. Por cada hectare cultivado, os agricultores tinham a promessa de que oito pipas seriam classificadas de vinho do Porto, mas o governo AD não pressionou a Casa do Douro. As oito pipas prometidas acabaram por ser só cinco.

Com o investimento já feito, os agricultores transmontanos tiveram de recorrer à banca.

AGRICULTOR - Neste momento, já paguei à Caixa de Crédito Agrícola catorze mil contos de juros e ainda estou com uma dívida de 25 mil contos. Houve situações mais degradantes, agricultores que ficaram sem nada e se suicidaram porque não tinham possibilidades de pagar a dívida.

AGRICULTOR - Já houve pelo menos 80 agricultores que tiveram de

entregar à Caixa de Crédito Agrícola e de uma forma geral à banca. Dos 550 agricultores envolvidos, cerca de 280 teriam o mesmo destino, se não fosse uma moratória concedida no ano passado. REPÓRTER - Moratória que suspendeu durante três anos o pagamento de juros. Balão de oxigénio que não resolverá o problema de fundo.

PIVÔ - Os indicadores económicos mostram que a gestão da Política Agrícola Comum foi ruínoza para Portugal. Até ao ano 2000, prevê-se que mais de metade das explorações vá fechar. Apesar de terem recebido milhões de contos de subsídios, os

agricultores ganham hoje tão pouco como há dez anos. Muitos trabalham para pagar juros à banca.

PIVÔ - Quem parece ter ganho com o negócio foram as Caixas de Crédito Agrícola que estão a vender propriedades falidas para turismo, caça e casas de fim-de-semana.

REPÓRTER - O edifício do tribunal do Cadaval está recheado de editais, por hipotecas de terrenos por dívidas à Caixa Agrícola.

É na praça, como vulgarmente se chamam os leilões judiciais, que se fazem bons negócios: compra-se barato, para vender caro.

**Credivalor** é uma imobiliária, ligada às Caixas Agrícolas, que se dedica a comprar propriedades falidas, para vender depois. No ano passado, fizeram uma campanha publicitária em Lisboa, Porto e Coimbra. Receberam quatro mil pedidos para casa de fins-de-semana e turismo de caça. Venderam tudo com crédito bonificado.

E o negócio não vai parar. Na maioria dos concelhos agrícolas, estão em curso centenas de hipotecas sobre agricultores falidos.

(Do Jornal da SIC)

Mário Castrinho





## AGENDA

**6ª FEIRA**  
**dia 27**

**TEMPO DE ANTENA**  
com Carlos Carvalhas

**PCP**

**RTP - Canal 1**

(Após o Telejornal das 20.00 h)

**PASSAGEM  
DE ANO  
EM  
SETÚBAL**

**Divergência-  
-Bar**

(Edifício Arrábida)

*Música e animação  
Serviço de Bar*

Informações para:  
☎ 065 52 22 73

**FESTA DE FIM DE ANO**  
**Solidariedade com Cuba**

**Na CURIFA**

(Calçada da Ajuda, 226)

organizada pela Com. de Freguesia de Ajuda do PCP,  
com a presença da Embaixadora de Cuba

*Música ao vivo com os "3 de Abril"*

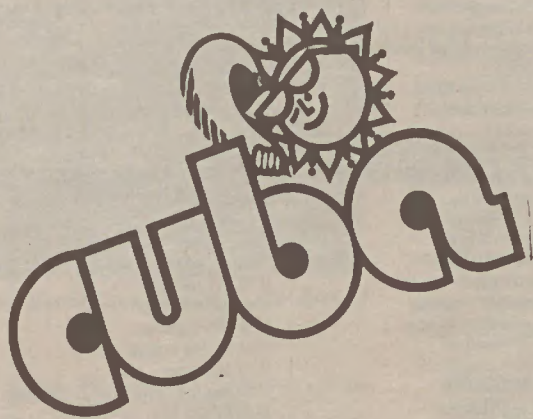
*Com a ceia que cada um queira levar  
e também um serviço de bar com petiscos, bebidas e bolo-rei*

Inscrições:

CT Vitória durante o dia - 3522715

CT Ajuda, 4ª à noite - 3645566

CT Alcântara, 3ª à noite - 3638512



Associação de Amizade Portugal-Cuba

**FIM DO ANO EM CUBA**

*Faça turismo e conheça a Revolução Cubana*

27 de Dezembro a 5 de Janeiro

Havana - Pilar del Rio - Playas del Este

e possibilidade de visita a Varadero, Cayo Largo, Santiago de Cuba, Trinidad

Informações:

Rua Rodrigo da Fonseca, 107, r/c, esq. - Lisboa

Tel/Fax: 385 73 05 (das 14h30 às 19h)

*Conselho Português para a Paz e Cooperação*

**EXCURSÃO**

**E PASSAGEM DE ANO EM CUBA**

*Embaixada de Paz e Solidariedade*

27 de Dezembro a 10 de Janeiro

Havana - Trinidad - Cienfuegos - Varadero

e outros programas alternativos

Inscrições e Informações:

Rua Rodrigo da Fonseca, 56, 2º - 1250 Lisboa

Tel: 386 33 75 - Fax: 386 32 21



**Banca de Natal no Barreiro**

(no CT Concelhio do PCP)

Até 30 de Dezembro, das 10 às 22h

Vidros da Marinha Grande - Barros de Setúbal - Peles de Grândola -  
Artesanato de outras regiões - Livros - Discos

**Banca de Natal em Lisboa**

(no CT Vitória)

Cerâmica / Faiança / Porcelana - Têxteis - Bijuteria - Cana - Vimes -  
Madeiras - Bordados e Rendas - Bolo de Mel e Vinho da Madeira

De 3 a 31 de Dezembro

**Venda de Natal da Casa da Paz**

(R. Rodrigo da Fonseca, 56, 2º)

De 27 de Novembro a 23 de Dezembro

**Feira do Livro em Bragança**

No Natal oferece livros!

Até 20 de Dezembro, no CT do PCP

**Banca de Natal de S. Domingos de Rana**

(no CT Tires)

Artesanato nacional e estrangeiro - Rendas - Jogos - Enfeites de Natal

De 14 a 22 de Dezembro, das 15 às 22h

**Banca de Natal da Festa do Avante**

(na Quinta da Atalaia - Edifício Direcção)

Todos os dias úteis das 10.00 às 18.00 horas

Artesanato chinês - Rum cubano - Copos de solidariedade com Cuba -  
Bonecos de cerâmica do Fagundes - materiais diversos de Festas do Avante  
(camisolos, cinzeiros, etc.).

**Banca de Natal de Agualva-Cacém**

(no CT do PCP)

Aberta todo o dia até ao fim do ano

Livros - artesanato - bebidas

**Banca de Natal Agualva-Mem Martins**

(no CT do PCP)

Aberta todo o dia até ao fim do ano

Livros - artesanato - bebidas

**Mercado de Natal em Setúbal**

(no Edifício Arrábida - 1º andar)

Materiais diversos

**CT da Boavista**

*Exposição-venda de Artes Plásticas com obras de:*

Acácio Carvalho; Alberto Pêssimo; Américo Moura; Ângelo de Sousa; António  
Fernando; Elsa César; Fernando Oliveira; Gémeo Luís; Henrique Silva; Henrique do  
Vale; Jaime Isidoro; José Emídio; José Rodrigues; Júlia Pintão; Manuel Dias;  
Manuela Bronze; Margarida Coelho; Paulo Hernâni; Roberto Machado; Zaida Moss.

**GRANDE JANTAR-CONVÍVIO  
DA ZONA ORIENTAL DE LISBOA**

com a participação de **LUÍS SÁ**

Voz do Operário - Sexta-feira, 20, às 20 horas - Esc. 1200\$00

*Inscribe-te na tua organização*



TELEVISÃO

Quinta, 19

RTP 1

09.00 Notícias
09.10 Infantil
11.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Natal dos Hospitais
20.00 Telegiornal
20.45 Vidas de Sal
22.15 Tudo às Escuras
22.55 Polícias
00.10 24 Horas
00.40 RTP/Financial Times
00.55 Olho Vivo

RTP 2

16.00 Informação Gestual
16.50 Euronews
17.15 Infantil
19.30 Notícias 2
19.35 Missão Impossível
20.30 Absolutamente Fabulosas
21.00 Acontece
21.30 RTP/Financial Times
21.40 Remate
22.00 Jornal 2
22.50 Milagre por um Dia
01.10 Falatório
02.05 Instantes (Cláudio Almeida e Cristovam Pavia)

SIC

10.00 Portugal Radical
10.10 Buérré
11.50 As Receitas do Dia
12.15 Vira Lata
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Donos do Jogo
14.30 A Lei de Land
15.40 Buérré
17.50 Portugal Radical
18.00 De Corpo e Alma
19.00 Anjo de Mim
20.00 Jornal da Noite
20.45 O Rei do Gado
22.00 Casos de Polícia
23.00 O Século do Povo
00.15 Último Jornal
00.35 Prémios Europeus de Música do MTV
02.15 Vibrações

TVI

12.00 Encontro
12.10 Animação
13.00 7 Ponto 15
13.30 TVI Jornal
14.00 Laços de Amor
14.50 SOS Urgências
15.45 Adultos à Força
16.45 Animação
18.00 Rua Jump, 21
19.00 7 Ponto 15
19.30 TVI Jornal
20.15 Xica da Silva
21.20 Uma Família às Direitas
21.45 Notícia Escaldante
22.50 Carlos Cruz
23.50 TVI Jornal
00.30 Alfred Hitchcock Apresenta...

Nas televisões, o Natal já não é o que era. Agora, tudo continua na mesma, os fardamentos é que mudam. Ainda assim, não podia deixar de haver Circo e também Pavarotti e, do que se mantém, o destaque vai para duas excelentes séries: «Ficheiros Secretos» (na TVI) e «Serviço de Urgência» (na RTP 1).

Sexta, 20

RTP 1

09.00 Notícias
09.10 Infantil
11.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Em Jogo
14.00 Malha de Intrigas
14.35 Olho Clínico
15.15 Praça da Alegria / Ideias para o Natal
15.45 Espaço Juvenil
17.00 Notícias
17.15 Canal Aberto
18.10 O Campeão
19.00 País País
20.00 Telegiornal
20.45 Vidas de Sal
21.25 Chaves / Sporting
23.45 24 Horas
00.15 RTP/Financial Times
00.30 Sementes de Guerra
01.15 Notícias
01.30 RTP/Financial Times
01.40 Remate
02.00 Jornal 2
02.50 Milagre por um Dia
03.10 Falatório
03.45 Instantes (Cláudio Almeida e Cristovam Pavia)

RTP 2

16.00 Informação Gestual
16.35 Euronews
17.00 Infantil
19.00 Basquetebol: Troféu RTP
20.00 Acontece
21.30 RTP/Financial Times
21.40 Remate
22.00 Jornal 2
22.50 Do Céu Caiu Uma Estrela
01.10 Falatório
01.55 Instantes (Nátalia Correia e Nátalia Correia)

SIC

10.00 Portugal Radical
10.10 Buérré
11.50 As Receitas do Dia
12.15 Vira Lata
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Donos do Jogo
14.30 A Lei de Land
15.30 Buérré
18.00 De Corpo e Alma
19.00 Anjo de Mim
20.00 Jornal da Noite
20.55 O Rei do Gado
21.25 Malucos do Riso
22.15 Agora ou Nunca
23.20 Os Donos da Bola
01.30 Último Jornal
01.45 Playboy
02.45 Vibrações

TVI

12.00 Encontro
12.10 Animação
13.00 7 Ponto 15
13.30 TVI Jornal
14.00 Laços de Amor
14.50 SOS Urgências
15.45 Adultos à Força
16.45 Animação
18.00 Rua Jump, 21
19.30 7 Ponto 15
19.45 TVI Jornal
20.15 Xica da Silva
21.15 3ª Calhau a Contar do Sol
21.40 Ficheiros Secretos
23.45 Cobertura Total
02.00 TVI Jornal
02.30 Alfred Hitchcock Apresenta...
24.00 A Lua das Mentiras
01.15 Notícias
01.30 RTP/Financial Times
01.40 Remate
02.00 Jornal 2
02.50 Milagre por um Dia
03.10 Falatório
03.45 Instantes (Cláudio Almeida e Cristovam Pavia)

Sábado, 21

RTP 1

08.00 Sempre a Abrir
11.30 Cybermaster
12.05 Cuidados com o Cão
13.00 Jornal da Tarde
13.20 Top +
14.35 Beverly Hills 90210
15.30 Jornal Jovem
16.10 Magazine
16.30 O Homem das Sete Vidas
17.00 Notícias
17.15 Canal Aberto
18.10 O Campeão
19.00 País País
20.00 Telegiornal
20.45 Os Imparáveis
21.25 Belenenses / F. C. Porto
23.45 Serviço de Urgência
00.55 24 Horas
01.15 Instantes
01.30 RTP/Financial Times
01.40 Remate
02.00 Jornal 2
02.50 Milagre por um Dia
03.10 Falatório
03.45 Instantes (Cláudio Almeida e Cristovam Pavia)

RTP 2

09.00 Universidade Aberta
12.05 Vida por Vida
12.45 A Lição de Inglês
13.35 Mesa à Portuguesa
14.00 Parlamento
15.00 Desporto 2
18.00 Vidas do Século - Hitler
19.00 Spray
19.30 2001
20.00 Foyer - «Hollywood Kids»
21.00 Semana ao Sábado
22.00 Horizontes da Memória
22.30 O Evangelho Segundo S. Mateus
23.00 O Rei do Gado
23.15 Vira Lata
23.30 O Juiz Decide
23.45 Instantes (Francisco Nascimento e Victorino Nemésio)

SIC

08.30 Buérré
12.00 BBC - Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
13.40 Internacional SIC
14.10 Assuntos de Família
14.40 Malhação
15.30 Balada de Nova Iorque
16.20 Os Imortais IV
17.10 Hook
18.00 De Corpo e Alma
19.00 Anjo de Mim
20.00 Jornal da Noite
20.55 O Rei do Gado
21.25 Malucos do Riso
22.15 Agora ou Nunca
23.20 Os Donos da Bola
01.30 Último Jornal
01.45 Playboy
02.45 Vibrações

TVI

09.30 Animação
11.30 Novos Ventos
12.00 Notícias
12.35 O Mundo Natural de Mitsuaki Iwago
13.40 Contra-Ataque
15.20 Os Dias da Estação
15.35 Malta Curtida
16.00 A Bela Mentirosa
17.00 Top of The Pops
18.55 Cybernet
19.25 Futebol (Liga Espanhola)
21.20 Telegiornal
22.00 Programa a designar
23.00 A Voz do Desejo
23.45 24 Horas
00.55 24 Horas
01.15 Notícias
01.30 RTP/Financial Times
01.40 Remate
02.00 Jornal 2
02.50 Milagre por um Dia
03.10 Falatório
03.45 Instantes (Cláudio Almeida e Cristovam Pavia)

Domingo, 22

RTP 1

08.00 Sempre a Abrir
11.50 Sem Limites
12.25 Repórteres da Terra
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Made in Portugal
14.40 Alta Voltagem
15.15 86-60-86
15.55 100% Natural
16.40 Avós e Netos
17.45 Caixa Mágica
18.20 Gólos
18.30 Casa Cheia
19.15 Jet 7
20.00 Telegiornal
20.50 Os Principais
22.15 A Mulher do Sr. Mimistro
22.45 Domingo Desportivo
01.05 24 Horas

RTP 2

09.00 Caminhos
09.30 Novos Horizontes
10.00 70 x 7
10.30 Missa
11.30 Rumo à Lua
12.00 A Última Fronteira
12.25 O Dinheiro Não Dorme
12.50 Máquinas
13.20 Desporto 2
17.50 João Ratão
18.00 De Corpo e Alma
19.00 Anjo de Mim
20.00 Jornal da Noite
20.55 Bravo Bravíssimo
22.10 O Rei do Gado
23.00 Sommersby, O Regresso de um Estranho
01.15 Notícias
01.30 RTP/Financial Times
01.40 Remate
02.00 Jornal 2
02.50 Milagre por um Dia
03.10 Falatório
03.45 Instantes (Cláudio Almeida e Cristovam Pavia)

SIC

08.30 Buérré
12.00 BBC - Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
13.40 Internacional SIC
14.10 Assuntos de Família
14.40 Malhação
15.30 Balada de Nova Iorque
16.20 Os Imortais IV
17.10 Hook
18.00 De Corpo e Alma
19.00 Anjo de Mim
20.00 Jornal da Noite
20.55 Bravo Bravíssimo
22.10 O Rei do Gado
23.00 Sommersby, O Regresso de um Estranho
01.15 Notícias
01.30 RTP/Financial Times
01.40 Remate
02.00 Jornal 2
02.50 Milagre por um Dia
03.10 Falatório
03.45 Instantes (Cláudio Almeida e Cristovam Pavia)

TVI

09.30 Animação
11.00 Angelus
11.15 Missa
12.30 O 8º Dia
13.00 Notícias
13.25 Portugal Português
14.30 A Odisseia Submarina
15.30 Desafios
16.00 O Ano do Cometa
17.00 Top of The Pops
18.55 Cybernet
19.25 Futebol (Liga Espanhola)
21.20 Telegiornal
22.00 Programa a designar
23.00 A Voz do Desejo
23.45 24 Horas
00.55 24 Horas
01.15 Notícias
01.30 RTP/Financial Times
01.40 Remate
02.00 Jornal 2
02.50 Milagre por um Dia
03.10 Falatório
03.45 Instantes (Cláudio Almeida e Cristovam Pavia)

Segunda, 23

RTP 1

09.00 Notícias
09.10 Infantil
11.10 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Em Jogo
14.00 Malha de Intrigas
14.45 Praça da Alegria / Especial Natal
15.15 Espaço Juvenil
17.00 Notícias
17.15 Canal Aberto
18.10 O Campeão
19.00 País País
20.00 Telegiornal
20.45 Enviado Especial
21.20 Vidas de Sal
22.20 Batman, O Regresso
23.45 24 Horas
00.55 24 Horas
01.15 Notícias
01.30 RTP/Financial Times
01.40 Remate
02.00 Jornal 2
02.50 Milagre por um Dia
03.10 Falatório
03.45 Instantes (Cláudio Almeida e Cristovam Pavia)

RTP 2

16.00 Informação Gestual
16.50 Euronews
17.15 Infantil
19.30 Notícias 2
19.35 Missão Impossível
20.30 Absolutamente Fabulosas
21.00 Acontece
21.30 RTP/Financial Times
21.40 Remate
22.00 Jornal 2
22.50 Do Céu Caiu Uma Estrela
01.10 Falatório
01.55 Instantes (Cláudio Almeida e Cristovam Pavia)

SIC

10.00 Portugal Radical
10.10 Buérré
11.50 As Receitas do Dia
12.15 Vira Lata
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Donos do Jogo
14.30 A Lei de Land
15.30 Buérré
17.50 Portugal Radical
18.00 De Corpo e Alma
19.00 Anjo de Mim
20.00 Jornal da Noite
20.55 Bravo Bravíssimo
22.10 O Rei do Gado
23.00 Sommersby, O Regresso de um Estranho
01.15 Notícias
01.30 RTP/Financial Times
01.40 Remate
02.00 Jornal 2
02.50 Milagre por um Dia
03.10 Falatório
03.45 Instantes (Cláudio Almeida e Cristovam Pavia)

TVI

12.00 Encontro
12.10 Animação
13.00 7 Ponto 15
13.30 TVI Jornal
14.00 Laços de Amor
14.50 SOS Urgências
15.45 Adultos à Força
17.00 Animação
18.00 Rua Jump, 21
19.00 7 Ponto 15
19.30 TVI Jornal
20.15 Xica da Silva
21.10 Em Resumo (Desporto)
22.00 VRS, Realidade Virtual
23.00 PSI Factor
24.00 TVI Jornal
00.10 Alfred Hitchcock Apresenta...

Terça, 24

RTP 1

09.00 Notícias
09.10 Infantil
11.10 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Em Jogo
14.00 Malha de Intrigas
14.35 Praça da Alegria / Especial Natal
15.15 Espaço Juvenil
17.00 Notícias
17.15 Canal Aberto
18.10 O Campeão
19.00 País País
20.00 Telegiornal
20.45 Vidas de Sal
21.25 Nós, os Circo
22.30 De Par em Par
23.10 Pavarotti
00.50 24 Horas
01.20 RTP/Financial Times
01.35 Esperança
01.50 Notícias
02.15 Notícias
02.30 RTP/Financial Times
02.40 Remate
03.00 Jornal 2
03.45 Instantes (Cláudio Almeida e Cristovam Pavia)

RTP 2

15.45 Natal Finlandês
16.30 Circo
17.00 The Making Of... (Wallace e Gromit)
17.30 Informação Gestual
18.00 Sirga, O Rapaz Leão
19.40 Missão Impossível
20.30 Os Simpsons
21.00 Black Adder
21.30 RTP/Financial Times
22.00 Jornal 2
22.50 Do Céu Caiu Uma Estrela
01.10 Falatório
01.55 Instantes (Cláudio Almeida e Cristovam Pavia)

SIC

08.20 Portugal Radical
08.30 Buérré Especial Natal
11.50 O Nosso Mundo - Explorer 36
13.00 Primeiro Jornal
13.40 Circo de Monte Carlo I
14.50 Passo a Passo
15.40 50 Anos de Apanhados
16.45 O Caça Polícias
17.15 Vira Lata
18.00 De Corpo e Alma
19.00 Anjo de Mim
20.00 Jornal da Noite
20.55 Bravo Bravíssimo
22.00 O Rei do Gado
23.00 Sommersby, O Regresso de um Estranho
01.15 Notícias
01.30 RTP/Financial Times
01.40 Remate
02.00 Jornal 2
02.50 Milagre por um Dia
03.10 Falatório
03.45 Instantes (Cláudio Almeida e Cristovam Pavia)

TVI

12.00 Encontro
12.10 Animação
13.00 7 Ponto 15
13.30 TVI Jornal
14.00 Laços de Amor
14.50 SOS Urgências
15.45 Adultos à Força
16.50 Animação
18.00 Rua Jump, 21
19.00 7 Ponto 15
19.30 TVI Jornal
20.00 Mensagem do Cardeal Patriarca de Lisboa
20.15 Xica da Silva
21.15 Gigi
22.00 VRS, Realidade Virtual
23.00 PSI Factor
24.00 TVI Jornal
00.10 Alfred Hitchcock Apresenta...

Quarta, 25

RTP 1

09.00 Notícias
09.10 Infantil
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Alta Voltagem / Especial Natal
14.15 George Michael
15.15 Circo
17.00 Papá Para Sempre
17.15 Espaço Juvenil
17.45 Notícias
17.55 Canal Aberto
18.10 O Campeão
19.00 País País
20.00 Telegiornal
20.45 Lições do Teneças
21.30 Sequim de Ouro
22.35 Lusões
23.40 24 Horas
00.30 Memórias de Um Natal
00.50 24 Horas
01.20 RTP/Financial Times
01.35 Esperança
01.50 Notícias
02.15 Notícias
02.30 RTP/Financial Times
02.40 Remate
03.00 Jornal 2
03.45 Instantes (Cláudio Almeida e Cristovam Pavia)

RTP 2

11.30 Missa e Bênção Urbi et Orbi
13.15 Concerto Promenade (encerramento)
15.00 Cinderela em Paris
15.45 Notícias
16.30 Circo
17.00 The Making Of... (Wallace e Gromit)
17.30 Informação Gestual
18.00 Sirga, O Rapaz Leão
19.40 Missão Impossível
20.30 Os Simpsons
21.00 Black Adder
21.30 RTP/Financial Times
22.00 Jornal 2
22.50 Do Céu Caiu Uma Estrela
01.10 Falatório
01.55 Instantes (Cláudio Almeida e Cristovam Pavia)

SIC

08.10 Portugal Radical
08.20 Buérré Especial Natal
11.50 O Nosso Mundo - Explorer 36
13.00 Primeiro Jornal
13.40 Circo de Monte Carlo I
14.50 Passo a Passo
15.40 50 Anos de Apanhados
16.45 O Caça Polícias
17.15 Vira Lata
18.00 De Corpo e Alma
19.00 Anjo de Mim
20.00 Jornal da Noite
20.55 Bravo Bravíssimo
22.00 O Rei do Gado
23.00 Sommersby, O Regresso de um Estranho
01.15 Notícias
01.30 RTP/Financial Times
01.40 Remate
02.00 Jornal 2
02.50 Milagre por um Dia
03.10 Falatório
03.45 Instantes (Cláudio Almeida e Cristovam Pavia)

TVI

12.00 Encontro
12.10 Animação
13.00 7 Ponto 15
13.30 TVI Jornal
14.00 Laços de Amor
14.50 SOS Urgências
15.50 Animação
17.10 Fim-de-Semana com o Morto II
18.00 De Corpo e Alma
19.00 Anjo de Mim
20.00 Jornal da Noite
20.55 Bravo Bravíssimo
22.00 O Rei do Gado
23.00 Sommersby, O Regresso de um Estranho
01.15 Notícias
01.30 RTP/Financial Times
01.40 Remate
02.00 Jornal 2
02.50 Milagre por um Dia
03.10 Falatório
03.45 Instantes (Cláudio Almeida e Cristovam Pavia)





## TELEVISÃO

## Por isto e por aquilo...

**Milagre por um Dia**

(Quinta, 22.50, RTP2)

Remake encenado pelo próprio Frank Capra do seu *Milagre por um Dia* (transmitido pela RTP2 na 2ª. feira passada, no início deste mesmo ciclo), esta nova versão da mesma história é o último filme realizado pelo grande cineasta e não pode deixar de desiludir em relação à primeira versão, quanto a uma clara diminuição da sensibilidade e emoção. Capra já só vivia, então, à sombra de um passado glorioso.

**Do Céu Caiu Uma Estrela**

(Sexta, 22.50, RTP2)

Assim, é fácil fazer programação de Natal! Basta ir à do ano passado (nessa altura, este filme foi transmitido no mesmo canal dois dias antes, em 18 de Dezembro) e copiar! Capra é que não tem culpa e esta, mesmo que vista dezenas de vezes, não deixa de ser uma obra-prima do cinema clássico. Um homem que dirige uma associação de ajuda aos mais carenciados está prestes a desistir da sua missão (e mesmo a suicidar-se) em virtude das acções de um ganancioso local que pretende deitar tudo a perder. Mas a aparição de um «anjo» e a demonstração que este faz de qual seria o futuro desses desprotegidos se este homem bom desaparecesse contribui para que nele renasça a esperança na importância de estar vivo e disponível. Embora imbuído do habitual idealismo do seu autor (Frank Capra), o filme procura rejeitar qualquer sentimento de pieguice barata. Com James Stewart, Donna Reed e Lionel Barrymore.

**Cobertura Total** (Sexta, 23.45, TVI)

Fortemente inspirado no filme negro dos anos 40, este filme dramático disfarçado de «thriller» conta-nos a história de um polícia que se imiscui disfarçadamente num gang de traficantes de droga. Com Laurence Fishburn e Jeff Goldblum nos principais papéis.



A galeria de intérpretes de «Flores de Aço», de Herbert Ros



Humphrey Bogart em «Os Revoltados do Calne», de Edward Dmytryk

**O Homem das Sete Vidas** (Sábado, 16.30, RTP1)

Um filme para a malta nova: trata-se das aventuras com origem no desejo de fantasia e evasão que não deixa de assaltar Walter Mitty, um revisor de provas de uma editora de livros populares, que acaba por se meter em sarilhos por causa de umas jóias. Um dos melhores papéis desempenhados por Danny Kaye no cinema, com um Boris Karloff quase a roubar-lhe os louros...

**O Evangelho Segundo São Mateus**

(Sábado, 22.30, RTP2)

Ao contrário das convenções de um certo cinema comercial, esta obra-prima de Pier Paolo Pasolini ficou a marcar a História do Cinema como uma oportuna interpretação de um texto vivido convincentemente por amadores e populares com rostos e corpos de pessoas normais - e não de plástico como nos filmes de Hollywood. A rever, evidentemente.

**Hook** (Domingo, 17.10, SIC)

Um advogado bem instalado na vida e com uma vida familiar estável e repleta de harmonia é atingido pelo rapto dos seus filhos perpetrado pelo capitão Gancho. É então que o espectador vê o nosso advogado transformado no que ele era na «realidade» - Peter Pan - que regressa então à Terra do Nunca, ao mundo da infância e às aventuras fantásticas dos contos de fadas, sercias e piratas. Encenado por Steven Spielberg com a habitual propensão para o «maravilhoso», o filme veio a revelar-se uma obra menos conseguida na sua carreira de sucesso comercial e não teve, aliás, repercussão junto do público idêntica às dos outros filmes que realizou, pese embora o elenco de luxo: Dustin Hoffman, Robin Williams, Julia Roberts, Glenn Close e muitos outros.



Uma das cenas mais conhecidas de «Do Céu Caiu Uma Estrela», de Frank Capra

**Flores de Aço** (Domingo, 23.00, SIC)

Com tantas e tais mulheres (ver Ficha Técnica), dir-se-ia que este filme estaria mesmo a calhar (se tal tivesse sido possível) nas mãos de um George Cukor. Mas a segurança e polivalência de Herbert Ross também dá competente conta do recado. Um salão de beleza de uma pequena cidade do sul dos EUA é o local de cruzamento de histórias vividas, sentidas ou comentadas por um conjunto de personagens femininas que normalmente o frequentam, entre as quais avultam as consequências da tragédia de uma jovem mãe provocada por um parto. Evoluindo entre a comédia e o drama, *Flores de Aço* é, por vezes, um verdadeiro espectáculo de representação, em que se destaca, pelo insólito, a segura de Shirley McLaine.

**Os Revoltados do Caine** (Domingo, 23.05, TVI)

Segura de que o comandante do seu navio havia enlouquecido, a tripulação do draga-minas *Caine* revolta-se e substitui-o no comando em pleno mar alto. Mais tarde, no julgamento deste «crime», tudo ficaria esclarecido. Bem conhecido dos telespectadores, recordemos que o filme ficou conhecido pela interpretação surpreendente de Humphrey Bogart, embora tenha resultado relativamente longo.

**Sommersby, O Regresso de um Estranho**

(Segunda, 23.10, SIC)

Segunda adaptação ao cinema de uma história situada durante a Guerra dos Cem Anos, esta é outra obra desconhecida do escriba e de recepção crítica contraditória, sobretudo no que se refere à consistência das personagens principais. Nesta nova versão, ele (Richard Gere) regressa a casa, no Sul, após seis anos de prisão na sequência da Guerra Civil americana. Ela (Jodie Foster) tem dificuldade em reconhecer, no recém-chegado, aquele que fora seu marido. O que acontece, na realidade, é que o homem não é o mesmo que há muitos anos a guerra roubara ao lar. E o único elemento de surpresa que argumentista e realizador tinham à sua disposição para explorar a intriga desta história - afinal, o facto de, também a mulher, a partir de certa altura, perceber que aquele não era o homem que partira, não o dando apesar de tudo a entender - parece ser inteiramente desperdiçado, em nítido prejuízo do filme.

**Minha Linda Lady** (Terça, 14.00, SIC)

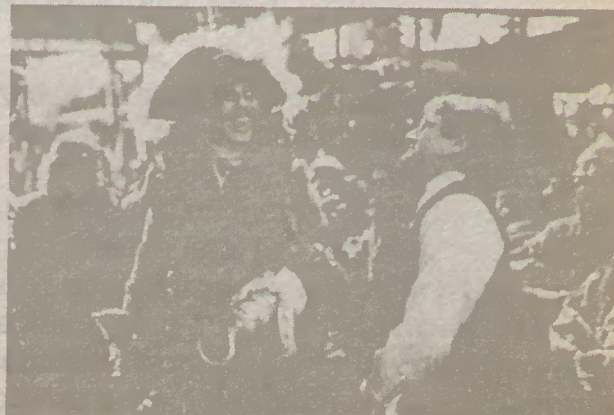
Transposição para o cinema da opereta com o mesmo título de Lerner e Loewe - por sua vez adaptada de *Pigmalião*, de Robert Shaw - já cá faltava o filme de todos os Natais e de todas as Páscoas, uma grande produção brilhantemente desenhada por Cecil Beaton e realizada por George Cukor. Transmitida por mais de uma vez pelas nossas televisões, não há muito a acrescentar ao que os espectadores já sabem de cor, sendo justo entretanto realçar os excelentes desempenhos de Rex Harrison, no papel do Prof. Henry Higgins, e de Audrey Hepburn, no papel de Elisa Doolittle.

**Gigi** (Terça, 21.15, TVI)

A mesma TVI transmitiu-o há um ano, embora uma semana depois... Falta de pontaria! É, como se sabe, mais uma das presenças



Um ballado de «Gigi», de Vincent Minnelli



Dusty Hoffman e Robin Williams, em «Hook», de Steven Spielberg

garantidas e habituais nas quadras festivas das televisões. Um filme dos tais que não custa nada rever, já que este musical, livremente baseado no romance homónimo de Collette e passado na Paris-do-virar-do-século, é uma encenação brilhante de Vincent Minnelli e um desfilar de canções e de interpretações bem adequadas à temática da história e premiadas com uma mão-cheia de Oscars.

**Esperança** (Terça, 01.35, RTP1)

Com acção localizada na Luisiana em 1933, este belíssimo filme de Martin Ritt é o relato comovente e sensível de uma família negra e das suas agruras na labuta do dia-a-dia no Sul racista e segregador dos EUA. Uma história adulta que pode (e deve) ser vista e compreendida por gente mais nova.

**Cinderela em Paris** (Quarta, 15.00, RTP1)

Um fotógrafo e uma modelo despertam para uma história de amor em Paris, cidade mordazmente abordada nesta comédia musical protagonizada por Fred Astaire e Audrey Hepburn. Fortes doses de charme e belos momentos musicais (entre os quais canções de Gershwin como *How Long Has This Been Going On* ou *S'Wonderful*) são os condimentos que sempre enriqueceram a cinematografia de um dos maiores especialistas do género - Stanley Donen - o que mais uma vez acontece neste filme.

**O Caça-Polícias** (Quarta, 16.45, SIC)

Mais uma vez Eddie Murphy, em estado puro e original, num policial já muito visto, a um tempo prenhe de momentos de irresistível sátira e de sequências bem sérias e dramáticas (numa subversão completamente anárquica dos códigos do género) e ainda rejeitando os ingredientes de uma receita que, infelizmente, depois foi repetida e degradada em vários remakes, sem sucesso nem proveito.

**Papá Para Sempre**

(Quarta, 17.00, RTP1)

Por vezes impagável na duplicidade dos papéis que representa neste filme, Robin Williams é bem a imagem da vedeta que quase não dá por nada quando rouba o êxito para si próprio. Aqui ele desempenha o papel de um homem que, tendo de conceder o divórcio à sua mulher mas não conseguindo viver sem os seus três filhos, volta a casa disfarçado de uma governanta inglesa... É bom de imaginar o resto!

**Eduardo Mãos de Tesoura** (Quarta, 22.50, RTP2)

O surgimento de Vincent Price, em fim de carreira, num curto e deli-

cioso papel dá o necessário tom a um filme muito badalado que revela a sobrevivência e a recriação, no imaginário cinematográfico, das histórias meio fantásticas, meio aterrorizantes, em que seres sensíveis e incompreendidos são dramaticamente marcados pelos defeitos que os atormentam... e não menos atormentam os outros. Que dizer, então, do pequeno defeito do pobre Eduardo, o «herói» desta fita? Que culpa tinha ele, afinal, de, em vez de dedos, ter nascido com umas afiadas laminazinhas de... tesoura? Uma história a matar (e de morrer de susto!) brilhantemente encenada por Tim Burton, com uma fabulosa banda sonora composta por Danny Elfman.

**Memórias de um Natal** (Quarta, 00.30, RTP1)

Eis um filme infantil australiano, programado pela RTP para a madrugada do dia de Natal, e que nos conta as aventuras de um grupo de crianças em perseguição de um bando de ladrões de cavalos.



Fred Astaire e Audrey Hepburn são os intérpretes principais de «Cinderela em Paris», de Stanley Donen



■ Francisco Costa

# Cenas eventualmente chocantes

«Felizmente, já falta pouco para se saber se Manuel Monteiro fica ou sai, ainda que tudo aponte para uma reeleição triunfal. A nós, jornalistas, dava jeito que saísse. Seria uma "prenda" de Natal excelente.

Num período em que se torna quase "dramático" fazer jornais - particularmente na área política -, um novo líder partidário (e todas as movimentações que normalmente acompanham uma mudança desse tipo) vinha mesmo a calhar. Mas não deve acontecer.»

(J. Frago Mendez - «A Semana Política» - «Público», 14.12.96)

Lê-se e não se acredita! A significativa prosa que acima citei é, pela despudorada transparência e franqueza dos propósitos que a animam, penosamente esclarecedora das verdadeiras motivações pelas quais hoje se orientam uma considerável percentagem daqueles que a si próprios se consideram «profissionais» da comunicação social - escrita, radiofónica e televisiva - embora não deixem de demonstrar, na sua actividade diária, não passar de fiéis servidores, conscientes ou não, das várias versões, cores e paladares do poder político e económico há muito dominante entre nós.

Vejam por partes:

- o plúmitivo acima citado começa por reduzir o interesse de um congresso partidário àquilo que exclusivamente poderia ou não acontecer a uma determinada personalidade política e não às propostas políticas, porventura novas e repensadas ou velhas e requeitadas, a que esse congresso poderia dar origem, fruto de uma eventual discussão aturada no âmbito do mesmo congresso ou da sua preparação;

- depois, ao demonstrar preferir a saída dessa tal personalidade da liderança do partido em questão, confessa que isso seria uma bela «prenda» de Natal. Para quem? Para os militantes desse partido, em particular? Para os portugueses, em geral? Não! Para «nós» (eles) jornalistas!»;

- logo a seguir, a franqueza aumenta: é que as voltas e reviravoltas a propósito de líderes e lideranças, se possível bem apimentadas por facadas nas costas, traições e grandes actos de contradição encenados para os microfones, câmaras, gravadores e esferográficas (candidamente designados por «movimentações» que vinham «mesmo a calhar») constituem pelos vistos o tal «espectáculo da política» que por certo torna menos «dramático» (sic) fazer jornais - o que não deixa de dar razão àqueles que, do lado de cá, acham bem mais dramático assim ter de os ler, ouvir ou ver.

## Falar de cátedra

O texto acima transcrito - no mesmo jornal e na mesma página em que noutra local se aproveitava para em meia dúzia de linhas, por um lado, diminuir o invulgar significado das transformações operadas nos últimos anos no PCP no sentido da renovação sem trágicas convulsões de parte significativa dos seus dirigentes (agora prosseguida no XV Congresso) e, por outro lado, ignorar as reapreciações de ordem política e reorientações de ordem táctica face à realidade portuguesa discutidas e aprovadas no mesmo - vem aliás juntar-se a um conjunto de prosas vindas a lume nos últimos tempos em vários órgãos da informação escrita nas quais é claríssima a forma dúplice segundo a qual foram entendidos e tratados do ponto de vista informativo dois congressos partidários que, com poucos dias de intervalo, se sucederam no tempo. Circunstância, não o esqueçamos, potencialmente favorável a que a opinião pública estivesse atenta em termos de comparação.

O certo é que, relativamente ao CDS/PP, o primeiro tem sido o de procurar esconder ao máximo (ou fin-

gir entender, analisar e divulgar como facto inteiramente «normal» em política) o vergonhoso «golpe de rins» através do qual um líder auto-demissionário, antecipada e reafirmadamente não-candidato à liderança do seu partido, acabou por dar o dito-por-não-dito, falsamente em consonância com uma alegada «vaga de fundo» expressa nesse

sentido - o que é bem demonstrativo da falta de princípios e de ética com que alguns estão na vida política e, por tabela, outros relatam ou comentam essa mesma indignidade. Por outro lado, quanto ao PCP, o que se tem tentado fazer em verdadeiro desespero de causa é convencer os leitores de que nada de particularmente interessante e novo se passou no congresso dos comunistas realizado no Porto. Dos muitos e variados textos ultimamente saídos a este propósito em diários, semanários, revistas e suplementos do mais variado tipo, não pode, aliás, deixar de salientar-se como paradigmático - pelo indistigável ódio de classe e pela retorcida paranóia anticomunista - aquele que há dias vertia no mesmo «Público» Miguel Sousa Tavares.

## A necessidade de desfocar a posteriori

Perguntará o leitor: mas a que propósito falar da Imprensa numa crítica de Televisão? É que não deixa de ser interessante, a propósito da cobertura informativa dos dois Congressos, fazer um paralelo entre o que se passou na informação escrita e mesmo radiofónica (mais dada a interpretar) por contraste com a informação televisiva (mais propensa a mostrar). O facto é que, desta vez, mesmo o espectador mais ingénuo ou desprendido de certas artimanhas manipulatórias, não pôde deixar de comparar posturas, métodos e princípios cívicos e políticos, ao procurar observar e interpretar sem preconceitos e alheado do habitual «ruído de fundo» aquilo que, de ambos os congressos partidários e seus protagonistas, as coberturas televisivas lhes mostravam.

Mesmo dando de barato habituais manifestações de deslocada ironia ou requeitado sarcasmo com que certos repórteres se deixam cegar ao apreciar tal ou tal particularidade ou especificidade partidária, mesmo descontando conhecidas incompreensões históricas e repetidas apreciações erróneas sobre a linha política do PCP ao longo de sete décadas e meia de trabalho e luta em prol da liberdade e bem-estar do nosso povo, mesmo passando por cima da tenta-

tiva fútil de fulanizar da pior e mais desastrosa maneira a vida partidária do PCP - e é do ponto de vista da nossa prática concreta e real que tecemos estas considerações - o facto é que as imagens e os sons que chegaram a casa do espectador não puderam esconder algumas verdades e evidências que bem doem a alguns.

## Diferenças incómodas

Na realidade, enquanto foi apesar de tudo possível perceber-se que, de um lado, se avançavam propostas concretas para problemas concretos, se discutiam e divulgavam experiências muito diversificadas para a construção de um todo partidário nacional e multifacetado, se analisavam as novas arrumações de classe e seu reflexo no Poder para melhor assestar as preocupações na formulação de uma política (radicalmente diferente da seguida até aqui pelos vários governos) para propor ao povo português, claramente se assumindo sermos a única alternativa aglutinadora da esquerda face ao que há muito se conhece da prática de outras forças políticas, só aparentemente diferentes - do outro lado, raramente se ouvia discutir uma ideia política sequer, antes se encobriam jogadas e negócios políticos de bastidores com o atirar de areia para os olhos ou vinham à tona os afloramentos de verdadeiros «cultos da personalidade» (!) ou se dava mostras de desgraçada hipocrisia política.

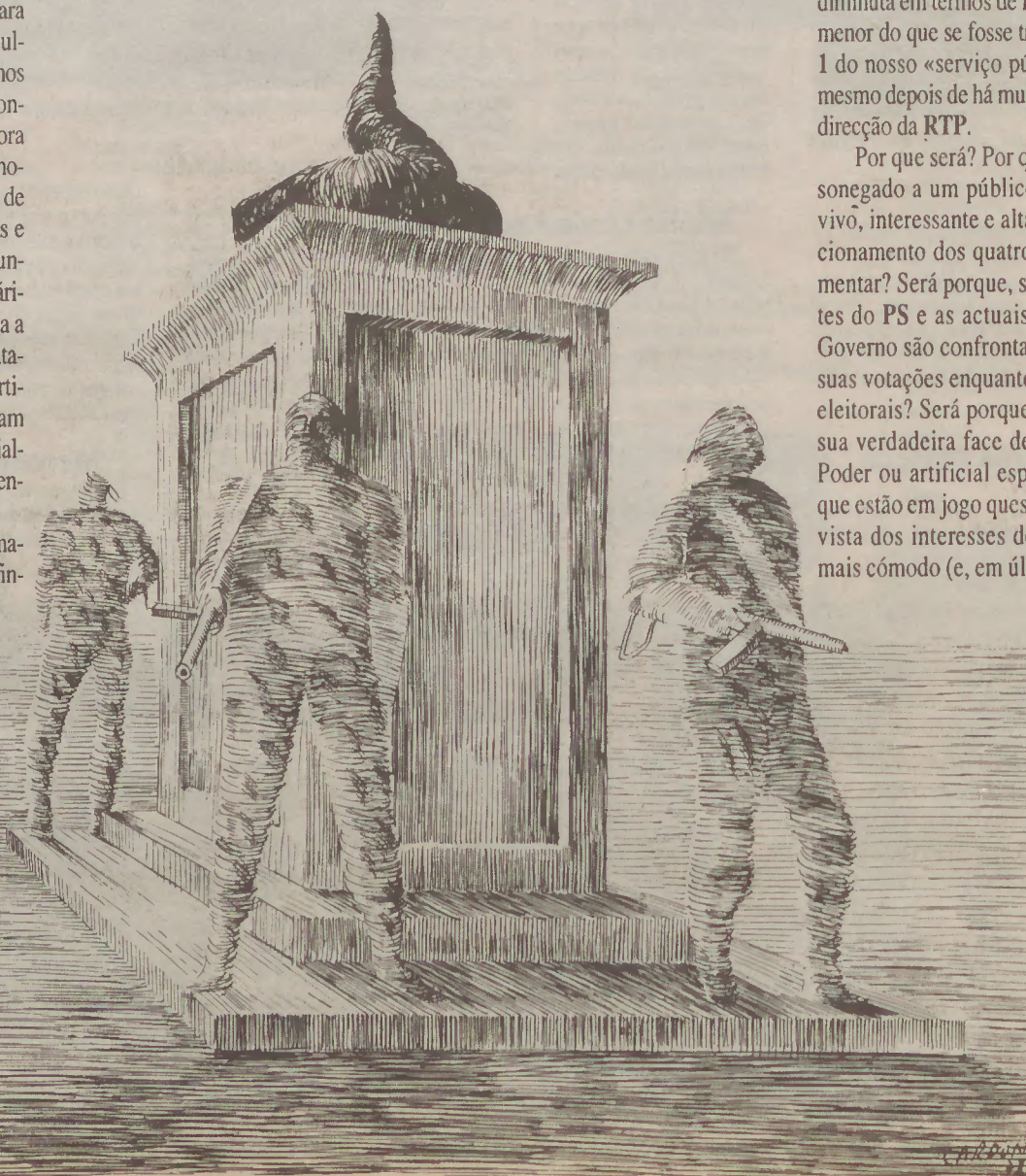
E quando é num congresso de democratas-cristãos (e não, que horror!, de comunistas) que as câmaras surpreendem um delegado a ser impedido de falar na tribuna e a ser dali violentamente retirado por uma brigada de corpulentos «seguranças» - então sem dúvida alguma que o Carmo e a Trindade se arriscam a cair e é preciso fazer qualquer coisa para que os pergaminhos não vão irremediavelmente por água abaixo.

Por isso tocou a reunir, por isso a grande burguesia dominante se incomodou com os reflexos de comparações tão desfavoráveis, por isso se determinou que, para já em força na imprensa mas também dispersamente na rádio, se voltasse a encher o balão do CDS/PP (na perspectiva das autárquicas e na justa paga dos serviços prestados aquando da discussão e votação do Orçamento), por isso é necessário voltar a ser-se autista face à nova realidade partidária e à nova orientação política saída do último congresso do PCP!

Entretanto (é um exemplo) o programa «Parlamento», o único programa televisivo actualmente existente em que verdadeiramente se discutem de forma pluralista muitas questões decisivas para o nosso destino, continua a ser quase clandestinamente transmitido na RTP 2, a uma hora muito pouco adequada e com expressão diminuta em termos de impacto público, em todo o caso muito menor do que se fosse transmitido no horário nobre no Canal 1 do nosso «serviço público de televisão». E isto acontece mesmo depois de há muito terem mudado os responsáveis pela direcção da RTP.

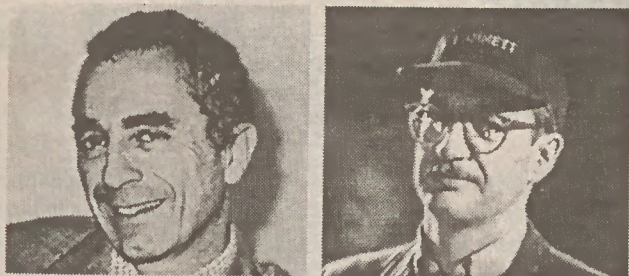
Por que será? Por que insondáveis razões continua a ser sonegado a um público mais vasto um debate geralmente vivo, interessante e altamente esclarecedor quanto ao posicionamento dos quatro partidos com representação parlamentar? Será porque, semana após semana, os representantes do PS e as actuais posições do seu partido enquanto Governo são confrontados com o sentido contraditório das suas votações enquanto Oposição e com as suas promessas eleitorais? Será porque, ali, o PSD e o CDS/PP mostram a sua verdadeira face de parceiro meramente alternante do Poder ou artificial espiçador em relação a ele - sempre que estão em jogo questões altamente sensíveis do ponto de vista dos interesses de classe? Ou será porque é sempre mais cómodo (e, em última análise, recompensador em termos eleitorais) pura e simplesmente esconder de olhares indiscretos as razões de um partido como o PCP que, afinal, ali se tem claramente distinguido pelo conjunto de propostas apresentadas e pela transparência, clareza e justificada exequibilidade com que sempre costuma rodeá-las?

Responda quem souber. Pela minha parte, aconselho vivamente a Miguel Sousa Tavares que ali vá uma vez por semana. Para poder verificar - se o ódio vesgo o não cegar - que não só muitas vezes temos razão como, por isso mesmo, fazemos as pessoas pensar.





**CINEMA**



Michelangelo Antonioni e Wim Wenders

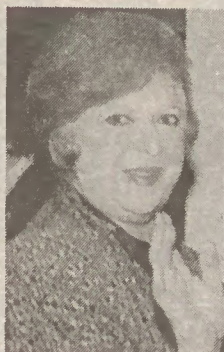
**A 7ª Arte na Cinemateca**

Incluídos na comemoração do Centenário do Cinema e no ciclo Os Filmes do Centenário, a Cinemateca Portuguesa apresenta nestes dias dois filmes recentíssimos de dois grandes realizadores do cinema moderno europeu e norte-americano. Está no primeiro caso Michelangelo Antonioni que, com a colaboração do cineasta alemão Wim Wenders, realizou «Para Além das Nuvens» («Al di là della Nuvole», It./Fr./1995), um filme em que, debruçando-se sobre quatro histórias de amor e de afastamento, ele faz como que uma revisitação aos temas que mais caros lhe foram em toda a sua

cinematografia. Com excelentes interpretações de Sophie Marceau, John Malkovich e Irène Jacob, entre outros, o filme é projectado na 6ª feira 20, pelas 21.30. No dia seguinte, à mesma hora, será a vez de os espectadores poderem ver «Casino» («Casino», EUA/1995) o último filme de Martin Scorsese, com Robert De Niro, Sharon Stone, Joe Pesci e James Woods nos principais papéis. Aqui, o realizador regressa à temática do crime e do jogo numa história que parte de factos reais e que é fabulosamente encenada e contada com o recurso a constantes flash-backs.



Robert De Niro e Sharon Stone



Natália Correia e Manuel Lima



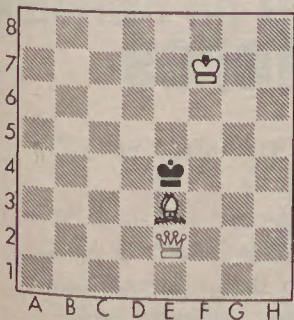
**Espectáculos Infantis no Teatro da Trindade**

Organizados pelo Inatel, decorrerão nos vários espaços do Teatro da Trindade vários espectáculos infantis apropriados à quadra natalícia. Assim, até dia 29 do corrente a companhia «Marionetas de Lisboa» apresentará na Sala Estúdio, às terças e domingos pelas 11 horas, o espectáculo «Histórias Contadas» preenchido com fábulas de La Fontaine numa encenação de José Ramalho e com a participação dos actores-marionetistas José Ramalho e Cristina Pereira. Por outro lado, estará patente (também até dia 29, às terças e domingos, das 13 às 20 horas) a exposição «É nada a luz lhe apaga», evocativa da obra de João de Deus, a qual será também contada por António Fontinha às terças e domingos pelas 18 horas. Mas um dos espectáculos mais interessantes deste período é um musical-infantil, da autoria de Natália Correia e Manuel Lima. Intitula-se «Dois Reis e um Sono» e, com encenação de Cristina Chafirovitch, cenografia de José Carreiras e música de Jorge Galvão e Jimba, será interpretado por Genoveva Faísca, João Rodrigues, João Ricardo Teixeira, Marina Albuquerque, Pedro Tavares, Nuno Bernardo, Paulo Pinto e Victor Emanuel. Esta peça é levada à cena de terça a sexta às 11 e 15 horas e aos sábados e domingos às 17 horas.

**XADREZ**

DXC - 19 DE DEZEMBRO DE 1996  
PROPOSIÇÃO Nº 1996X051  
Por: J. A. CONROY  
Home Circle, 1850

Pr.: Rex Solus: R64  
Br.: [3]: B63-D62-R17



Mate em 3 [três] lances

\*\*\*

SOLUÇÕES DO Nº DXC

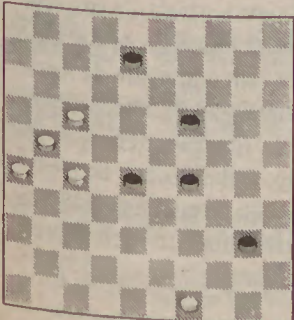
Nº 1996X051 [J.A.C.]: 1. R67!, Rd5/Rf5; 2. Dg4, Dc4, Rc6/Rg6; 3. Dd7/Df7 #, 2... R65; 3. D66 #

A. de M. M.

**DAMAS**

DXC - 19 DE DEZEMBRO DE 1996  
PROPOSIÇÃO Nº 1996D051  
Por: PAUL DEGUÉE  
À L'Ombre de Mon Clocher, 1970

Pr.: [5]: 8-19-28-29-40  
Br.: [5]: 17-21-26-27-49



Branças Jogam e ganham

\*\*\*

SOLUÇÕES DO Nº DXC

Nº 1996D051 [P.D.]: 1. 49-44!, (40X49-D); 2. 27-22 (49X16); 3. 22X2-d, (-); 4. 26-21, (-); 5. 17-11+

A. de M. M.

**CLASSICA**



Franz Schubert (1797/1828)

**Concerto na Gulbenkian**

Entre as várias manifestações musicais que se realizarão nesta quadra festiva avulta o concerto que será dado hoje e amanhã (respectivamente às 21.30 e às 19.00 horas) no Grande Auditório da Fundação Calouste Gulbenkian integrado na Temporada de Música e Dança 1996/1997. Actuarão o Coro e a Orquestra Gulbenkian que, sob a direcção do maestro Michel Corboz, interpretarão a Missa em Lá bemol Maior, D. 678 e o Magnificat em Dó Maior, D. 486, duas obras compostas por Franz Schubert. Os solistas serão: Veronica Cangemi (soprano), Liliane Bisineche-Eisinger (contralto), Andreas Wagner (tenor) e Werner Lechte (baixo).

**JAZZ**

**Dois clubes em Matosinhos**

Continua a concretizar-se sem qualquer hesitação de percurso o projecto «O Jazz Desce à Cidade» que, durante todo o ano, anima a actividade complementar de dois clubes de Matosinhos: o «Héritage» e o «B Flat». Nestes dias, a quadra natalícia é assinalada com a presença entre nós dos grupos de dois músicos estrangeiros. Em 18, no «Héritage», actuará o quinteto do saxofonista-soprano e tenor Paul Young, que terá a seu lado músicos portugueses: João Maurílio (piano), Vasco Agostinho (guitarra), Juca Rodrigues (contrabaixo) e Carlos Vieira (bateria). Nas noites de 19, 20 e 21, será a vez de actuar o grupo do contrabaixista Baldo Martinez, com Antonio Bravo (guitarra), Chefa Alonso (sax-soprano), Pierluca Pineroli (percussão), e Pedro Lopez (bateria). A noite de Natal será animada, de novo no «Héritage», pelo grupo português «3 por 4», com João Courinha (saxofone), Carlos Azevedo (piano), António Ferro (baixo) e Paleka (bateria).

18 DEZ. 19, 20 e 21 DEZ.

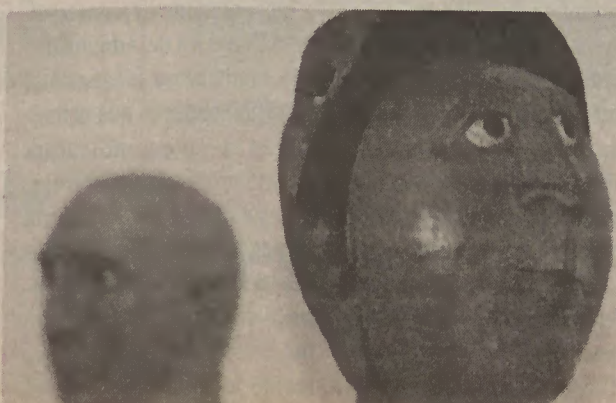
**PAUL YOUNG** QUINTETO

**BALDO MARTINEZ** GRUPO

No seu Jazz, a improvisação admite formas tão distintas como música étnica contemporânea. «Simplesmente música», como gosta de a definir.

PAUL YOUNG	Sax soprano e tenor	BALDO MARTINEZ	Contrabaixo
JOÃO MAURÍLIO	Piano	ANTÓNIO BRAVO	Guitarra
VASCO AGOSTINHO	Guitarra	CHEFA ALONSO	Sax soprano
JUCA RODRIGUES	Contrabaixo	PIERLUCA PINEROLI	Percussão
CARLOS VIEIRA	Bateria	PEDRO LOPEZ	Bateria

**EXPOSIÇÕES**



**Escultura de Jorge Vieira**

Uma nova exposição de Jorge Vieira é sempre acontecimento. Neste momento, está patente ao público em Lisboa, na Galeria Palmira Suso (à R. das Flores), uma nova mostra das suas obras mais recentes no domínio da escultura, acompanhada de outras peças mais antigas e também de desenhos dos anos 40.



**LIVROS**

**O Segredo da Rocha e A Corte na Aldeia**

Agora que o Natal vem por aí fora a correr, falemos um pouco de livros para crianças. Não falamos hoje de jovens, mas realmente de crianças, para quem Arsénio Mota escreveu estas histórias que a Campo das Letras acaba de lançar - O Segredo da Rocha (com ilustrações de Emerenciano) e A Corte na Aldeia (ilustrado por Armada Passos). Faltam-nos palavras - e saber - para alinhar considerações sobre ambas as histórias, que a infância já lá vai e não queremos desvendar mistérios. Mas concordamos com o autor, em cuja obra variada se encontram vários livros para crianças. Diz ele que «um livro é uma coisa maravilhosa», «porque ao lê-lo começamos logo a viajar, a conhecer gente, a correr mundo. Abrimo-lo, e começa a aventura!»

**A Bruxa, o Poeta e o Anjo**

As incursões de escritores feitos e de reputação estabelecida pelos caminhos particulares

**VIDEO**

**Um vídeo para crianças e adultos**



da literatura para crianças são já muito comuns entre nós. Como se de uma tentação irresistível se tratasse. Desta vez falamos de uma história escrita por Mário Cláudio, ilustrada por Alfredo Martins - A Bruxa, o Poeta e o Anjo, que a Campo das Letras escolheu para iniciar a sua colecção O Sol e a Lua. Um livro que o autor dedica A os meninos que desejam ser grandes! A os grandes que desejam ser meninos. Um belo livro, de ressonâncias poéticas, ou a Poesia a convidar as crianças a dar os primeiros passos no mundo da narrativa.

**Cães, Pedras, Paus e Gazelas**

Para os de Palmo e Meio - assim se chama esta colecção que também a Campo das Letras lançou - poemas de Eduardo Valente da Fonseca, ilustrados por Armada Duarte. Um livro a pedir aos pais que se sentem um bom momento com os filhos pequenos, a ler com eles versos que não de saber às crianças melhor que brinquedos, e aos pais recordar-lhes sentimentos de infância...

Já está disponível em edição videográfica aquela que foi uma das maiores revelações do género nos últimos tempos, aliás bem adequada à época festiva que atravessamos. Referimo-nos ao filme «Toy Story», a primeira longa-metragem de animação inteiramente gerada por computador. Ali, os espectadores mais miúdos (e também os mais graúdos) poderão assistir às aventuras do cowboy Woody - o brinquedo favorito do jovem Andy - e ainda, entre outros, às de Buzz Lightyear, um outro boneco que se julga herói do espaço e que desafia o nosso Woody até que ambos caem nos braços um do outro por descobrirem que não passam de brinquedos. O realizador do filme, John Lasseter, alcançou um Oscar especial da Academia de Hollywood.



## ÚLTIMAS/

# A TALHE DE FOICE

## Os gozadores

A manchete do **Diário de Notícias** denunciando, esta semana, o favorecimento das Câmaras Municipais PP pelo Governo de António Guterres a troco do apoio pèpista ao Orçamento de Estado, mereceu, como se esperava, uma resposta das partes envolvidas, que se apressaram a desmentir o facto.

Como também se espera de um jornalismo responsável, tivemos o director do **Diário de Notícias**, Mário Bettencourt Resendes, a retorquir de imediato - e na televisão - que não retirava uma vírgula à denúncia feita pelo seu jornal, pormenorizando que possuía a confirmação do «negócio» com fontes de ambos os lados.

O que não se esperava é que a coisa ficasse por aqui. Ou seja: que, sobretudo o Governo e até o PP, metessem o rabo entre as pernas quando o director do **Diário de Notícias** frontalmente desmentiu o seu desmentido.

Como quem cala consente, o País está portanto albardado com (mais...) um escândalo institucional. Um escândalo onde, duma assentada, o Governo negocia com os dinheiros públicos a favor do seu próprio poder, beneficia um partido parlamentar em detrimento dos outros, prejudica a maioria dos municípios ao favorecer uma minoria e estabelece, para todos os portugueses que é suposto servir, uma hierarquia que aleatoriamente os subdivide entre os poucos que têm a sorte de residir nos locais de conveniência negocial para o Governo PS, e a generalidade que tem o azar de habitar o País. Tudo isto manobrado por um Executivo que chegou um dia destes ao poder cavalgando o discurso ético, de «esquerda», donde arpoava, com a acutilância do «coração», o festival de nepotismo e corrupção em que se transformara a governação do PSD/Cavaco Silva. Aliás, não podia ser mais expressivo o parceiro escolhido pelo Governo de António Guterres para negociar a sobrevivência do seu amado Orçamento. Nem mais nem menos, a agremiação que se reuniu há dias num «Congresso» onde os delegados, esperneando, eram removidos em braços da tribuna quando se atreviam a candidatar-se à liderança, enquanto o ex-líder obrigava os 1.500 congressistas a ficar um fim-de-semana inteiro sentados à espera que ele se decidisse a anunciar que já era líder outra vez. Falamos do PP de Manuel Monteiro, pois claro, uma ficção partidária que, sendo-o e confirmando-o hilarantemente no seu Congresso deste fim-de-semana, continua a ter para o Governo PS a palpável vantagem de 15-lugares-15 no Parlamento.

Os suficientes para deixar toda a «Orçamental» gente descansada.

O PSD, porque assim pôde folgar no companheirismo com que ampara a governação de direita do PS, deixando ao PP o encargo de viabilizar o Orçamento enquanto ia ali ao lado travestir-se mais um bocadinho de oposição.

O PS, que mais uma vez não olhou a meios para alcançar os seus fins, confirmando que são estes que realmente o movem.

O PP, para quem tudo sempre serviu, primeiro para calafetar o barco com que se lançou na vertigem do poder, agora para agarrar tábuas que o ajudem no naufrágio.

De qualquer modo, estão todos felizes pela vitória comum - a viabilização do Orçamento de Estado. Com o PP gozando o milagre de dinheiros caídos do céu e o PSD a bula de aprovar um Orçamento fingindo que se lhe opõe.

Quanto ao PS, o seu gozo parece afunilar-se num só. O de gozar o País.

■ HC

# Ciência e tecnologia Financiamento insuficiente

"Não há evolução significativa do quadro orçamental" para as actividades de investigação e desenvolvimento (I&DE), afirma-se em documento da Comissão para as questões da Ciência e da Tecnologia do PCP. Sem uma alteração desse quadro, sublinha o estudo, "a concretização das necessárias transformações de que o sector carece não passa de uma ilusão, alimentada aliás pelo discurso oficial, corrente mas inconsequente, que sublinha a necessidade de preencher o fosso que, neste domínio, nos separa dos países economicamente mais desenvolvidos".

Numa análise detalhada dos elementos de informação relativos ao financiamento público do sector de ciência e tecnologia e de I&DE, o documento refere, nomeadamente, que o conjunto dos grandes laboratórios de Estado, "receberá em 1997, em termos reais, menos 7,8% do que o montante inicial atribuído no ano corrente: 31,5 milhões de contos, em 1996, contra 30,1 milhões de contos, em 1997".

Assim, "tudo indica que, em 1997, não só não serão resolvi-

dos como ainda se agravarão, todos os grandes problemas com que se defrontam os laboratórios do Estado: instalações degradadas; equipamentos obsoletos; quadros envelhecidos e escassez de pessoal especializado".

No que respeita ao Ministério da Ciência e da Tecnologia (C&T), o documento refere que, "a parcela dos investimentos do plano no orçamento da JNICT (Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, organismo entretanto desmembrado) apresenta, em 1997, um acréscimo de cerca de 4,4 milhões de contos, ou seja, um aumento, em termos reais, um pouco superior a 19%, relativamente a 1996". Mas, "apesar deste acréscimo, a variação do montante global das verbas orçamentadas, é, em termos reais, de apenas +2,4%, em comparação com 1996".

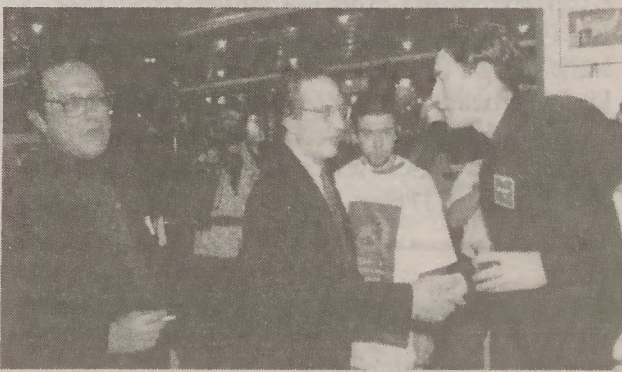
Estão ainda em causa "certos vícios de orientação que se não forem superados tornarão inviável o desenvolvimento de um Sistema Científico e Tecnológico que permita uma resposta nacional a necessidades dos sectores produtivo e dos serviços, e agravarão a desvitalização em termos científicos e técnicos, e mesmo, institucionais, de

muitos serviços e organismos de Estado que realizam actividades de I&DE e prestam serviços essenciais, de elevado conteúdo científico e técnico".

O documento considera "particularmente negativa a orientação que consiste em prosseguir a redução dos já insuficientes orçamentos próprios dos laboratórios e institutos, impondo o recurso à procura de financiamentos, mais ou menos aleatórios, dependentes de processos de concurso de cujo desfecho as próprias actividades correntes vão ficando cada vez mais dependentes" e sublinha que se continua a insistir "na institucionalização do trabalho precário através da atribuição de bolsas, sem di-

reitos". A concluir, a Comissão para as questões da Ciência e Tecnologia do PCP afirma que "a afirmação contida nas Grandes Opções do Plano para 1997 de que a despesa interna total do País em I&DE atingiria, em 1996, 0,9% do PIB, não tem nenhuma base objectiva" e anota ainda o facto de "o Governo não estar a dar cumprimento à obrigação legal de apresentar ao Parlamento um Orçamento de Ciência e Tecnologia".

## Carlos Carvalhas no Fórum Estudante/Juventude



O Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas, visitou terça-feira, dia 17, o Fórum Estudante/Juventude'96 na Feira Internacional de Lisboa.

Ontem, quarta-feira, Carlos Carvalhas foi recebido pela Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses-Intersindical Nacional (CGTP-IN).

O encontro realizou-se a pedido do PCP e teve como objectivo apresentar as principais conclusões do seu XV Congresso.

## Trabalhadores da OLAIO lutam por sobrevivência da empresa

Os graves problemas que afectam os trabalhadores da fábrica de móveis da OLAIO foram ontem divulgados, em conferência de imprensa realizada nas instalações da fábrica da OLAIO, na Bobadela, por iniciativa dos Sindicatos representativos dos trabalhadores da OLAIO - Indústria de Móveis, S.A. e Comissão de Trabalhadores.

No encontro com a impren-

sa, os sindicalistas apontaram a incapacidade demonstrada pelo Conselho de Administração, como causa fundamental da difícil situação que actualmente se vive e indicaram alguns problemas concretos, designadamente a falta de cumprimento do plano de viabilização aprovado em assembleia de credores em Dezembro de 1995 e a falta de pagamento de salários desde o mês

de Agosto de 1996 e dos subsídios de férias e de Natal de 1996.

Os Sindicatos e a Comissão de Trabalhadores informaram das diferentes iniciativas junto das várias instituições governamentais e judiciais, e das acções a desenvolver no quadro da sua luta pela regularização dos salários em atraso, a defesa da empresa e manutenção dos postos de trabalho.

## PCP contesta sanções aos agricultores

Os agricultores portugueses produtores de cereais e oleaginosas irão sofrer uma redução das ajudas comunitárias, que poderá ascender a oito milhões de contos (uma diminuição de 21% das actuais ajudas), por ultrapassarem as "quotas" de produção e nível de produtividade acordados.

Uma situação que o PCP contesta.

Em carta dirigida ao Presidente da Comissão de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, o deputado Lino de Carvalho sublinha que "é inaceitável e ilógico que importando Portugal cerca de 60% das suas necessidades em cereais e possuindo produtividades das mais baixas da Europa os agricultores portugueses sejam penalizados por promoverem o incremento da produção e das produtividades".

Lino de Carvalho requer ainda a realização, com a máxima urgência, de uma reunião da Comissão de Agricultura com o Ministro da Agricultura, para "esclarecimento desta situação, definição de responsabilidades e de medidas que permitam defender a agricultura e os agricultores portugueses".

